



***Da ex-sociedade de caranguejos
e dos seus irmãos de leite aos
"pombos sem asas":***

complexidades ambientais em
assentamentos urbanos do Recife
sob uma perspectiva antropológica



***< Maria Sheila Bezerra da Silva
UFPE - 2004***

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM ANTROPOLOGIA CULTURAL**

Da ex – sociedade de caranguejos e dos seus irmãos de leite aos “pombos sem asas”: complexidades ambientais em assentamentos urbanos do Recife sob uma perspectiva antropológica.

MARIA SHEILA BEZERRA DA SILVA

Recife, 2004

Maria Sheila Bezerra da Silva

Da ex – sociedade de caranguejos e dos seus irmãos de leite aos “pombos sem asas”: complexidades ambientais em assentamentos urbanos do Recife sob uma perspectiva antropológica.

Dissertação apresentada à banca examinadora da Universidade Federal de Pernambuco, como exigência para obtenção do grau de Mestra em Antropologia Cultural, sob a orientação do Prof. Dr. Peter Schröder.

Recife, 2004

Da ex – sociedade de caranguejos e dos seus irmãos de leite aos “pombos sem asas”: complexidades ambientais em assentamentos urbanos do Recife sob uma perspectiva antropológica.

Maria Sheila Bezerra da Silva

Dissertação aprovada com distinção pela Banca Examinadora composta pelos Professores:

Peter Wilfried Schröder
(Orientador)

Rosilene Alvim

José Sérgio Leite Lopes

Recife, 23 de março de 2004

AGRADECIMENTOS

Agradeço a:

Minha família - minha mãe Matildes, meu pai Normando, meu irmão Renê e minha irmã Shenia, por tudo que representam na minha vida, e também aos agregados, pelo apoio, pela preocupação, pelos cuidados e pelo amor.

Augusto Noronha, meu companheiro de todas as horas, minha flor, pelo estímulo e pelas críticas sempre pertinentes, por todo carinho, amor, pela força e sensibilidade.

Meus amigos e minhas amigas, em especial ao povo do curso do Coletivo Mulher Vida, pelas trocas de idéias, pelo apoio, enfim, por serem amigos.

Peter, meu orientador, por ter acreditado no meu trabalho e estimulado sempre.

Ubirajara Júnior (Bira), Designer de futuro promissor, pela bela arte da capa, pelo apoio com outras imagens e pelo bom humor.

Colegas do mestrado, Lili, Ana Cláudia, Melânia, Adeilson, Elaine, Cristiane, Isabela, Homero, Roberto, Gilmara, Dantas, Nilson e Carla, para os quais reservo grande carinho.

Vera Canuto, pelo apoio “técnico”, mas principalmente pela sempre presença enquanto mestra e pessoa humana;

Cida Nogueira, pela leitura dedicada na pré-banca e por todo carinho que me reserva.

Rosilene Alvim (que já havia participado na pré-banca) e José Sérgio Leite Lopes por aceitarem o convite de fazer parte da banca examinadora.

Moradoras e moradores de Caranguejo e Campo Tabaiaras – Neta, d. Maria, seu Arlindo, Seu Zezito, d. Maria Terezinha, d. Cristina, Tatiana, d. Lady Jane, seu Deda, seu Matuto, seu Antônio, seu Ministro, Tainana, Sheina, Leandro, Antônio André, d. Maria José, d. Vanuza, aos demais trabalhadores e trabalhadoras dos viveiros - por me terem aberto suas vidas e apoiado através de conversas informais, entrevistas, enfim, apoiado de várias formas o desenvolvimento deste trabalho e contribuído para o conhecimento de suas realidades. Agradecimentos especiais à Nice, d. Zezé e seu Domingos, que foram pessoas fundamentais na pesquisa de campo e pela boa vontade em serem guias dentro dos assentamentos.

Zélia Araújo e Verônica freire da URB; Ana Kelly e Jane da ETAPAS; Ana Maria, Alexandre e Adelmo da FASE; Observatório de políticas públicas da UFPE, e todas e todos que fazem a COMUL pelas diferentes colaborações com o trabalho.

CAPES, pelo cumprimento de sua responsabilidade e missão de fomento à pesquisa científica, quando da liberação da bolsa para o desenvolvimento dessa dissertação.

RESUMO

Observando que populações humanas têm sobrevivido em ambientes complexos, degradados do ponto de vista socioambiental, e com uma conseqüente deterioração da qualidade de vida, o estudo apresentado tem por objetivo analisar antropologicamente os problemas socioambientais de dois assentamentos espontâneos, urbanos, originados a partir de aterros sucessivos de mangue, localizados na cidade do Recife.

Para alcançar tal objetivo, fez-se necessário o entendimento das relações entre a população local e a complexidade ambiental que a cerca através de pelo menos dois indícios: a concepção dessa população acerca de suas condições de existência e, os possíveis impactos de projetos de intervenção voltados para a perspectiva sustentável do meio ambiente.

Entre outras considerações, pode-se dizer que os dados levantados tiveram um impacto peculiar, entre outros aspectos, por explicitar que para a população desses assentamentos são as relações sociais que surgem enquanto primeira instância na definição de meio ambiente e, que a alimentação básica se expõe com relação à definição de qualidade de vida.

ABSTRACT

The present study results from the observed fact that human populations have managed to survive in complex environments, degraded milieux in terms of socioenvironmental development, which entails the deterioration of life quality.

The study sets out to analyze, from an anthropological framework, the socioenvironmental problems in two spontaneous urban settlements in the city of Recife-Brazil. The two settlements appeared as a consequence of successive landfilling of the mangroove swamp areas. The raw material for the research were the interrelations among the local populations and the existing surrounding environmental complexity. The foci of attention were the people's conceptions about their life conditions. The data were gathered through the observation of their activities of daily living and direct questioning. The aim was to reveal their understanding of life quality and environment. The research also highlighted the population's perceptions of intervention projects conducted in the areas, whose aims were to enable environmental self-sustainability. These projects carried out either by governmental or non-governmental agencies pursued, through investments in the forms of economic financing or advisory support, the development of economic, cultural and ecological sustainable practices.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 7

Capítulo I FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA, 22

Capítulo II O CAMPO E O TRABALHO DE CAMPO

- 2.1. Breve contextualização histórica acerca da formação histórica do Recife, 28
- 2.2. Breve contextualização histórica acerca da formação histórica dos assentamentos, 33
- 2.3. Aproximação do campo de investigação, 34

Capítulo III “A TRADIÇÃO DO CARANGUEJO É DO PASSADO”

- 3.1. Perfil e auto – retrato, 37
 - 3.1.1. *Mudanças no ambiente físico e mudanças decorrentes, 41*
 - 3.1.2. *Concepção acerca da noção de qualidade de vida e meio ambiente, 46*
- 3.2. Contextualização ambiental atual
 - 3.2.1. *Palafitas, 56*
 - 3.2.2. *Casas do canal, 60*
 - 3.2.3. *Outras casas, 62*

Capítulo IV ILHA DO ZECA OU ANTIGA ILHA DA POPOLÔNIA, 69

- 4.1. Os viveiros de camarão, 71
- 4.2. Os campos de futebol, 76
- 4.3. A imagem do São Francisco de Assis, 79

Capítulo V SOBRE OS PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO NA ÁREA

- 5.1. Os projetos de desenvolvimento, 84
 - 5.1.1. *O impacto desses projetos, 90*
 - 5.1.2. *O papel das mulheres, 99*

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 104

BIBLIOGRAFIA, 108

ANEXOS, 110

- I) Índice das fotos
- II) Índice dos mapas
- III) Jornais anexos

INTRODUÇÃO

A idéia de desenvolver este estudo surgiu de um processo de inter-relação de fatores culturais, sociais e políticos, que envolvem, senão a minha história, a de uma grande quantidade de gente neste imenso Brasil de diversidades e desigualdades também imensas.

Desse processo de inter-relação de fatores surgiu meu trabalho de final de curso na graduação em Ciências Sociais – UFPE intitulado *“Um olho do poder”*: Uma análise do posicionamento da rede Globo de televisão acerca do MST no período de 2000 a 2002. Talvez quem agora leia esse prólogo se questione quanto à relação existente entre o atual objeto de estudo em mãos, e o exercício intelectual que o precedeu, ou mesmo as razões porque escrevo estas palavras. É nesse íterim que esclareço sobre a minha inserção nos envergados caminhos de uma sociedade rica em sua natureza e tão pobre em sua organização estrutural, cujo parâmetro cultural enfatizo para análise.

Partindo de um compromisso ideológico para com a sociedade, que indiretamente me apresenta à academia, mas também de uma ampla influência cultural exercida pelas estadas em cidades da Zona da Mata e Agreste (Nazaré-da-Mata, Catende, Surubim, Palmares, Vertentes) durante minha infância e parte da adolescência, tento desenvolver meus estudos apoiados em temas que possibilitem uma reflexão mais aprofundada sobre determinados problemas que circundam e afetam não só grupos excluídos de nossa sociedade, mas a ela como um todo.

Partindo desse pressuposto, apresentei tanto para o grau de Bacharel em Ciências Sociais, quanto agora para o grau de Mestra em Antropologia, dois temas que têm relação direta com um assunto atual, porém secular, que é o problema do acesso à terra. Um primeiro tema explorei através do Movimento Sem Terra – MST, cuja luta se justifica através da reivindicação da reforma agrária pela consciência de que o acesso à terra, pelo camponês e pela camponesa (que trabalha e se sustenta através de seu cultivo), é tanto o caminho de entrada para o desenvolvimento rural, quanto a saída para alguns problemas urbanos ocasionados, entre outras razões, pela super população ou inchaço urbano explicado pelo êxodo rural.

“Finalmente, realizar pesquisas que façam a ligação entre o rural e o urbano é uma necessidade imperiosa. O movimento dos sem-terra tem nos demonstrado isso. Infelizmente nos meios acadêmicos, em congressos e centros de pesquisa, os grupos

que trabalham com as questões urbanas e rurais usualmente encontram-se separados”. (Gohn, 1997: 298).

É mais ou menos assim que começa este estudo antropológico, direcionado por uma escolha de vida e embasada em histórias de vida que se organizam e se estruturam em pequenos espaços “esquecidos”, “desconhecidos” e ignorados, às margens do rio Capibaribe, nos mangues antes populosos de Caranguejos.

Como pensar Recife e não pensar seus rios, suas pontes, seus morros e seus mangues? Como pensar quem já escreveu Recife e não remeter, entre outros, a Josué de Castro? Certamente quem já teve oportunidade de ler seus escritos, mais especificamente seu romance “Homens e Caranguejos” (2001), percebeu alguma semelhança entre o título e uma de suas passagens autobiográficas: “A primeira sociedade com que travei conhecimento foi a sociedade dos caranguejos. Depois a dos homens habitantes dos mangues, irmãos de leite dos caranguejos”. (Castro, 2000: 13).

Em Caranguejo e Campo Tabaiaras – os dois assentamentos espontâneos pesquisados para o presente estudo a partir de sua complexidade ambiental – não existe mais uma sociedade de caranguejos, apenas caranguejos esporádicos, como esporádicos são seus mangues.

Nesse sentido é que faço alusão a uma possível ex-sociedade de caranguejos pelo fato deles não existirem mais. Revelando por esse conhecimento, um dos contextos que complexificam a área estudada, além de que, entre outras, são o aterro do mangue e as “razões” sociais, culturais, políticas e econômicas desse fenômeno, as substâncias que prestam a esses assentamentos a complexidade que lhes é peculiar.

Para alcançar tais substâncias – e nesse particular torna-se “vigente” a perspectiva antropológica desse estudo – são contemplados, essencialmente, os irmãos e as irmãs de leite dos caranguejos, em suma, o grupo humano que recomeça sua história, geração após geração, à margem do *desenvolvimento urbano*, seja em suas casas de alvenaria, em envelhecidos barracos de madeira, ou mesmo em palafitas, resquícios das lembranças de Josué de Castro.

“Bem ao lado da casa começava a zona compacta dos mocambos, das choças de palha e de barro, amontoadas uma por cima das outras num enovelado de ruelas numa anarquia desesperadora. As casas entrando por dentro da maré, a maré invadindo as casas. Os braços do rio passando pelo meio da rua e a lama envolvendo tudo”. (Castro, 2000:16).

Hoje, não só a maré invade as casas que invadem os braços do rio; também o lixo e os esgotos o fazem e, nesse sentido, entendo que a mudança social e do ambiente e o comportamento desses seres humanos – se invadindo mutuamente, e interagindo entre si, cada qual buscando sobreviver nas formas que lhes são possíveis e até mesmo impossíveis de serem concebidas – são os responsáveis por esse ciclo de sobrevivência e luta.

Dentro desse contexto é que utilizo a expressão *pombos sem asas*, possivelmente desconhecida pela academia, porém comumente utilizada pela população moradora das palafitas, e por mim reconhecida como símbolo de uma estrutura política, social, econômica e essencialmente cultural que marginaliza, promove a fome, e faz com que populações humanas sobrevivam em condições insustentáveis, inclusive e necessariamente dentro de seu ambiente social e natural.

Esta expressão remete principalmente às moradoras e aos moradores das palafitas, cuja ação de defecar é realizada em jornais, sacos plásticos ou afins que, pelas condições inexistentes de saúde e higiene, são jogados em seguida na maré. Tal pacote recebe o nome de *pombo sem asa*; acredito que isso se explique porque o pombo é uma ave que geralmente defeca muito, enquanto o complemento “sem asa” decorre de que seu vôo se dá a partir da força de quem o arremessa.

Entendendo a maioria dos processos contemporâneos de expansão dos espaços urbanos como insustentável do ponto de vista de critérios de desenvolvimento humano, e observando os impactos graves deste modelo de desenvolvimento, não só do ponto de vista social, mas também ambiental, pretendo, com o presente trabalho, estudar as relações do modo de vida dos moradores de dois assentamentos urbanos – Caranguejo e Campo Tabaiães – com seu ambiente natural (físico e biótico) e social¹.

Em linhas gerais, o estudo aqui apresentado tem por objetivo analisar antropologicamente os problemas socioambientais dos assentamentos referidos, tendo por base o estudo das inter-relações entre os moradores e seu meio ambiente em suas faces principais.

Caranguejo e Campo Tabaiães, referidos geralmente apenas por Caranguejo e Tabaiães por seus moradores, são dois assentamentos vizinhos, formados espontaneamente,

¹ “O ambiente não é a ecologia, mas a complexidade do mundo; é um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza através das relações de poder que se inscreveram nas formas dominantes de conhecimento [...] assim, o ambiente está integrado tanto por processos de ordem física como social, dominados e excluídos pela racionalidade econômica dominante: a natureza superexplorada e a degradação ambiental, a perda de diversidade biológica e cultural, a pobreza associada à destruição de suas identidades étnicas; a distribuição desigual dos custos ecológicos do crescimento e a deterioração da qualidade de vida”. (Leff 2001:160)

separados pelo canal do ABC, localizados na cidade do Recife e instituídos como uma única Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)² a partir de um processo de organização da população local com o apoio da igreja, cuja pressão social, em meados de 1970, conseguiu a liberação da permanência da população no local pela prefeitura.



Mapa 1: Limites da ZEIS Caranguejo/Campo Tabaiars e seus principais acessos.

FONTE: URB

A escolha desses assentamentos para o presente estudo se justifica por seu perfil socioambiental:

- Eles representam realidades socioambientais relativamente comuns de bairros periféricos³ de centros urbanos latino-americanos, cuja marca principal é a precariedade de moradia e de acesso à terra por uma grande parcela da população, ocasionada, entre outros fatores, por uma lógica do desenvolvimento urbano pouco ou nada atrelada à questão ambiental.

- Possuem um perfil de grande precariedade quanto à qualidade de vida, caracterizado por um quadro crítico de degradação do meio ambiente natural, e pela grande pobreza

² “As ZEIS surgiram como uma designação da legislação urbanística para localidades desprovidas de oferta básica de infra-estrutura e serviços urbanos, ocupadas por uma população pobre, normalmente ameaçada pela instabilidade de uma posse de terra precária” (Marinho apud Melo, 2001:69). A municipalidade “estabelece, assim, condições e normas especiais para sua regularização, sob o princípio do respeito às suas características sócio-espaciais”. (ibidem).

³ Vale salientar aqui que no caso de Caranguejo e Campo Tabaiars, a expressão *periférico* não faz referência à dimensão espacial do termo, mas sim à condição de marginalidade desses assentamentos por suas condições sociais e econômicas.

demonstrada através do elevado número de desempregados, baixo nível de escolaridade e condições insatisfatórias de saúde, moradia, entre outros indicadores.

-Contribuiu também, para tal escolha, a questão da biodiversidade dos assentamentos, tanto pela presença de mangue, de rio, de canal, quanto pela de viveiros de peixes e camarão.

-Além do exposto, outro aspecto relevante para a definição da área estudada foi o conhecimento de que pelo menos dois projetos de intervenção a partir de uma perspectiva ambiental foram implementados na área da ZEIS, com financiamento de cooperação internacional e apoio técnico de organizações não-governamentais (ONG's).

Feitas as considerações acerca dos motivos porque tais assentamentos foram escolhidos, justifico agora o interesse pelo tema, cuja expressão se dá a partir de pelo menos quatro elementos que perpassam o desejo de contribuir para o conhecimento acadêmico e institucional e de a partir desse conhecimento adquirido, contribuir tanto para ampliar o conhecimento da sociedade (inclusive acadêmica) com o desvelamento de uma alteridade tão próxima (dentro de uma mesma sociedade), quanto para uma visão mais interessada acerca da qualidade do nosso meio ambiente atual e a que será destinada aos nossos descendentes.

Concretamente, um primeiro aspecto que justifica o interesse pelo tema é a ênfase que a antropologia dá à ecologia humana de populações indígenas e rurais, em detrimento de um interesse voltado para a complexidade ambiental do meio urbano.

Decorrente disso, outro aspecto é a existência de uma literatura de cunho antropológico ainda reduzida, acerca dos efeitos socioambientais do crescimento urbano desordenado nos modos de vida de populações urbanas que vivem à margem dos projetos predominantes de desenvolvimento urbano.

Em complemento aos aspectos anteriores, insere-se também a necessidade de um olhar mais atento às estratégias adaptativas dessas populações com relação ao meio ambiente natural e à nova realidade social dos projetos locais de desenvolvimento ecológico e economicamente sustentável.

Para finalizar, há o interesse de contribuir, sob uma perspectiva antropológica, para uma compreensão de processos de mudança social em ambientes urbanos pouco favorecidos social e economicamente e, com isso, oferecer subsídios que favoreçam o sucesso de projetos locais voltados para tais assentamentos.

O presente estudo foi movido pelo desejo de desvendar em um grupo humano marginal urbano, no caso aquele que integra os assentamentos de Caranguejo/Campo Tabaiães, sua concepção peculiar de meio ambiente, seu modelo de organização e suas estratégias de sobrevivência, já que, pela sua própria origem e localização possuem uma realidade de

contato direto com o mangue e com o rio Capibaribe, além da convivência com a pobreza e a miséria que os assombra e os fazem adotar comportamentos cujas conseqüências lhes são, por vezes, perniciosas.

Dentro do contexto da realidade da ZEIS, onde os assentamentos se situam e considerando o levantamento bibliográfico realizado, foram lançadas algumas hipóteses que orientaram o presente estudo:

(1) As condições políticas, econômicas e sociais da população local a impossibilitam de conceber o ambiente físico com o qual convivem como parte de seu mundo, nesse sentido seguindo a “tradição” ocidental pautada no serviço que a natureza deve prestar às sociedades, sem se preocupar com a mobilização dos recursos naturais para as gerações futuras e mesmo, com a qualidade do meio ambiente.

(2) A percepção que a população local possui acerca do que seria meio ambiente e mesmo de qualidade de vida, está relacionada principalmente às suas necessidades básicas não satisfeitas, embora muito reivindicadas, principalmente no que diz respeito ao saneamento básico e à moradia.

(3) A questão do destino do lixo é conseqüente às hipóteses assinaladas acima, sendo seus cuidados diferenciados por parte da população local em razão de suas necessidades e, principalmente, de seus esclarecimentos.

(4) As estratégias de sobrevivência dos moradores como, por exemplo, o aterro do mangue e o levantamento de palafitas, se são adaptativas e justificáveis do ponto de vista da necessidade de moradia, por outro lado são mal adaptativas⁴, pois acarretam prejuízos do ponto de vista da economia, da saúde e das próprias relações sociais.

(5) Os moradores dos assentamentos, pelas questões até aqui assinaladas e mais especificamente pela visão de mundo que possuem, não respondem da forma esperada a projetos com enfoque na perspectiva ambiental, pelo fato de que os tipos de intervenção desses projetos não abarcam seus anseios e necessidades.

Assim, de forma resumida, estudar as inter-relações entre os moradores das ZEIS e seu meio ambiente natural e social⁵ é o objetivo central e geral desse estudo, a partir das hipóteses explanadas. Para tanto, alguns aspectos mais detalhados, traduzíveis enquanto objetivos

⁴ “O conceito de adaptação tem considerável poder explicativo, quando considerado de forma abrangente com o objetivo de estudar os processos pelos quais uma população interage com seu ambiente [...] físico, político e sócio-econômico. Assim, (a ecologia humana) interessa-se pelos processos adaptativos e mal adaptativos de uma população humana”. (Morán, 1990:28).

⁵ Conforme a definição de meio ambiente em nota na terceira página da introdução

específicos, são de uma importância incomensurável no que se refere à obtenção dos dados que venham proporcionar elementos que permitam a análise proposta.

Decorrente desse contexto e pensando na sociedade da qual fazemos parte, imensa é a diversidade existente de concepções acerca do meio ambiente. Essas concepções são reflexos de uma cultura plural, e mais, de tipos de organização ou modelos de desenvolvimento que modelam os espaços da sociedade de acordo com preceitos de ordem econômica e política e que, além de tudo, estimulam um processo secular de marginalização de grupos humanos, cuja reserva de futuro tem sido sobreviver em condições precárias.

A partir dessas considerações, um dos objetivos específicos dessa pesquisa foi observar e questionar diretamente o que os moradores dos assentamentos entendem por meio ambiente e qualidade de vida, seguindo a orientação de Leff (2001:149) de que “uma questão importante para a análise da qualidade de vida é a percepção do sujeito de suas condições de existência”.

Outro objetivo específico foi observar e questionar sobre quais são/foram os sentimentos daquela população (principalmente os de residentes mais antigos), com relação à mudança na paisagem física do local, e quais foram os prós e contras desta mudança, de acordo com suas próprias concepções.

Ainda fazendo parte dos objetivos da pesquisa, foi buscada, através dos depoimentos obtidos, a consideração pessoal dos moradores acerca do lugar em que moram, resgatando suas opiniões acerca de seus pontos positivos e negativos, bem como investigadas as possibilidades de neutralização dos pontos negativos, segundo suas próprias percepções.

Ao tomar conhecimento de que a ZEIS a ser pesquisada passou por pelo menos dois projetos de intervenção com a perspectiva da preservação do meio ambiente, entendi que seria muito interessante, do ponto de vista do levantamento antropológico que me dispus realizar:

- Procurar saber que instituições e/ou agências foram responsáveis por tais intervenções;
- Verificar, junto à população local, como esta percebeu a inserção de projetos voltados para questões ambientais (com o intuito de compreender melhor o impacto do projeto na comunidade) e quais foram os interesses que existiram para tais intervenções;
- Se os resultados corresponderam às expectativas;
- Em caso negativo, quais os aspectos que contribuíram para tal resultado.

Os dois assentamentos (Caranguejo/Campo Tabaiaras) que são divididos pelo canal do ABC e institucionalizados enquanto uma única ZEIS, possuem características socioambientais comuns aos grupos urbanos marginalizados e com uma biodiversidade peculiar, como já observado anteriormente.

O que evidencia a particularidade da biodiversidade dos assentamentos, é, entre outros aspectos, sua origem nos aterros sucessivos do mangue, o que revela estarem em uma área cuja paisagem foi modificada ao longo dos anos; também pela presença de uma – recentemente instituída – ZEPa 2⁶ (Zona Especial de Proteção Ambiental – 2) considerada pela administração pública “o pulmão do Recife”, e por possuir viveiros de Camarão – uma das principais fontes de renda da população do local.

Existem, dentro desses assentamentos, características sociais e infra-estruturais que puderam ser levadas em consideração logo que entramos em contato com os assentamentos.

Ao se chegar à comunidade – entrando pela rua Tabaiães – a visão inicial é uma rua de terra entrecortada por becos que formam algo semelhante a labirintos, nos quais se distribuem as famílias de Tabaiães.



Foto01⁷: Principal rua de acesso aos assentamentos

(Foto: Maria Sheila Bezerra da Silva)

⁶ De acordo com o artigo 20 da lei de uso e ocupação do solo da cidade do Recife, as Zonas Especiais de Proteção Ambiental - ZEPa – classificam-se em: I – Zona Especial de Proteção Ambiental 1 – ZEPa 1, constituída por todas as áreas verdes públicas, inclusive aquelas áreas destinadas a recreação e lazer de uso comum e outras previstas em lei; II – Zona Especial de Proteção Ambiental 2 – ZEPa 2, constituída por áreas públicas ou privadas com características excepcionais de matas, mangues, açudes e cursos d’água.

⁷ O lugar para o qual a seta está apontada nessa fotografia é a entrada de um dos becos (com várias saídas para outros becos mais à frente) de Tabaiães.

Essa rua é uma das poucas existentes nos assentamentos: pude perceber que só existem aproximadamente duas ruas em que se pode transitar carros para uma população de cerca de 3.433 pessoas⁸.

Esse número de residentes é questionável por pelo menos dois motivos: o primeiro foi o ano do levantamento da população, e o segundo, o método utilizado para o mesmo. Passaram-se já três anos desde o levantamento desse contingente populacional e o assentamento continua tendo sua população aumentada, dado às contínuas ocupações e aterramentos que vêm acontecendo. Acrescenta-se a natalidade, que, embora seja um aspecto muito importante, não foi aqui considerada.

O segundo motivo foi a forma utilizada para a obtenção daquele número, posto que o levantamento foi realizado quando do cadastramento de 1098 imóveis, que, segundo declaração de um dos informantes abordados, foi feito de forma equivocada visto que a maioria das residências possui “puxados” que agregam famílias inteiras, e que foram desconsideradas por ocasião do cadastramento.

Nos becos dos assentamentos referidos, que também fazem parte da “fotografia” de Caranguejo, dividem espaço as pessoas, os bichos, o esgoto e as fezes – tanto de gente, como de bicho - o que, certamente, torna a área da ZEIS predisposta às doenças causadas pela ausência de saneamento básico e por outras privações.

Entre os tipos de moradia observados encontram-se casas de alvenaria, barracos de madeira e palafitas, cada qual compondo uma imagem-base da forma como se estruturaram os assentamentos. As casas de alvenaria às vezes são rebocadas, outras estão por rebocar, e algumas, excepcionalmente, possuem primeiro andar. Na margem do canal, casinhas se aglomeram e contribuem para a paisagem do limite entre os dois assentamentos.

Os barracos de madeira são visíveis tanto nos becos estreitos como misturados às casas de alvenaria, e as palafitas estão em pelo menos duas áreas específicas, uma pela passagem da rua Jordânia (que na verdade é um beco mais largo) e a outra pelo acesso por onde se chega aos viveiros de camarão.

As palafitas são barracos de madeira, sustentados em estacas de madeira fincados na lama da maré e, mesmo nas partes aterradas, feitos de forma precária; na visão particular desta pesquisadora, ratificada através do convívio e das próprias declarações dos moradores, trata-se de um tipo de moradia em condições das mais precárias e humilhantes às quais uma pessoa possa se submeter e a seus filhos, com o intuito de se abrigar e sobreviver.

⁸ Fonte: Relatório URB de Tabaiars/Caranguejo 2000.

Essa contextualização suscitou necessidades específicas com relação à obtenção de dados para a pesquisa, bem como para sua organização, como veremos a seguir, contribuindo para tal o fato de que instituições governamentais e não-governamentais já haviam desenvolvido atividades voltadas para a questão do desenvolvimento ambiental no local.

Nesse caso, percebi que haveria de existir procedimentos metodológicos para apreender a influência de tais projetos de desenvolvimento – se é que, de fato, exerceram alguma influência.

Na organização do trabalho aqui exposto, dois momentos caracterizaram as escolhas exercidas, tanto com relação à metodologia, quanto no que se refere às necessidades particulares que foram sentidas ao longo dos contatos com a realidade da população estudada.

No primeiro momento, através da metodologia da observação participante, foi realizado um relato etnográfico dos assentamentos nos momentos em que busquei estar próxima, apreendendo o comportamento cotidiano das pessoas, com suas idéias, palavras, gestos, musicalidade, crenças, trabalho, apreensões, medos, esperanças, lutas e memória, em alguns casos entrevistando pessoas que, direta ou indiretamente, possuíam relação com os aspectos que fazem dos assentamentos um local diferenciado.

Refiro-me a pessoas que possuíam um contato direto ou indireto com a problemática ambiental local: moradoras e os moradores que estão na beira do canal, moradoras e os moradores das palafitas, as trabalhadoras e os trabalhadores dos viveiros, catadoras e os catadores de lixo, além de outras moradoras e outros moradores, lideranças comunitárias, e adolescentes que já passaram por projetos de educação ambiental. Vale salientar que o fato de especificá-los aqui não implica necessariamente numa análise e interpretação diferenciada de suas falas no decorrer desse exercício.

No segundo momento, procedi a uma constante aproximação e descrição das reuniões com as lideranças locais, poder público e organizações não-governamentais, para entender como se dão os processos de negociação, estruturação de projetos, as principais reivindicações, além de estar sempre a observar e a questionar os moradores sobre algumas iniciativas desses projetos, com o intuito sistemático de sentir a expectativa da população com relação a eles.

Feitas as devidas considerações acerca do ambiente pesquisado e da forma como veio a ser estruturada a presente investigação antropológica, retomo as etapas da pesquisa de campo propriamente dita e me estendo, posteriormente, até a fase de organização e interpretação dos dados.

A partir da revisão bibliográfica, primeira etapa do desenvolvimento deste estudo e à qual se destinou pelo menos um mês no cronograma, iniciei o trabalho de campo, que se estendeu por aproximadamente sete meses; paralelamente, após o quinto mês, procedi à organização e à interpretação dos dados. Em princípio, a idéia seria que o trabalho de campo passasse por pelo menos duas fases separadas: uma de levantamento bibliográfico (que não é trabalho de campo) fora do campo, complementada com o contato com as lideranças locais, e outra que trataria da obtenção de dados a partir da população de não-lideranças comunitárias.

A primeira fase teve por objetivo fazer um levantamento mais atualizado dos dados sociais e econômicos dos assentamentos, a partir de estudos de ONG's, instituições governamentais e outros órgãos que trouxessem subsídios para esta pesquisa, especialmente na elaboração de um mapeamento do local. Ainda nessa fase, buscou-se entrar em contato com lideranças do local (representantes de associações comunitárias, entre outros) e entrevistá-las com o objetivo de tomar conhecimento de suas posições relacionadas ao ambiente onde vivem e às necessidades coletivas por elas visualizadas.

Para a segunda fase, foi planejado iniciar o processo de entrevistas com a população respeitando alguns requisitos de preferência da amostragem, tais quais: 1) a localização das residências dos (as) informantes (próximas do mangue, do canal, de depósitos de lixo), por entender que esta população está ainda mais vulnerável aos problemas socioambientais locais e; 2) o tipo de atividade que realizam (catadores(as) de lixo, recicladores(as), criadores(as) de viveiros e afins), pelo fato destes sobreviverem a partir das possibilidades de seu ambiente.

Os objetivos e os requisitos foram respeitados; contudo, o trabalho se deu mais ou menos paralelamente nas duas fases, e foi se desenvolvendo ao passo que os caminhos iam sendo abertos e os contatos permitidos. Dessa forma, no período que entrevistei lideranças e fiz o levantamento “teórico” sobre a área, abordei também pessoas idosas, ex-lideranças comunitárias, não-lideranças que participavam das reuniões, catadores e catadoras, proprietários (não existe proprietária) de viveiros, entre outros.

Esse aspecto pode ser considerado uma das primeiras mudanças de percurso da pesquisa, o que provocou adaptação no roteiro da pesquisa e rendeu uma experiência prematura, mas salutar, quanto ao tato necessário no trabalho de campo.

Para alcançar as inter-relações entre os moradores/as moradoras e seu meio ambiente, busquei, na elaboração das questões a serem colocadas nas entrevistas diretas, contemplar a memória “temporal” das pessoas, questionando “quanto tempo moram na comunidade?” “Quais os motivos porque ‘escolheram’ este/esta local/comunidade específica?” Partindo, a seguir, para questões mais específicas e atuais e tentando, a partir de suas histórias de vida,

remetê-las para seu passado, com o intuito de estabelecer uma relação entre passado e presente (recurso utilizado principalmente junto a moradores mais antigos).

Ressalto, aqui, que os dados obtidos foram, em quase todos os momentos, anotados no diário de campo; foram, também, coletados através de depoimentos (individuais ou coletivos) gravados e captados, inclusive, através de imagens e fotografia, dependendo da necessidade, do acesso, e/ou desejo de complementação.

Com relação à fotografia, registro um aspecto que geralmente me afligiu no trabalho de campo. Por vezes, não me sentia à vontade para registrar determinadas imagens que, acredito, seriam de uma importância incomparável, em termos de ilustração para o presente estudo.

Um exemplo desse tipo de imagem foi o de quatro ou cinco crianças brincando em contato direto com a água do esgoto ao redor de suas casas. Tal visualização chama atenção por vários aspectos, como o de mostrar a realidade do ambiente em que as crianças estão e crescem, as razões da grande incidência de doenças provenientes de uma ausência de saneamento básico, e a ausência de orientação educacional das mães e dos pais dessas crianças.

O fato de não me sentir à vontade para fotografar tais imagens surgiu de um questionamento particular acerca do nível de intromissão que estava se dando a partir do registro da vida daquelas pessoas. Sendo assim também evitei tirar fotos em locais que pudessem provocar curiosidade e comentários.

O acesso aos assentamentos foi continuamente facilitado principalmente por duas lideranças e por um aposentado do local, que se dispunham a expor os problemas eminentes, freqüentemente relacionados à falta de saneamento básico, e a verbalizar outras observações particulares acerca da situação de miséria de grande parte dos habitantes e da ausência do poder público.

Em geral, os moradores entrevistados foram inclusive apontados pelas pessoas referidas, com as quais tive mais aproximação no período em que foi realizado o trabalho de campo. Por esse motivo, certamente o que vem a ser a minha visão, expressa nesse trabalho dissertativo, tem um sentido anterior: a marca do olhar das pessoas que nos trouxeram informações, admirado por mim, num contexto de tantas limitações evidentes, pela força, lucidez política e desejo de dias melhores para o coletivo.

Um exemplo claro dessas pessoas apontadas pelos meus e pelas minhas principais informantes está nas(os) moradoras(es) das palafitas, nas(os) trabalhadoras(es) dos viveiros e nas(os) coletoras(es) de lixo, que são pessoas que dificilmente participavam das reuniões,

espaço identificado por mim como um dos principais locais de acesso a eles, no sentido tanto de me reconhecerem, como de me aceitarem para possíveis entrevistas.

Ao mesmo tempo em que a presença dos meus e minhas principais informantes foi decisiva para o desenvolvimento do trabalho de campo, também foi, entretanto, um aspecto que dificultou, em alguns momentos, a aproximação de outras pessoas que se sentiam de alguma forma contrariadas por suas presenças e, em conseqüência, passavam a omitir algo de suas percepções. Esse tipo de acontecimento se verificou principalmente em que a aproximação física era prejudicada pela própria estrutura do local aonde se realizava a entrevista.

Mas talvez surja a pergunta: “Por que, para as entrevistas, eu não me encaminhava solitária, sabendo que havia o problema da interferência subjetiva decorrente da presença de outrem?”. A resposta envolve outra dificuldade do trabalho de campo, decorrente de, pelo menos, dois aspectos: o primeiro seria a questão da violência no local, e o segundo, a minha imagem para os principais informantes.

A questão da violência tem sido tema atual na mídia, ao mesmo tempo em que causa, reflete a *cultura do medo* disseminado em todas as classes sociais. Contudo, em uma área tão carente como a de Caranguejo e Campo Tabaiaras, esse fenômeno social é mais evidente para seus e suas moradores, já que também convivem lado a lado com as *bocas*⁹ e possuem por vizinhança a favela do Coque, freqüentemente referida pelas (os) moradores (es) entrevistadas (os) como sendo uma das mais conhecidas em termos de violência expressa em homicídios e roubos.

Aconteceu, algumas vezes, de eu ser impossibilitada de ir aos assentamentos por orientação das informantes, que me comunicavam a ocorrência de algum assassinato e o resultante clima instalado na comunidade, o que acarretava a necessidade de adiarmos as caminhadas dentro dos assentamentos. A orientação recebida das informantes ilustra o segundo aspecto que enfatizei enquanto problema, mas que merece a ressalva de que foi, por outro lado, um ponto a favor da minha inserção nos assentamentos: a minha imagem ali, naquele contexto.

Geralmente, a referência que as pessoas têm de mim é de uma “moreninha, magrinha”, e é assim, mais ou menos, que me vejo no espelho. Esse aspecto frágil que minhas características físicas apresentam, apoiado na minha condição de mulher e muito jovem,

⁹ “Bocas” é uma forma resumida de se referir às bocas de fumo, que são locais de comercialização e consumo de drogas dentro dos próprios assentamentos.

implicou em que minha presença na comunidade fosse sempre motivo de maiores cuidados por parte de quem me acompanhava.

Tenho a impressão de que o fato de ser jovem – quase neta ou filha deles – contribuiu para que dificilmente me deixassem sozinha em algum lugar por muito tempo e, quando o faziam, me recomendassem várias vezes às pessoas com as quais estava, além de, por vezes, tentarem inclusive dar direção ao meu trabalho, ou aos procedimentos que deveria tomar e, mesmo, sugerir as fotografias que deveria tirar, fato que eu contornava, ponderava, por vezes aproveitava e também achava cômico.

Em alguns momentos, questionei se eram essas razões apenas que permeavam as suas reais preocupações com a minha presença, ou se receavam que alguém reclamasse dos trabalhos realizados ou levantassem outras questões relacionadas com o papel da liderança. Contudo, tal questionamento foi desconsiderado em sua maior parte porque, além de não ter existido um controle combinado por parte deles, não aconteceram reclamações por parte da população que pudessem validar tal hipótese.

No que toca à questão da organização e interpretação dos dados, entendi, em princípio, que deveria organizar as etapas da minha memória a partir do apoio, que seria o caderno de campo, bem como ir desconstruindo as minhas primeiras imagens – a entrada na comunidade, os aspectos físicos revelados, o contato com as lideranças, as relações sociais observadas, as peculiaridades culturais, e assim por diante.

Dessa forma, pude ir trabalhando desde as principais ruas que estão na parte da frente (visão de quem vem do centro do Recife), com suas casas de alvenaria e outras características, até a parte de trás, onde estão as palafitas, os viveiros e a “Ilha do Zeca”, contemplando, entre o início e o fim dos assentamentos, os desejos, medos, comportamentos, a violência, a juventude, a origem das pessoas, a importância dos viveiros para a geração de renda na comunidade, a religiosidade a partir da imagem e o sincretismo em torno do São Francisco de Assis, a origem da comunidade, a mudança de sua paisagem, e assim por diante.

A forma de organização e interpretação dos dados teve implicação direta na estrutura do presente estudo; desse modo, o primeiro capítulo consiste em uma exposição acerca das principais bases teóricas utilizadas como pressupostos para a análise das evidências sócio-ambientais dos assentamentos.

No segundo capítulo, lanço mão de uma contextualização histórica preliminar acerca da formação de Recife e dos assentamentos de Caranguejo e Campo Tabaiaras, considerando posteriormente a aproximação do campo de investigação a partir de sua fundamentação metodológica, da operacionalização dessa aproximação, e os tortuosos caminhos da pesquisa,

desde a utilização da sensibilidade no olhar e no ouvir em campo, até a escrita propriamente dita.

No terceiro capítulo, adentro nas questões relacionadas às mudanças no ambiente físico e ao rebatimento destas na infra-estrutura local, com suas conseqüentes implicações na particularidade de suas moradias, na ausência de saneamento básico, na ausência de saúde, nos problemas de lixo e de água, entre outros, relacionando tais questões ao comportamento e às falas das(os) moradoras(es) dos assentamentos que habitam tanto nas principais ruas, como na beira do canal, nos becos, e, também, nas palafitas. Ainda nesse capítulo considero o perfil das moradoras dos moradores e a forma como observam seus ambientes, bem como as especificidades acerca da noção de qualidade de vida e de meio ambiente, introduzindo nesse ínterim as noções próprias da população dos assentamentos.

Quanto ao quarto capítulo, dedico-me a explorar “o outro lado da ponte” que faz parte especificamente da área de Caranguejo, que nem mesmo todos os moradores dos assentamentos, principalmente os de Tabaiães, conhecem ou se “aventuram” a conhecer. A área referida é aquela vizinha à comunidade do Coque, área dos Viveiros de Camarão, das palafitas da parte de Caranguejo (pois existem as palafitas da rua Jordânia), da “Ilha do Zeca” e do espontâneo santuário religioso do São Francisco de Assis. É uma área visada essencialmente por aqueles que, de alguma forma, se beneficiam, seja pela possibilidade da geração de renda através do trabalho nos viveiros, seja pela crença religiosa, ou ainda, por se constituir em área de lazer, devido à presença de campos de futebol.

No capítulo V, considero os aspectos que dizem respeito às possibilidades de desenvolvimento nos assentamentos, desde os impactos de projetos implementados na área, até questões pontuais como as negociações e as relações políticas que envolvem os assentamentos e outras instâncias administrativas, os empreendimentos e a exposição de problemas em torno dos projetos para a juventude local, a representação e a posição da mulher nesse processo de desenvolvimento sob uma perspectiva de gênero.

CAPÍTULO I

Fundamentação Teórica

Para subsidiar teoricamente essa pesquisa sob uma perspectiva ambiental do desenvolvimento, entrei em contato com algumas linhas de pensamento, tanto dentro da própria Antropologia, como fora dela.

Esse momento de elaboração suscitou uma série de discussões anteriores quanto ao que seria meu próprio enfoque teórico, daí resultando que, dentre as linhas de pensamento que pude utilizar mais fortemente, elegi a Epistemologia Ambiental do economista Enrique Leff e a Ecologia Humana do antropólogo Emilio Morán.

Embora possuam aspectos em comum, dentre os quais o de enfatizarem o ambiente como parte de uma estrutura complexa, o fazem com a diferença de que o primeiro autor trabalha sob a perspectiva do desenvolvimento material das sociedades (que mais interessa em termos de observação e análise), a exemplo do que faz Marvin Harris, cujo Materialismo Cultural possui igualmente forte presença nesta pesquisa. Já Emilio Morán enfatiza a perspectiva da adaptação dos grupos humanos.

Outras contribuições relevantes para este estudo vieram da Antropologia Social (já que o estudo prima pela análise da organização de um grupo social, com todas suas particularidades), da Antropologia do Desenvolvimento e da Ecologia Cultural, além de outras referências teóricas que focalizam a Cultura e a Memória.

O estudo da adaptabilidade dos grupos humanos, segundo Morán, tem por enfoque a apreensão das múltiplas reações que os grupos vêm a ter frente às limitações que seus ambientes específicos proporcionam. Utilizando o conceito de ecossistema (decorrente do estudo da ecologia biológica) como unidade básica facilitadora da integração da abordagem social e biológica, o autor supre uma necessidade que, segundo ele, é gerada a partir de uma aproximação estritamente social ou cultural.

No que diz respeito à Epistemologia Ambiental de Leff, parte-se da idéia de que, para a consideração da problemática ambiental e para a construção de modelos que assegurem o *desenvolvimento sustentável*¹⁰, se faz necessária a construção de uma racionalidade ambiental que, para além da ecologização dos processos sociais, evite comparações apressadas e/ou

¹⁰ “The World Commission on Environment and Development defines sustainable development as ‘forms of progress which meet the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their needs’ (...) Consequently, a long-term perspective is required to assess the sustainability of development, for only in the long run are we able to assess the effects of change on human populations”. (Wikan, 1995:636).

muito simplificadas entre a organização dos sistemas sociais e biológicos. Propõe-se para tanto, a intervenção de um conjunto de processos sociais e culturais que ultrapassem suas atuais estruturas.

Assim, deparei-me com duas perspectivas que, mesmo diferentes em sua essência, se observadas com profundidade podem ser complementares. A partir dessa percepção, propus-me referendá-las nesta pesquisa em que dois assentamentos urbanos de características ambientais atípicas são acompanhados, e na qual seus processos adaptativos, sua organização social, sua posição econômica, sua estrutura política, seu ambiente, entre outros, devem ser levados em consideração.

Ressalto que a consideração referida não se realizou sob a perspectiva neo-funcionalista que o conceito de ecossistema possivelmente proporciona, mas sim através de uma abordagem materialista em que o ambiente e as questões políticas, econômicas, sociais e culturais são visualizadas do ponto de vista da complexidade que permeia as relações entre sociedade e natureza.

A abordagem materialista utilizada faz referência ao Materialismo Cultural de Marvin Harris (1993 [1979]), cujos princípios teóricos “se interesán por el problema de comprensión de la relación entre las partes de los sistemas socioculturales y por la evolución de tales relaciones, partes y sistemas”.

As influências de Marvin Harris remontam a Karl Marx em sua essência, assim como a Julian Steward a partir da Ecologia Cultural (com a idéia do evolucionismo multilinear). Este autor, segundo se entende através das palavras de Bohannan e Glazer (1993:392), está “más interesado em decifrar el desarrollo de rasgos culturales específicos dentro de una sociedad a través del uso de un enfoque *etic* y la aplicación del materialismo cultural”.

“En otras palabras, el materialismo cultural afirma la prioridad estratégica de los procesos y condiciones infraestructurales sobre los estructurales y superestructurales: pero no niega la posibilidad de que los componentes emic, mentales, superestructurales y estructurales puedan conseguir cierto grado de autonomía respecto a la infraestructura conductual *etic*. Más bien, simplemente posterga y retrasa dicha posibilidad para garantizar la más completa exploración de las influencias determinantes que ejerce la infraestructura conductual *etic*”. Harris (1993:401)

Tal princípio teórico vem a ser utilizado em meu trabalho pelos aspectos já considerados, unindo-se à perspectiva do “determinismo infraestrutural” enquanto princípio fundamental do materialismo cultural, e vem contemplar uma análise cientificamente fundamentada acerca da complexidade dos assentamentos de Caranguejo e Campo Tabaiães, já que

“... la infraestructura es la principal superficie de contacto entre la naturaleza y cultura, el limite a través del qual las restricciones ecológicas, químicas e físicas a las que está sujeta la acción humana se interrelacionan con las principales prácticas socioculturales destinadas a superar o modificar dichas restricciones. El orden de prioridades materialistas culturales, de la infraestructura a los componentes conductuales y, finalmente, a la superestructura mental, refleja cómo estos componentes se alejan de la superficie de contacto cultura/naturaleza”. Harris (1993[1979]: 401- 402).

O conceito de ecossistema, a partir da perspectiva ecológica que adoto, foge da perspectiva da existência de estratégias adaptativas que referendam um equilíbrio ecossistêmico [homeostase] e que tem em Andrew Vayda e Roy Rappaport seus principais difusores. Nesse sentido, utilizo as concepções de Morán (1994: 24), que observa, no conceito de ecossistema, “um instrumento heurístico utilizado para descrever a interação entre os componentes vivos e não vivos de um determinado hábitat”.

Pode parecer contraditório o fato deste estudo remeter à relação entre várias esferas sociais e observar que aqui não utilizarei a perspectiva funcionalista que o conceito de ecossistema possivelmente proporciona; nesse sentido, lembro as palavras de Da Matta (1981:103), para o qual “um sentido básico para o termo *funcionalismo* (...) tem a ver com funcionalidade no sentido de que nada num sistema ocorre ao acaso ou está definitivamente errado ou deslocado” e que esta “atitude despertada pelo funcionalismo é muito diferente de uma doutrina (ou ideologia) derivada dela que postula um equilíbrio entre todas as partes ou esferas de um sistema social”.

Entretanto, seguindo o raciocínio de Morán – que mais importante do que seguir um modelo de integração em que o ecossistema possui mecanismos de auto-equilíbrio é observar as formas que as populações humanas utilizam para sobreviver em condições de desequilíbrio e estresses ambientais – o desejo desse levantamento etnográfico se propõe, entre outros aspectos, a entender os processos de adaptação, concepção e atuação que a população local de

Caranguejo/Campo Tabaiães tem *do* e *no* seu ambiente, através de suas posturas diárias e mesmo através do que acham (a partir de perguntas diretas) que é *qualidade de vida*¹¹.

Para o presente exercício, o sentido do termo qualidade de vida identifica-se naquilo que:

“... está intimamente relacionado com a qualidade do meio ambiente, e à satisfação das necessidades básicas com a incorporação de um conjunto de normas ambientais para alcançar um desenvolvimento equilibrado e sustentado, assim como também se relaciona diretamente com as formas de identificação social, através da cooperação, da solidariedade, de participação e de realização e satisfação das necessidades e aspirações por meio de novos processos de trabalho”. (Leff, 2001:149).

Por entender que existem vários fatores que afetam diretamente a qualidade de vida da população, e que esses fatores são estabelecidos dentro da inter-relação entre processos históricos, econômicos, ecológicos e culturais, considero incondicionalmente necessária a consideração por base de um modelo de *desenvolvimento sustentável*¹² que, além de abarcar os fatores até agora expostos, venha possibilitar o respeito à alteridade, no sentido de uma qualidade de vida mais adequada às diversas sociedades, na forma peculiar que a entendem.

Ao adotar práticas de desenvolvimento insustentáveis, em que tanto a degradação social quanto a ambiental se fazem presentes, as populações humanas (nesse caso, em nível local), passam a buscar formas de sobrevivência que levam a processos adaptativos que, segundo Morán (1990:37), “são em grande parte meros reflexos da situação geral dessa sociedade dentro do mundo”.

É a partir dessa perspectiva da relação entre sociedade e meio ambiente, como também dos reflexos considerados por Morán, que contextualizarei o processo de *adaptação* e o complexo organizacional da ZEIS Caranguejo/ Campo Tabaiães.

Devo ressaltar ainda, que o conceito de adaptação utilizado no estudo aqui proposto não está de acordo com a percepção naturalista de que fala Da Matta (1981:41), segundo a qual

¹¹ O conceito de qualidade de vida “constituiu-se num conceito central dos objetivos perseguidos pela gestão ambiental do desenvolvimento [...] A noção da qualidade de vida relativiza e contextualiza a questão das necessidades humanas e do processo social para satisfazê-las...” (Leff, 2001:146).

¹² “... Nesse contexto, o conceito de desenvolvimento sustentável, apesar de não haver, entre diversos autores, um consenso a seu respeito, ultrapassa questões meramente ecológicas, políticas, econômicas e sociais, pois engloba essas variáveis, conformando um todo multidisciplinar. Dessa maneira, diz respeito não apenas à situação de equilíbrio ecossistêmico, mas também de igualdade de direito à salubridade, e da gestão e da manutenção de um estoque de recursos e de fatores a uma produtividade ao menos constante, numa ótica de equidade entre gerações e entre países”. (Tolmasquim apud Cavalcanti, 1995:336).

todos os atos humanos diferenciadores ou instauradores de diferenças acabam sendo reduzidos a respostas ou meras adaptações a um conjunto de desafios tomados como universais; pelo contrário, é a abordagem da alteridade, com suas nuances sociais, políticas, econômicas e culturais, dentro do seu ambiente físico específico, que será considerada aqui.

Na medida que observa a infraestrutura enquanto determinante para a análise em essência das sociedades, Marvin Harris faz questão de acrescentar que essa consideração não faz da estrutura e da superestrutura epifenômenos da infraestrutura, e observa, nesse sentido, que ambas “desempeñan claramente papeles mantenedores del sistema em los procesos de retroalimentación negativos responsables de la conservación del sistema”. Harris (1993: 414).

Este posicionamento conduz ao entendimento do materialismo cultural como uma janela epistemológica interessante para abarcar as ansiedades do trabalho de pesquisa e análise em um ambiente tão complexo como o de Caranguejo e Campo Tabaiães, possuidores de grandes limitações, carências sociais e econômicas, e de uma cultura tão representativa, tanto do ponto de vista de sua organização política, quanto pelos indícios de suas memórias individuais.

Alcançando processos de mudança física, mas objetivando principalmente as percepções que a população local possui acerca desses processos de mudança e adaptação, utilizo, dentre outras, a teoria de Balandier (1999:74), segundo o qual “tratar a memória coletiva e seus atuais avatares é necessariamente tratar do tempo, das temporalidades vividas e suas transformações”.

O processo organizativo dos moradores dos assentamentos de Caranguejo/Campo Tabaiães tem suas raízes na luta pelo espaço para morar – a terra. Assim, de acordo com dados de Melo (2001:64), desde o período colonial holandês, quando a população carente ocupava mocambos nas áreas alagadiças, a luta originária, em seu ponto mais alto, esteve direcionada à sobrevivência, e mais tarde, à pressão política para se manter no local.

Dentro desse contexto, entendo que a luta não se resumiu à disputa com o poder local, mas esteve também presente, mesmo que indiretamente, na disputa com a natureza quando, por exemplo, ao construir o próprio chão de sua moradia, as populações carentes fizeram aterros sucessivos dos mangues.

É nesse sentido que as condições materiais não podem ser deixadas de lado na análise dos processos de adaptação e mal adaptação, necessários e muitas vezes irremediáveis, das condições de convivência e sobrevivência humanas, como nos mostra Viertler (1988:47) ao afirmar que, “dada a explosão populacional defrontamo-nos com um quadro em que

organismos humanos sobrevivem em ambientes cada vez mais escassos e mal compartilhados”.

Essas formas de sobrevivência e convivência estão inseridas num contínuo processo de mudanças que fazem parte, entre outros aspectos, das estratégias de adaptação das populações humanas que, no caso dos assentamentos em questão, passam a buscar soluções geralmente individuais e bastante precárias, gerando, entre outros fatores, grande concentração de alojamentos desordenados e sem o mínimo de infra-estrutura.

A partir desse contexto de busca de estratégias de sobrevivência e diferentes alternativas às mudanças ocorridas pelos fatores mais diversificados, é que percebo o objeto da Antropologia do Desenvolvimento em comunhão com os outros aspectos explicitados até aqui. Assim,

“ In general, the anthropology of development (and this we mean planned and unplanned social and economic change) can be loosely arranged around the following themes: 1) the social and cultural effects of economic change; 2) the social and cultural effects of development projects (and why they fail); 3) the internal workings and discourses of the ‘aid industry’”. (Gardner e Lewis, 1996:52).

Para o presente estudo, o primeiro tema, “the social and cultural effects of economic change”, deverá ser mais bem contemplado, de forma que faremos referência freqüente às mudanças ocorridas enquanto estratégias de adaptação nos assentamentos de Caranguejo e Campo Tabaiars.

Isto porque, ainda segundo Gardner e Lewis (ibidem), “... economic and technological changes interrelate with pre-existing social and cultural forms in a variety of ways, and have diverse consequences”.

No mais, como parte dos objetivos específicos deste projeto, tomaremos também o segundo tema, “the social and cultural effects of development projects (and why they fail)”, como forma de entender possíveis reações da população dos assentamentos com relação à inserção de projetos na área.

CAPÍTULO II

O campo e o trabalho de campo

2.1. Breve contextualização histórica acerca da formação do Recife

A necessidade de inserir no estudo informações históricas foi demandada quando do processo de desenvolvimento da pesquisa que, entre outros fatores, exigia não apenas uma contextualização histórica atual, contemplando o aspecto da formação dos assentamentos, os motivos políticos, econômicos, sociais e culturais de sua origem, mas também uma visão anterior do processo de formação de Recife, na tentativa de entender a situação ambiental em que se encontram hoje mergulhados os assentamentos de Caranguejo e Campo Tabaiães.

Mais do que interessante, é instigante o fato de que o levantamento histórico acerca da formação de Recife nos insere num sem número de informações em torno de vários fatores relacionados à formação dessa cidade, bem como às mais diversas paisagens que apresentou nos diferentes períodos históricos, numa ação conjunta em que sua paisagem urbana atual vem a ser o resultado da estrutura física e dos aspectos relacionados às negociações políticas e, à esfera do econômico, das relações sociais e dos aspectos culturais em processo nesses períodos.

Inicialmente o “sítio do Recife”, como denominado na bibliografia pesquisada era assim descrito:

“Coroas e bancos de areia, cordões litorâneos, arenosos e restingas, associado tudo a pântanos de água salobra, manguezais, lagamares, esteios e camboas, eis um resumo do sítio do Recife em sua origem, ou seja, do estuário afogado comum dos rios Capibaribe, Beberibe e Tejipió”. *Lins*¹³ apud Barreto (1994:21).

Acrescento a essa descrição a colocação de Barreto (1994:13) segundo a qual,

“... ações humanas determinam mudanças ambientais e estas, por sua vez, repercutem diretamente na qualidade de vida, especificamente, quando o estudo se refere ao Recife – uma cidade que se desenvolve sobre uma extensa planície aluvionar, resultante de um trabalho conjunto e sucessivo dos rios, do mar, da vegetação dos mangues, dos ventos e do próprio homem”.

¹³ LINS, Raquel Caldas. Alguns aspectos do Sítio Urbano do Recife. In: ANDRADE, Manuel Correia de. (org.) *Capítulos de Geografia do Nordeste*. União Geográfica Internacional, Comissão Nacional do Brasil. Recife, 1982. P. 81-84.

A forte presença da água na vida da cidade é um fator preponderante quando se trata de remeter o Recife aos seus primórdios de desenvolvimento urbano. No princípio, esse fato atraiu a presença portuguesa, à qual essencialmente sua localização geográfica interessava, dado a sua proximidade marítima, facilitando e barateando a prática da exportação da cana-de-açúcar para outros países na Europa. Em seguida, registra-se a colonização holandesa, cuja herança, mesmo no pouco tempo em que seus executores estiveram no poder, é ainda visível e presente nas vidas dos recifenses e dos moradores dos assentamentos de Caranguejo e Campo Tabaiães em específico, por algumas razões que serão assinaladas posteriormente. Uma terceira fase do referido desenvolvimento se estende da expulsão dos holandeses até os dias atuais.

Tomando por base os dados obtidos através da pesquisa bibliográfica, observa-se que a presença holandesa teve um peso considerável no que diz respeito à urbanização e ao processo de modernização do Recife, que até então se encontrava relegado aos portos e à infra-estrutura decorrente de sua centralidade. Segundo Barreto (1994: 31).

“... em janeiro de 1637, chegou ao Brasil Holandês o conde alemão João Maurício de Nassau-Siegen, nomeado governador-capitão e almirante geral do Brasil (...) Por essa época o problema de habitação no Recife assumia níveis alarmantes. Os poucos terrenos vagos existentes eram caríssimos, da mesma forma que os aluguéis cobrados pela companhia. Não havia local para a expansão urbana e o novo governador não viu outra alternativa, senão estimular a ocupação da ilha de Antônio Vaz”.

Diz-se que os holandeses tiveram uma certa facilidade em termos de adaptação com a estrutura física do Recife pelo fato de que as terras de onde vieram também sofreram (por estarem abaixo do nível do mar) contínuas inundações. Considerando as vantagens da localização, Castro (1954:122) relata que os holandeses,

“... estudando essas vantagens, a situação estratégica e as possibilidades topográficas da Ilha, traçaram um completo plano urbano para a futura cidade, nos moldes do que os holandeses possuíam de mais adiantado naquela época. Moldes que traduziam a alta técnica daquele povo em construção de cidades sobre solos particularmente impróprios e ingratos e em saber vencer um dos maiores flagelos que sempre ameaçaram os homens – o das inundações”.

O estímulo à habitação na ilha de Antônio Vaz e todo o planejamento realizado no empreendimento não foram suficientes para suprir o problema da falta de habitação no Recife. Para Barreto (1994:34), “apesar do interesse de Nassau, a questão da falta de habitação do Recife, permanecia sem solução [...] A nova cidade Maurícia constituía-se em um bairro para os mais pobres, com casas de madeira provenientes da Holanda e as mesmas características da velha Maurícia”.

Melo (2001:64) afirma que “a história dos assentamentos populares no Recife remonta ao período colonial holandês, quando a população carente ocupava mocambos nas áreas alagadiças. Essas regiões eram consideradas perigosas pelos batavos: ‘na margem do continente não ousavam os holandeses por o pé, temiam essas terras de aluviões, esses extensos de paués e imensos mangues que precedem as (...) matas e sertões’”. (Bezerra, apud Melo, 2001).

Após a expulsão dos holandeses, em 1645, o problema da habitação que já era uma constante, foi se tornando cada vez mais grave. Castro (1954:134, 153) assinala que:

“Em fases ulteriores, outras influências propulsoras fizeram-se sentir, ligadas à vida da região a que a cidade se propôs servir como porto e como foco de concentração e direção político-econômica. Assim vemos um dos fatores do seu crescimento originar-se de sua própria força de atração, sobre os habitantes da zona da mata cedo bem povoada (...) Além dos que imigravam da zona do açúcar, por motivos vários, deve-se acrescentar os que desciam expulsos pela seca do outro Nordeste, e do sertão semi-árido do gado e do algodão (...) e que ajudaram a construir dentro da área urbana do Recife aquela ‘Mucambopólis’ (...) referindo-se àquela massa de choças miseráveis (...) construídos via de regra, nas terras menos valorizadas do Recife (...)”.

Viajantes da época, a exemplo de *Tollenare*¹⁴ (1906), deixaram suas impressões acerca dos caminhos trilhados em Pernambuco durante o período de 1816 a 1818, impressões que hoje, de alguma forma, apóiam a reconstrução da origem da formação da atual paisagem recifense:

¹⁴ TOLLENARE, L. F. de . *Notas Dominicães – Tomadas durante uma residência em Portugal e no Brasil nos anos de 1816 e 1818, parte relativa a Pernambuco*. Tradução de Alfredo de Carvalho. Recife: Empresa do Jornal do Recife, 1906. 261p.

“... só se pode sair de Santo Antônio pelo aterro do sul chamado dos Afogados, o qual conduz a uma bonita povoação situada a uma légua da cidade, atravessando uma planície arenosa e pantanosa coberta de mangues, que servem de refúgio a miríades de caranguejos (...) Há sobre o aterro algumas cabanas feitas de folhagens nas quais habitam *mulatos e negros livres* (...) o mangue, o coqueiro e o dezendeiro foram as árvores que mais provocaram a minha atenção no meu passeio pelo aterro de afogados; o campo é geralmente plano arenoso e pantanoso”. Tollenare apud Barreto (1994: 40). Grifo meu.

De acordo com Castro (1954:153),

“para a construção do seu mocambo, naquelas zonas sujeitas à inundações, o caboclo quase sempre procura levantar um pouco o nível do solo, construindo *calombos* ou montes artificiais, onde plantar sua rústica habitação. Talvez nesse procedimento ou técnica haja alguma influência holandesa, desde que esse foi também o primeiro processo usado na Holanda para construir sobre terras baixas”.

Além dessa possível influência cultural apontada por Josué de Castro, a partir da seguinte citação, entendo que possivelmente também as palafitas sejam uma herança do conhecimento holandês: “Os holandeses, por sua arte de construir habitações sobre estacas, diques, pontes e canais, venceram o adversário, não somente o rio, como o mar” (*Pierre Lavedan*¹⁵, apud Castro, 1954:122).

A partir dos dados explicitados até agora, entendo que foram os retirantes de outras partes do Nordeste (fossem os da cana ou os da seca), os caboclos de que nos fala Josué de Castro, os mulatos, os negros livres e os escravos, que ajudaram a compor a atual paisagem urbana miserável de Recife. Relegados às áreas que durante algum período de tempo estiveram fora dos interesses econômicos e imobiliários, eles pouco a pouco construíram seus mocambos – de forma desordenada, aterrando, aos poucos e usando materiais rudimentares, e modificando para sempre as características físicas e estruturais de Recife. Castro, aliás, registra que:

¹⁵ Pierre Lavedan – “Histoire de L’ Urbanisme” – Paris, 1841.

“Tudo isto está retratado na paisagem urbana do final do século XIX e início do século XX, Recife cresce e se moderniza, sem levar em consideração as necessidades básicas dos seus novos moradores, comprimidos em suas favelas e mocambos, espalhados sobre as áreas cujas características naturais não haviam atraído a expansão imobiliária oficial”. Castro (1954:45).

Estamos no século XXI, o Recife está cada vez mais moderno, mais vertical – expressão plena da modernidade – seus espaços estão cada vez mais reduzidos, seus mangues quase não existem, as pontes do período holandês estão ameaçadas pela falta de manutenção, os rios estão cada vez mais poluídos, e no meio disso tudo, desviando da premissa de que o que está à margem da sociedade compartilha dos espaços da periferia, encontramos Caranguejo e Campo Tabaiars, dois assentamentos urbanos, marginalizados social e economicamente, localizados no centro do Recife, onde existem ainda as palafitas e tantas outras expressões de condições miseráveis de sobrevivência humana.

2.2. Breve contextualização histórica acerca da formação dos assentamentos de Caranguejo e Campo Tabaiares.

Tão importante quanto falar sobre a origem dos assentamentos tendo por base o próprio processo de povoamento do Recife, é considerar a origem dos assentamentos estudados em si mesma – como tudo começou, o porquê da denominação Caranguejo e Campo Tabaiares, entre outras questões, estarão dispostos no decorrer destes escritos.

Poucos são os registros acerca da origem de Caranguejo e Campo Tabaiares a partir de documentos e similares; por este motivo, alguma informação que porventura exista ou que venha a ser disponibilizada, tem relação direta com a memória de seus moradores mais antigos, que remetem tanto à estrutura física da área, quanto à construção de sua estrutura política, social e econômica.

Segundo escritos do Projeto de Desenvolvimento Sustentável de Caranguejo e Tabaiares, “a ocupação em Caranguejo foi iniciada por volta do ano de 1910 (...), em 1970 se intensificou com o apoio da Igreja Católica”.

Em relatório da URB (2000) consta a declaração do Sr. Arlindo Pedro Alexandrino, morador dos assentamentos desde 1929, na qual diz “que ao chegar em Caranguejo já havia uns cinquenta barracos construídos”. Com base nessa informação pode-se considerar que em meados do ano referido se iniciava a ocupação dos assentamentos, cuja área, nessa época, era essencialmente maré, lama, viveiros abertos, caranguejos, áreas abertas de criação de vacas – as vacarias – e a principal atividade que gerava renda era a pesca.

Ainda segundo o relatório referido, “não há registro da existência de proprietário da área, especula-se que esta pertença à Marinha, e atualmente há moradores que ainda pagam foro à mesma”, o que explica a formação dos assentamentos dentro da estrutura de formação do Recife, em sua origem: eram terras desprezadas por quem exercia o poder e receava explorar essas áreas “pantanosas”, como geralmente eram caracterizadas.

Pouco a pouco, Caranguejo e Campo Tabaiares tomaram sua forma atual e seus nomes foram perpetuados pelas tradições locais. O primeiro – Caranguejo – remonta ao período em que caranguejos sobravam nos mangues e eram acessíveis aos moradores; o segundo – Campo Tabaiares – faz referência a um antigo campo de futebol, que ficava situado na área invadida, usado por um time que se denominava Tabaiares. Vale salientar que, antes mesmo de ser um campo de futebol, segundo dados do relatório, essa área era “uma campina onde um senhor conhecido por ‘Lula da Campina’ trabalhava como vigia de um dos terrenos”.

“O processo de ocupação da área teve início há aproximadamente 90 anos, mas só se intensificou a partir da década de 70. A luta pela posse da terra começou a ter êxito com apoio da paróquia Nossa Senhora dos Remédios, na pessoa do padre Francisco que, por meio de pressão política, conseguiu fazer com que a prefeitura liberasse a permanência da população no local, e culminou com a transformação das comunidades em ZEIS no ano de 1996 e com a instalação da Comul em 1997” (Tabaiaries, apud Melo, 2001: 77).

Atualmente, os assentamentos possuem sérios agravantes no que diz respeito às tentativas de desenvolvimento que envolvem a área. Já faz um tempo que os olhos imobiliários olham para esses assentamentos e o jogo do poder político e econômico está travado. A organização de seus moradores tenta se mover dentro dessa areia movediça há séculos estruturada, como pudemos observar anteriormente, e tudo parece estar sendo engolido por um mar de terra, tijolos e cimento.

2.3. Aproximação do campo de investigação:

Para entrar nos assentamentos foram utilizados alguns caminhos; mas antes do relato a esse respeito, tentarei descrever como foi o processo de escolha daqueles que vieram a ser os assentamentos pesquisados.

De antemão, sabia que a *FASE/PE*¹⁶ possuía projetos em áreas de condições miseráveis e que, inclusive, algumas eram ribeirinhas e possuíam características ambientais de grande interesse para o estudo a que me propunha.

No dia em que entrei em contato com um representante da ONG referida, ele prestou alguns esclarecimentos sobre as áreas em que a organização atuava e seus principais problemas, como área problemática estava Caranguejo/Campo Tabaiaries, cujas características

¹⁶ FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional [...] Garantindo um potencial e um programa mínimo de intervenção, a FASE fortaleceu-se no contexto de novas disputas derivadas da globalização/reestruturação/reforma do Estado, particularmente combatendo o minimalismo em políticas sociais, as novas formas de exclusão social e a desregulamentação de direitos econômico-sociais. Os êxitos na atuação regional e na luta por direitos vão sendo fortalecidos pelas questões emergentes enquanto espaço social de disputa sobre os rumos do desenvolvimento. À questão do monitoramento de políticas públicas e dos indicadores de bem-estar somam-se temas e novos movimentos sociais: gênero, dimensão étnica, poder local e economia solidária, destacando-se a significativa qualificação da sustentabilidade e uma intervenção sólida na esfera pública nacional e na dimensão internacional. (www. fase.org.br).

ambientais, físicas, sociais e políticas dificultavam um processo de desenvolvimento comunitário e, por consequência e inclusive, de auto-gestão.

Foi a partir dessa constatação que os assentamentos foram escolhidos e, em seguida, buscados para estudo. Como procedimento de pesquisa, procurei as lideranças locais e de imediato entrei em contato com uma delas por telefone. Marcamos dia para nos conhecermos e fomos até lá, eu e Augusto, meu companheiro e cientista social, que me acompanhou e apoiou nesse início em que ainda me recuperava de uma cirurgia, e também numa outra visita, quando pôde contribuir com uma fotografia para a ilustração desse trabalho.

Nesse dia tivemos as devidas apresentações, conversamos sobre a comunidade, nos foram relatados pela liderança os aspectos problemáticos e seu trabalho junto aos idosos do local. Combinamos um reencontro em um outro momento, inclusive para entrar em contato com outras lideranças do local.

No meio tempo em que nos reencontraríamos, busquei material sobre os assentamentos na URB (Empresa de Urbanização do Recife) e encontrei não só um relatório sobre a área, como também pessoas comprometidas com seus trabalhos e que colaboraram e se interessaram pelo estudo a ser realizado, disponibilizando fotocópias de materiais dos projetos na área, de contratos e acordos para o desenvolvimento local, fotos, mapa, enfim, foi uma empreitada muito proveitosa.

Ainda através da URB, mais especificamente através de uma representante da COMUL (Comissão de Urbanização e Legalização), estive pela segunda vez nos assentamentos, agora para uma reunião em que viria reencontrar a liderança comunitária com a qual já havia feito contato anteriormente, bem como conheceria outras representantes, sendo nas condições enfrentadas nesse momento que percebi o que me aguardava nesses assentamentos.

“Na primeira visita não conheci o local todo e nessa segunda visita que entrei de carro (numa carona da URB), tive uma visão confusa do local, ou será mesmo um local confuso?...”¹⁷.

Do lado de fora da União dos Moradores de Caranguejo/Campo Tabaiães, vários rapazes conversavam, bem como pelas ruas, mulheres, homens e crianças ainda perambulavam, proseando na porta dos vizinhos e sentados em banquinhos por vezes improvisados de tijolo.

¹⁷ Anotação do caderno de campo.

Na reunião, ao me apresentar como estudante, os ânimos de uma das lideranças ficaram alterados. Percebi que me tornei alvo, naquele momento, de uma estrutura (montada antes de mim, e mesmo antes dela) que não deixava (e nem deveria) aquela mulher calar sobre sua realidade e sobre as condições às quais se submete diariamente.

Não achei interessante levar um gravador para esse momento, assim não registrei, infelizmente, suas palavras, que se referiam à quantidade de pessoas (professores, estudantes, estrangeiros etc.) que visitam a comunidade e nada fazem para melhorar a situação deles. Esse fato provocou silêncio por uns instantes em todos os presentes à reunião; sabíamos que o que aquela senhora idosa e vivida dizia era verdade, e que suas palavras eram, sim, parte de uma necessidade de desabafo e, mesmo, um pedido de socorro.

Entendi, naquele silêncio, o aguardo de uma palavra minha pelos presentes, fosse em minha defesa, talvez uma justificativa ou uma promessa, nesse caso o que fiz foi esclarecer e reafirmar minhas condições ali, minha posição de pesquisadora, justificada pelo registro das condições de vida das pessoas e sua memória, ouvindo, escrevendo, anotando. Não sei se fui convincente naquele momento, mas principalmente fui sincera, inclusive comigo mesma.

Depois desse momento a reunião continuou normalmente. Senti a revolta nas falas e nas expressões dos rostos das lideranças que estavam presentes, principalmente quando os assuntos tocados diziam respeito à falta de resoluções palpáveis e melhorias para a área, também às contínuas reuniões que acabavam em vazio, os *problemas pessoais*¹⁸ e assim por diante, exemplificando dentre outras coisas, a grande quantidade de crianças que vêm adoecendo por conta dos alagamentos e fatores conseqüentes por ocasião das chuvas e que nada é feito, de fato, por elas.

Após esse primeiro contato, tornou-se comum a minha presença, tanto dentro dos assentamentos, quanto nas reuniões da COMUL, como em outros espaços em que achava interessante estar presente para entender o que se passava, compreender as tensões existentes e decodificá-las, bem como de tentar enxergar formas de saída e resoluções para os problemas observados, embora o objetivo desse exercício não fosse exatamente esse.

¹⁸ Sobre os problemas pessoais - ver capítulo V - em que as mulheres principalmente passam por grandes dificuldades quando se lançam nos espaços públicos, havendo as pressões do plano privado – o plano da casa, o plano da família – quanto do plano público – relações com a vizinhança etc.

CAPÍTULO III

“A tradição do caranguejo é do passado”

(Sr. Arlindo)

3.1. Perfil e auto-retrato

A forma como observamos e concebemos nosso próprio mundo é diferente da forma como outras pessoas o fazem. Estranho é pensar que o mundo observado pode ser o mesmo de quem observa, mas que devido a uma série de diferenciações, inclusive derivações de desigualdades sociais e culturais, as visões parecem distorcidas, se chocam, geram conflitos e, ao mesmo tempo, aguçam a curiosidade, o desejo da compreensão da alteridade e assim por diante.

Nesse sentido é que se estrutura o terceiro capítulo, no qual a percepção pessoal dos moradores dos assentamentos sobre o lugar que moram é entendida enquanto aspecto essencial para a apropriação do conhecimento de sua organização, já que este deverá abarcar opiniões próprias das (os) moradoras (es) sobre as facilidades e dificuldades vivenciadas no ato de morar em Caranguejo e Campo Tabaiaras. Nessa mesma perspectiva, busquei suas falas acerca do que gostariam que fosse modificado e das mudanças já ocorridas, bem como suas idéias acerca das noções de meio ambiente e qualidade de vida, idéias essas geradas a partir do seu próprio cotidiano.

Por estar informada sobre as condições de vida dos moradores da ZEIS, em alguns momentos fui surpreendida com algumas respostas das pessoas entrevistadas. Exemplo disso está em que, ao questionar sobre *o que acham do lugar em que moram* e esperando talvez ouvir, devido às más condições de moradia e saneamento, alguma resposta negativa, obtive considerações no mínimo inesperadas, oriundas de referências positivas sobre os assentamentos (pelo menos em princípio), como ilustrado nos seguintes depoimentos:

“... pra mim é deliciosa, indo e voltando pra mim. Aqui eu entro qualquer hora da noite, não tem problema, ninguém bole comigo, cada cá faça sua parte, que eu faço a minha e tá tudo certo”. (Seu Marcos)

“Eu acho bom, porque aí é o negócio, porque em todo lugar tem gente boa e gente ruim, mas eu num me meto na vida de ninguém e ninguém num bula comigo porque eu também num bulo com ninguém. Acho bom”.(Seu Sérgio).

“Ótimo, ótimo, ótimo mermo. Perto de tudo, a gente tem dificuldade porque hoje em dia quase não existe emprego né, mas aqui a gente é perto de médico, perto de tudo, tanta coisa aqui bom, porque sei lá, eu criei meus filho aqui, antigamente como era favela né,

criei tudinho aqui, graças a deus nenhum deu pra marginal não, tudinho estudou, hoje em dia são tudo casado, foi muito bom morar aqui...” (D. Teca)

“Acho bem [...] Porque aqui já é perto de tudo né, do Recife. Se quiser ir pra cidade, se a gente num tem nem custo, a gente pode ir a pé, tem os mercado tudo aí perto, a gente vai pra Afogados, se a gente for morar num lugar longe, a gente não tem esse privilégio né...” (D. Morena).

“Achei muito bom né? Foi a melhor favela que eu encontrei que eu já sou de três(...) é melhor da seguinte maneira, porque quem faz o lugar é quem mora (...) ninguém bole com a vida nem de A nem de B, só não quero que venha fumar no meu bequinho, sabe como é? É no caso é isso, mas me dou com todos eles, nunca levei um tapa, nunca dei graças a deus, não tenho inimizade com nenhum, cada um usa do que gosta(...)”. (Sr. Cipriano).

Facilidades e dificuldades se emaranham no pensamento dos moradores. Alguns pontos podem ser considerados aqui, dentre os quais as vantagens, justificadas pela proximidade do centro (que propicia um deslocamento a pé, na ausência de dinheiro para passagem, favorecendo os assentamentos em termos da pouca distância de pontos de comércio no bairro de Afogados, Madalena, Boa Vista, e de hospitais públicos, entre outros) que estimulam a convicção dos moradores em se manterem neles instalados, ultrapassando os incômodos do tempo e do espaço.

Vale salientar que a maioria das pessoas entrevistadas, ao passo que consideram o aspecto geográfico como um privilégio e o apontam enquanto facilidade, deixam sobressair, nas primeiras palavras de suas respostas à entrevista, o aspecto das relações sociais, o contato com a vizinhança, o fato de não ter problema com ninguém, não ter inimigo, e assim por diante. Trata-se de uma avaliação importante para a compreensão das estratégias de sobrevivência dessa população, que é obrigada fisicamente a dividir “as paredes” de suas moradias com vizinhos, os varais de roupa, as estreitas vias públicas e tudo o que compõe sua realidade.

Nesse sentido também se torna relevante a fala de seu Cipriano, em que está explícito o esforço em conviver com pessoas que não possuem comportamentos que estão dentro de seu padrão de aceitação, como o daqueles que “fumam”, por exemplo, (interessante que nenhum morador tenha se referido diretamente ao que se fuma, e, se por vezes estimulados a falar, desviam a conversa). Percebe-se ao mesmo tempo, que, apesar da relação de “convivência”, suas presenças no “bequinho” do barraco de seu Cipriano não são bem-vindas, o que designa a noção da delimitação de um espaço privado e dos limites da convivência, mesmo em meio ao tumulto de relações físicas e sociais referidas.

Ao aprofundar as perguntas e adentrar nos problemas observados e sentidos pelos moradores, estimulando-os através de perguntas acerca do que deveria ser modificado nos assentamentos, aí sim, vieram à tona aspectos pontuais que incomodam, afligem, e, assim, tornam mais difícil enfrentar o dia-a-dia como, por exemplo, a ausência de uma moradia, de saneamento básico, de atendimento médico, de estímulo aos jovens e, mesmo, de alimentação. Isso se verifica nas seguintes falas:

“O lixo aqui sempre foi precário, uma coisa terrível, terrível, porque quando chega o verão, quase aqui ninguém dorme, muita muriçoca, é tanta muriçoca que você não queira saber, então quando chega a época de maré alta, é muriçoca demais, é rato demais, quer dizer e isso fica um ambiente sem democracia, um ambiente que não tem turnível pra ninguém, nem pra criança, nem pra adulto, um ambiente que não tem assim uma adequação, não tem esgoto, não tem saneamento básico, não tem uma canaleta, não tem nada, quer dizer, é uma água empoçada, com um bocado de lixo em redor, fora os inseto que vem de fora pra transmitir (...) doença pra contaminar as pessoas”.(D. Lourdes).

“Pra ser melhorado a criminalidade, que aqui dentro tem também, tem gente aqui que vem bandido de fora, os povo daqui faz violência com o povo daqui mermo entendeu, tem que ser melhorada muita coisa aqui viu, porque aqui é cruel”.
(Mariana).

“Querida o melhoramento das habitação das casas né, e do lugar, calçamento, drenagem dos esgoto, eu acho que eu queria conseguir isso para os pessoal das palafita(...)mudaria assim no local, porque aqui a gente veve no aperreio de água, a gente veve tudo tirando água ali daquele buraco(...) não tem bem saúde por causa do ambiente mermo, por causa dos esgoto, por causa da maré, que tem o viveiro tem gente que bota lixo, tem a criação de rato, de muitos mosquito aí...”
(D. Morena).

“Eu gostaria que a gente vivesse morasse digno, tivesse casa digna de morar, como você vê, tem muita gente aqui que mora ainda em casa de tábuas, dentro da maré, palafita, e a gente tivesse um tratamento digno (...) alguma melhoria aqui pra comunidade(...) é emprego, esgoto e educação...” (D. Teca).

“...a saúde é precara, a educação é precara, eu acho...sei lá. A polícia outro dia, teve um problema aqui que a gente ficou meia hora chamando a polícia e ela não veio, nós temos dificuldades aqui até mesmo com a polícia, a gente chama e ela não vem...” (D. Conceição).

Se por um lado as facilidades são apontadas inclusive com um certo orgulho, as dificuldades envergonham, revoltam, fazem perceber e ter consciência das privações porque passam, na limitação de suas moradias, nas águas de esgoto empoçadas, nos lixos, na ausência de segurança e de escolas (e em alguns momentos de escolas com qualidade), a falta de saúde

por consequência da grande proliferação de muriçocas e ratos que transmitem doenças, e dos cuidados para com as doenças a partir de uma insatisfação com os serviços do posto de saúde que funciona precariamente.

3.1.1. Mudanças no ambiente físico e mudanças decorrentes:

Anos são atravessados, crianças se desenvolvem, pessoas morrem, a cidade do Recife cresce em termos populacionais e a paisagem de Caranguejo e Campo Tabaiães se modifica, como podemos entender a partir da seguinte fala:

“Quando eu cheguei para morar, não tinha calçamento, as casas era de taipa, outra coberta por palha, outra era de tauba coberta com palha, era um rebuliço. Não tinha calçamento, não tinha água, só tinha luz e de vez em quando faltava. Água não tinha, a gente atravessava a pista para o outro lado que tinha a água do chafariz, era o dilema daqui. Quando a maré enchia, saia lá fora na pista, quando a maré secava, as casa ficava tudo cheia de lama com muito caranguejo, muito chié, muito siri, porque a maré enchia tudinho. Aqui passava bote quando a maré enchia”. (D. Olga).

Embora ainda existam muitas casas de tábuas e ruas sem calçamento, é visível a mudança na paisagem dos assentamentos, referida nas falas dos entrevistados. Na abordagem das transformações no ambiente físico dos assentamentos, um recurso metodológico aqui utilizado merece especial referência: a consideração da memória dos moradores antigos. Isto porque, ao tempo em que descrevem mudanças físicas do ambiente e suas possíveis consequências na qualidade de vida e no meio ambiente, tecem comentários que propiciam o entendimento das questões sociais, políticas, econômicas e culturais que envolvem os assentamentos.

Um exemplo interessante da importância desse recurso se revela na fala de uma moradora, atualmente com 70 anos, cuja história pessoal de luta por uma melhoria de vida esteve totalmente atrelada à vida pública de sua comunidade (termo por ela usado), condição que a tornaria uma das lideranças locais de grande representatividade.

“aqui não tinha água, eu batalhei, briguei, porque aqui tinha chafariz, quem botou esse chafariz aqui foi Liberato Costa Júnior e Miguel Arraes (...) quando fazia uns oito anos que esse chafariz tava funcionando, a mulher disse que o pedaço do terreno pertencia a ela, e ia fechar o chafariz, ela disse que ia fechar e dentro de 24h ela fechou o chafariz, fechou o chafariz e deixou a multidão tudo sem água, tudo (...) aí eu disse peraí, essa mulher não é mais mulher do que nenhuma, eu vou correr atrás (...) arrumei um ônibus aí levei meu mundo de gente pra assembléa (...) aí ele disse: você vai se responsabilizar pra ficar fornecendo água para o público? Eu digo: vou (...) com 24 hs foi aberta um pena d’água...”.

(D. Olga).

Aliás, é nessa linha metodológica que Bosi (1994:60) justifica seu trabalho *Memória e Sociedade* ao explorar a lembrança de pessoas idosas: “Um verdadeiro teste para a hipótese

psicossocial da memória encontra-se no estudo das lembranças das pessoas idosas. Nelas é possível verificar uma história social bem desenvolvida...”. Isso acontece porque é nos nossos velhos que estão as nossas memórias mais remotas – a memória de nossa história pública e privada, e não oficial; é nos velhos que podemos enxergar o nosso passado e compará-lo, talvez, ao nosso presente-futuro.

Quanto à função social do velho estar atrelada à questão da tradição, em um dos dias de pesquisa em campo pude entrevistar um dos moradores mais antigos de Caranguejo e Campo Tabaiães, que é também ex-presidente da associação dos moradores e, hoje, atual presidente da troça carnavalesca *Caranguejo em folia*. Nessa entrevista, o que ficou muito presente foi sua desenvoltura de expressão, bem como a utilização da palavra *Tradição* para expressar a *identidade*¹⁹ de sua comunidade e, por assim dizer, de sua própria identidade.



Foto 02: Maré seca, lixo entulhado, resquícios de mangue e os aterros ao fundo.

(Foto: Maria Sheila Bezerra da Silva)

¹⁹ “Quando nos referimos à nossa identidade cultural, o que temos em conta é a coerência de nosso sistema de valores, do duplo ponto de vista sincrônico e diacrônico. Esse é o círculo maior que deve abarcar a política de desenvolvimento, tanto econômica como social. Somente uma clara percepção da identidade pode instilar sentido e direção a nosso esforço permanente de renovação do presente e construção do futuro. Sem isso, estaremos submetidos à lógica dos instrumentos, que se torna tanto mais peremptória quanto tende a nela prevalecer a dimensão tecnológica”. (Furtado, 1999:72).

“... A tradição do caranguejo é do passado [...] Caranguejo é uma área de tradição e nunca se acaba, só se acaba quando for desapropriada pelo governo e município, porque se ele quiser desapropriar aí acaba nossa área... mas nossa área por enquanto persegue Caranguejo do passado [...] Hoje eu ainda criei a troça carnavalesca caranguejo em folia para alegrar os foliões da nossa área porque é uma área de tradição [...] nossa área ainda persegue caranguejo do passado”.(s. Humberto).

O passado ao qual se refere o entrevistado é o que ele viveu e do qual sente falta; é o que ele registrou durante 73 anos, e dele se recorda nos seguintes termos:

“Na épica passada (hoje já está caro), mas na épica passada era barato, hoje uma corda de caranguejo já é de fora, e é por isso que a gente não comemos mais caranguejo que tá custando(...)no valor de quatro a cinco reais por corda, e nós não podemos mais saborear os nossos caranguejos porque acabou-se os caranguejos da nossa área, que era uma área alagada e cheia de manguezais, hoje acabou-se os manguezais, por causa das invasões de pessoas que não têm aonde morar...” Grifo meu (Sr Humberto).

Nesse sentido é que percebo quão associada está a memória individual desse senhor à memória do grupo que gera, segundo Zumthor (1997:14), “a perspectiva em que se ordena uma existência e, nesta medida, permita que se mantenha a vida (...) cria a história, ata o liame social e, por conseguinte, confere sua continuidade aos comportamentos que constituem uma cultura”.

Ainda fazendo alusão à fala do Sr. Humberto, a frase grifada exprime, por assim dizer, um saudosismo com relação ao período inicial das invasões no local, cujas conseqüências são contraditoriamente justificadas pela própria população em função da necessidade comum de moradia. Assim é que, ao realizar as entrevistas, percebi que em determinados momentos havia uma certa incoerência entre a percepção das necessidades e a percepção das conseqüências das atitudes coletivas analisadas, tais quais a invasão e aterro do mangue.

Sobre este aspecto, já nos diz Balandier (1999:50) que “a retomada da memória naquilo que ficou convencionalizado chamar de passado dá-se por caminhos múltiplos, onde o acesso às lembranças não é nem direto, nem protegido das contradições”.

No que se refere às mudanças físicas em geral, um dos entrevistados assim se expressa:

“Eu acredito que a mudança, mudou muito a vida de algumas pessoa em questão da saúde né, porque antigamente a saúde aqui era precária, morria muita gente de tuberculose, de sarna mermo, que a doença maior que matava era sarampo e bexiga, que hoje é uma doença tão comum. Essa maré tinha uns setenta metros de

largura, hoje é um canal que não tem nem dez metros de largura. [...] Foi bom e foi ruim porque acabou com o sustento de muita gente que vivia da maré, que hoje não tem condição de viver(...) tem lugar aqui que a maré é mais estreita do que esse canal aqui, que não passa nem água de tantas pessoa ter aterrado, por culpa do governo por nunca ter ajudado na moradia do povo da comunidade(...)”.

(Sr Paulo).

“Era cheio de estribaria de cavalo, era uma casa aqui, outra lá embaixo do terminal, outra lá no fim, chamava o sr. finado Bolinho que foi o que morreu, ele era quem o primeiro que eu encontrei foi ele, tinha cavalo e de lá pra cá foi aumentando, foi chegando habitante e graças a deus a favela virou uma cidade”.

(Sr Cipriano).

Sobre as mudanças no canal umas das moradoras tece a seguinte avaliação:

“Olha, a mudança não foi boa não porque o canal era limpo né?, também não era porque não morava ninguém ao lado. Hoje em dia mora do lado esquerdo e do lado direito, fizeram casa né? Antigamente era limpinho o canal, não tinha nada, chega fazia gosto. É que eu cheguei a uma época (...) tomar banho né...porque era sadio, só que hoje em dia o canal é sujo, o próprio povo mesmo não limpa (...) eles continuam colocando lixo dentro do canal, móveis, sofá velho, lata, entendeu? (...) Não foi melhor, eu acho que foi pior né, porque antigamente não tinha lixo, hoje em dia o canal é daquele jeito, poluído...”. (Leila).

A respeito dos aterros dos viveiros para o levantamento de casas, a entrevistada anterior declarou:

“... eu achei bom porque muita gente veio pra'qui que não tinha onde morar morava embaixo de ponte, morava com a família, então tinha os viveiros, mas eles não ligavam, eles não cuidavam entendeu? Então eu achei melhor a turma invadir porque não tinham moradia (...) a própria minha mãe mermo (...) a gente invadiu aqui uma parte que foi minha irmã mais velha, invadimo e botamo duas palhas, botamo minha mãe debaixo e depois a gente foi comprar madeira, tábua e construímos um barraco de tábua”. (Leila).

Sobre o mesmo tema registro o seguinte depoimento:

“Aqui tudo era maré, viveiro e casebre, as casas agora tão tudo bonita, mas agora que melhorou, mas naquele tempo a gente aterremo aí, pra fazer isso aqui tudinho”.(Sr Marcos).

No que se refere às mudanças na área das palafitas e a partir da seguinte questão “... e há cinco anos atrás era muito diferente por aqui?”, a entrevistada falou o seguinte:

“Rapaz, de lá pra cá não mudou nada não visse, é a mesma coisa, só fez aumentar. Aqui quando eu morei não tinha muito barraco como tem agora não, tinha menos barraco, agora encheu mais, a gente fez mais barraco aqui dentro, não tinha esses barraco todinho não”. (Mariana).

Além desses aspectos das mudanças físicas ocorridas nos assentamentos sob o ponto de vista dos próprios moradores, leva-se em consideração também outras mudanças ocorridas ao longo do tempo como podemos observar nas falas a seguir:

“Aqui tinha muitas casas de madeiras, muitas mesmo, quando eu vim morar aqui tinha poucas casas de alvenaria, mas o tempo foi passando e é difícil você ver aqui casas de madeiras, se tiver é algumas perdidas. Tinha dois colégios aqui, mas por falta de casa pros outros, tiveram que invadir e hoje são moradias pro povo. (Cíntia).

Referências diversas acerca das mudanças no ambiente físico de Caranguejo/Campo Tabaiães foram observadas na mudança da estrutura da maioria das casas, no aumento da quantidade de palafitas, nos aterros sucessivos – que achatam a maré e atingem os viveiros – também na poluição dos canais, no acúmulo dos lixos, e as conseqüências desses aspectos na ausência de uma infra-estrutura que pudesse oferecer melhores condições de vida à população da forma como entendem qualidade de vida e meio ambiente.

3.1.2. Suas próprias concepções acerca das noções de Meio Ambiente e Qualidade de Vida

Sendo interesse dessa pesquisa, entre outros, de analisar a qualidade de vida de uma população situada num ambiente complexamente organizado, tornou-se necessário, como já foi dito anteriormente, levar em consideração a percepção dos próprios sujeitos dessa população local sobre suas condições particulares de existência.

Embora muitas respostas tenham sido encontradas através da observação diária dos movimentos cotidianos dos moradores dos assentamentos, foi a partir de perguntas diretas, feitas por ocasião das entrevistas realizadas, que se tornou possível o entendimento – digamos, prático – de sua concepção peculiar de qualidade de vida e meio ambiente.

Neste subcapítulo, assim como no anterior, mereceram destaque as falas dos moradores dos assentamentos que, mesmo com todas as dificuldades de comunicação – fosse pela desconhecida posição de entrevistados e entrevistadas, pelas próprias perguntas que, mesmo adaptadas, geravam confusão, pela dificuldade de se expressarem e/ou por motivos afins – puderam contribuir de maneira ímpar para a riqueza dos dados coletados.

Pelas razões até aqui expostas, torna-se mais que interessante identificar os “personagens” e as “personagens” dessa história, talvez denominada, com a devida licença de João Cabral de Mello Neto, de *Morte e Vida Severina* ou, ainda, *Mulheres e Homens Caranguejos*. Trata-se de uma identificação necessária, por tudo que significa ser e existir, mas também pela negação do tratamento de pessoas humanas como se fossem números e estatísticas apenas, ou meros informantes.

Seu Marcos (nome fictício): É um coletor de lixo que não possui carroça própria, nem documentos de identificação; tem 51 anos, é viúvo, mora com filhos e netos, em condições precárias de sobrevivência, num dos becos de Tabaiães. Segundo seu Firmino (seu vizinho), é uma das pessoas dos assentamentos que mais passa por necessidades. Parece possuir baixa auto-estima, sinalizada por sua dificuldade de conversar olhando nos olhos.

“Qualidade de vida é pra eu ficar numa melhor, numa boa, numa casinha melhor, pronto, um barraquinho melhor, porque esse daí - tá certo é meu – é meu e não é, porque tô quase no fim da vida, sei lá, é dos menino aí, e enquanto eu tiver batendo o olho é meu. Aí eu queria que me desse uma chance de trabalhar, que eu ainda não estou morto pra trabalhar, para arrumar um trocado melhor, pronto, eu fazia...”

“Meio ambiente? Pelo menos pra mim meio ambiente, eu tô num meio ambiente não é? Mas se eu tivesse num ambiente melhor, pra mim era melhor ainda... arrumar um bom emprego e boa saúde e uma casa pra morar e tudo mais”.

Seu Sérgio (nome fictício): Também é um coletor, mas só fiquei sabendo disso durante a entrevista. A priori ele seria identificado como morador das palafitas; contudo, além de coletor, também trabalha nos viveiros. Entrevistei seu Sérgio dentro de sua palafita, um pequeno espaço em que pude identificar um cheiro forte de suor, urina e fezes (não sei se oriundo de sua palafita, de sua localização – em cima de um espaço que serve de despejo de esgoto, ou de ambos).

No momento da entrevista ele se encontrava sentado em seu sofá, em frente a uma televisão no último volume (pois seu Sérgio possui problemas de audição), rodeado por um cachorro, vários gatos, e mesmo um galo novo, e tinha uma aparência de uma pessoa debilitada fisicamente, aspecto confirmado a partir de suas constantes observações acerca de uma queda que havia levado nos Viveiros e que estava o impedindo de se locomover. Quanto ao conceito de meio ambiente, não soube responder o que acha que é; sobre qualidade de vida assim se pronunciou:

“Minha qualidade de vida pra mim é essa mesmo que eu tô levando. É me acordo bem cedo, tendo meu cumerzinho pra comer tá bom, tendo meu cumerzinho pra comer eu não quero mais nada, num ligo pra roupa, num ligo pra nada bom, eu sei que não vou ter nada bom no futuro para frente. Eu não tenho documento, num tenho porcaria nenhuma, ...eu num tenho nada, pra mim tá tudo bom, tendo um cumerzinho pra eu comer, pronto, o importante pra mim é isso. E tendo pro meu filho comer pronto, num deixar meu filho passar fome...o problema é esse”.

Leila (nome fictício): mora em um beco transversal à principal rua de Tabaiães. Sua casa é de alvenaria, e com relação às outras casas dos assentamentos, a sua tem uma certa estrutura, com quartos e banheiro. É, atualmente, uma das representantes da COMUL e, em relação aos interesses da área, é uma das moradoras mais ativas em termos do encaminhamento de reivindicações junto aos órgãos públicos. Não a questionei diretamente sobre o que acha que é meio ambiente; quanto à qualidade de vida, essa foi sua definição:

“É você ter alimentação três vezes por dias. Ver todas criança aí estudando que realmente é... Ter um calçamento base aqui que a gente não tem né. Todas criança fazendo atividade, ocupada. Porque a partir do momento que tiver isso na comunidade, eu acho que a vida seria diferente, porque a partir do momento que tem emprego para os pais (o desemprego é grande), os pais pode dar uma alimentação e uma educação melhor para os filhos. Esse é meu ponto de vista. Porque a partir do momento que eu tenho um emprego, eu vou educar meu filho, eu vou pagar uma escola, mermo que ele num vá pagar uma escola, ele vai estudar decente, ele não vai sair para escola de manhã sem café. De meio dia

quando ele chegar eu vou ter almoço pra dar pra ele, coisa que muitos aqui não tem. Eu vou ter minha alimentação, não vou tá muito doente, porque se você tem uma alimentação certa e digna você não vai adoecer muito...”.

Seu Chico (nome fictício): É o proprietário de um dos maiores viveiros de camarão da área. Está na comunidade desde muito jovem, viu a paisagem ser modificada ao longo dos anos, e atualmente zela, entre outras coisas, pela imagem do São Francisco de Assis encontrada por ele na maré, há mais ou menos cinco anos atrás. Refere-se à qualidade de vida com as seguintes palavras:

“Qualidade de vida? Se eu não responder, a senhora me desculpe porque o meu modo de qualidade de vida é assim, um modo de viver respeitando a todos, uma boa ..., viver, que não falte na mesa do pobre né, num ser uma vida tão sacrificada pra poder comer um bocado (...) Eu achava que daqui, eu ia ter uma qualidade de vida melhor, assim, um modo de viver, ter uma moradia boa. Graças a Deus, como pobre eu tenho uma boa cama pra dormir, que antigamente, no tempo da minha infância, era candeeiro, hoje é luz fluorescente,(...) som, que antigamente era baixo falante. Energia temos a toda hora, a gente, quando eu era menino, ia comprar a caçamba de gelo pra minha mãe fazer suco, quando chegava era água, porque a distância era muito grande né. Hoje em dia nós temos televisor que a gente não tinha antigamente, então eu acho que pra mim, a vida, com toda dificuldade que nós temos, tá bom. Só que não tá melhor ainda, devido a violência. Ter uma qualidade de vida melhor sobre essa violência, porque eu acharia que devia ser melhor...”.

D. Lindalva (nome fictício): Não é moradora de palafita, mas, no momento da entrevista, estava dentro de uma. Mora próximo às palafitas e conhece bem os problemas de quem mora nelas, inclusive defendendo até com mais rigor quem as habita. É evangélica, mãe de três filhos, preocupada com a educação e saúde deles. Mostrou-se muito sensibilizada pela causa dos moradores das palafitas e, a partir de seu próprio modo de se expressar, inclusive se utilizando de muitos *neologismos*²⁰, abordou assuntos muito interessantes e instigantes, como a questão da segurança e a qualidade da educação que as crianças recebem. Sobre os conceitos que interessam mais especificamente ao trabalho, declarou:

“Olhe, pra mim, meio ambiente, se houvesse mais higiene na limpeza dos canais. O canal também tem tudo a ver, aquele canal ali, o lixo que ele traz a maré recebe, então, se prejudica os de lá, prejudica os daqui, certo? Se tivesse saneamento de esgoto né, ou uma canaleta ou um coletor pras pessoas colocar lixo, o ambiente da moradia fosse melhorado, ou talvez se esse pessoal saísse daqui e fosse pra um lugar melhor pra morar, se eles fizesse, pronto, esses

²⁰ Presentes em sua fala na página 39.

candidato mermo deviam fazer algum tipo de campanha né, se reunindo eles todos pra fazer um tipo de projeto, que tipo de projeto? Fazer as moradia num lugar separado desse ambiente aqui e depois que tivesse pronto, os pessoal fosse transferido daqui pra lá. Aí aqui não ficava mais moradia, ficava o que eles quisesse, ou uma ponte, não sei...esse lugar aqui pra se morar não é um lugar adequado, é desagradável.

“A qualidade de vida é como, do jeito que eu penso. A qualidade de vida, tem um posto de saúde que tenha mais atendimento, que a pessoa fosse mais atendido (...) melhoria do lugar, das coisa que eu to falando, na moradia, no ambiente, no caso de saúde, no atendimento médico, tá entendendo, ou numa profissão de trabalho, quer dizer, tem que ter qualidade em qualquer coisa, em todos os seus sentidos tem que ter qualidade. Não adianta você ter uma qualidade no seu trabalho e você ter uma péssima qualidade no ambiente, de posto de saúde, ter uma péssima qualidade no ambiente aonde você mora, então você tem que ter qualidade em tudo, entendeu? Num ambiente mermo, uma praça organizada, as praças, as crianças vão brincar, tem um lugar pra ficar menos risco certo, com mais segurança, quer dizer, uma comunidade dessa merece ter essa estrutura, mas não é aqui o quadro que eu vejo (...) nem de vida, nem de sociedade, nem de moradia, nem de escola, a escola daqui é péssima (...) os meu sabe qualquer coisa porque eu puxo por eles em casa, mas uma mãe analfabeta, que não sabe ler, me diga como essa criança vai se desenvolver...”

Mariana (nome fictício): É uma jovem de 24 anos, moradora de uma palafita da rua Jordânia. Tem quatro filhos, mas só as duas meninas moram com ela e com seu atual companheiro. Os dois meninos moram com o pai deles, em outro local. Mariana fez questão de fazer suas observações enquanto eu entrevistava D. Lindalva; por esse motivo, tive que parar algumas vezes a entrevista e prometi ouvi-la numa outra ocasião. Assim o fiz, e suas respostas sobre qualidade de vida e meio ambiente foram as seguintes:

“Rapaz uma qualidade de vida seria sair daqui. Meu sonho é sair daqui (...) e de preferência sair da favela...”

*“É um ambiente aonde a pessoa vive sem poluição, porque se você sentir a poluição que tem aqui dentro, de mau cheiro, de carniça, de merda dos outo, esse é um ambiente que as pessoa não tem nem condições de viver, as criança adoecem aqui ‘brincando’, o mau cheiro aqui dentro (...) O povo joga aqui carniça, joga **pombo sem asa**, que é o saco de merda que a gente chama entendeu (...) aquela carniça, couro de galinha dentro, resto de carne, tudo isso prejudica a pessoa aqui atrás, se a senhora vê cada gabiru que tem aqui atrás é ‘brincadeira’, né brinquedo não!”*

D. Morena (nome fictício): Mora numa casa de alvenaria muito simples, com parentes que não sei precisar quem são; é também uma das representantes dos assentamentos e define da seguinte forma os conceitos que lhe apresentei:

“Meio ambiente que eu digo, é o lugar, tendo com as árvores verdes e a limpeza também né. É uma coisa que a gente num tá vendo é a limpeza, tratamento (...) dos esgoto também, do lixo, das desmatação também que já fizeram em muitas árvore...”

“É o ambiente, a gente fazer por onde viver e sobre o negócio da limpeza, na qualidade de vida, a gente tem que ter uma vida melhor (...) tudo limpo, tudo bem arrumado (...) o poder público conseguir ajeitar o melhoramento de esgoto, do saneamento base, de drenagem e das habitar, quer dizer que a gente vai ter uma qualidade de vida melhor”.

D. Teca (nome fictício): Também representante da comunidade; entrevistei-a em sua casa, enquanto cuidava dos seus dois netos. Dona Teca é moradora antiga da área e sua residência já passou por algumas transformações; atualmente, sua filha mora num ‘puxado’ de sua casa, situação que é comum na área. Não a questionei sobre meio ambiente, mas, para ela,

“Qualidade de vida é a gente viver num lugar digno, limpo, com higiene, o lazer pras crianças que a gente não tem, a gente vive aqui acumulado dentro dos lixo, dos esgoto e dos ratos. É o que a gente vive aqui dentro (...) Qualidade de vida é a pessoa ter uma vida digna, ter prazer de viver na vida, de viver dignamente aonde mora. Aqui a gente não, aqui a gente nem num abre a porta já tá pisando dentro do esgoto. Quando chove alaga tudo, aí os esgoto transborda e entra água na casa de todo mundo. Aqui a gente não pode usar uma descarga num banheiro, uma pia, que a água volta tudinho. Dá retorno. É isso. Eu queria viver, se pelo menos tivesse uma moradia boa. É o que falta aqui dentro. É só isso mermo”.

Marcos (nome fictício): É uma criança de 11 anos, que mora na rua Tinhorão e já fez parte de atividades voltadas para educação ambiental. De acordo com sua avaliação meio ambiente e qualidade de vida significam pela ordem,

“A gente preservar, não jogar o lixo na maré, preservar o mangue, e assim vai influenciando as coisas (...) Num tá cortando o mangue pra fazer viveiro, faz viveiro e bota as larvas de camarão”.

“Aqui é muito bom, a gente brinca, anda de bicicleta, a gente vai assistir jogos do Sport aí na Ilha do Retiro. É bom sempre tem o campo pra gente se divertir”.

Cíntia (nome fictício): é uma adolescente de 17 anos, que faz parte do grupo Adolescer, que reúne adolescentes de sua idade todos os dias da semana, para discutir questões relacionadas a sexualidade, cultura popular e outros temas. Ela fez parte do projeto de educação ambiental realizada pela FASE, durante pelo menos quatro meses e propôs as seguintes definições:

“É vida, porque já diz tudo, é uma arte, é uma vida. Se a gente não cuidar do meio ambiente da gente, ninguém vai cuidar não. E dentro do meio ambiente a gente pode fazer muita coisa que a gente não sabe (...) com certeza, em geral tudo é meio ambiente”.

“É a pessoa ter bom saneamento, tudo ali naquela área que possa viver bem, com tranquilidade, sem preocupação, vida pra mim é isso”.

D. Levina (nome fictício): é uma idosa que mora sozinha numa palafita do lado de Caranguejo. Ela lava camarões e às vezes lava a roupa de alguém para aumentar sua renda. É uma senhora que apesar da idade avançada, se mostra com muito vigor para a luta diária pela sobrevivência. Para ela,

“Meio ambiente... o que é meio ambiente... (...) achar uma boa moradia, os vizinho sendo bom, não é isso?”.

“O que eu vejo é que qualidade de vida é essa mermo, é tudo bem aqui, tudo conjuntando com o outro, receber as pessoa bem. Qualidade de vida é isso mermo, em tudo, tudo, tudo é bem de vida ...”.

Josefina (nome fictício): é uma jovem de 25 anos, de aspecto franzino, que mora com suas filhas, de quatro e cinco anos, em uma palafita do lado de Caranguejo. É vizinha de dona Levina e de seu Sérgio, que também foram entrevistados por mim. É uma mãe muito preocupada com o bem-estar de suas filhas, bem como com a educação e segurança das mesmas. No meio da entrevista descobri que Josefina também é coletora e às vezes trabalha para alguém nos viveiros para ajudar nas suas despesas. Segundo sua opinião,

Vida com qualidade – “Eu tendo uma casinha, um emprego, minha vida ia melhorar do que eu tô agora ia melhorar bem mais, tendo minhas coisinhas, pior é tá aqui, numa casa assim, podendo a casa cair matar uma criança, morrer eu também, tá entendendo? É muito arriscado”.

“Do manguezal?... eu não tenho o que reclamar não. (...) O rio por causa dos peixe, do camarão onde a gente sobrevive, se não tiver isso, como a gente vai sobreviver, sem a água, nem o rio?”

Além dos entrevistados sobre os quais foi possível uma breve identificação, entrevistei também vários pescadores em um encontro que reuniu proprietários de viveiros e prestadores de serviços, de sexo e idades diferentes, o que tornou praticamente impossível a identificação por seus nomes, mas também porque suas respostas foram obtidas coletivamente. Dentre as quais foram destacadas as seguintes definições:

Meio Ambiente:

- *“Meio ambiente está perto da gente né? Ao redor da gente”*
- *“Pra mim é o ar puro, o verde”.*
- *“O verde, a área boa”.*
- *“O Meio ambiente é esse ar que nós temos aqui, essa maravilha de plantação de manguezal, essas árvores, uma água boa que aparece, é assim... um caranguejo que é tudo vive no meio do ambientismo né? Entendeu?”.*
- *“... acho porque é tudo limpo né. Tem lugar que é sujo e é mal ambiente né? Tem uns lugares sujos, é mal ambiente né?”*
- *“Aonde eu moro os lugares são limpos, agora tem lugares que é sujo”.*
- *“Mas é meio ambiente. São Meio ambiente. Porque é sujo mas é Meio Ambiente...porque o pessoal não limpa, mas é meio ambiente”.*

Sobre Qualidade de Vida

- *“Pra mim é ter saúde, é ter de tudo pra mim né (...) casa pra morar própria, né alugada e a saúde (...) boas coisa para comer”.*
- *“Pra mim é uma boa moradia e um emprego né?”.*
- *“Qualidade de vida é o que a gente quero né? É uma boa qualidade nesse nosso país porque não tá tendo (...) prum magistrado assim que tem mais poder, aquilo dali são qualidade de vida melhor pra eles e a gente aqui não tá tendo quase nada, tá tendo pouca qualidade de vida aqui... a gente tem que sustentar a gente mesmo para poder sobreviver, é isso que eu tenho de falar”.*
- *“Pra mim qualidade de vida é um bom trabalho, uma boa saúde, um bom lazer, ter um tempo para ter um lazer bom, então qualidade de vida... fulano tem uma qualidade de vida bem melhor, então é o que? Vive bem, num se preocupa com nada né? Não fica correndo atrás do pão feito a gente né? Ter um salário fixo né? (...) Então qualidade de vida diferente de A e B porque não sai batalhando atrás correndo atrás do dia-a-dia né?”.*

Muitos foram os elementos contidos nas informações prestadas por essas mulheres e homens que, direta ou indiretamente, apontaram, em suas respostas sobre “o que acham que é qualidade de vida” (ou “o que acham que é uma vida com qualidade”), não só desejos e necessidades, mas, também, um retorno aos seus problemas diários, como o desemprego, a falta e/ou a deficiência alimentar, as más condições de saúde e atendimento médico, a ausência de saneamento básico e a má qualidade do meio ambiente.

Nesse sentido, a grande evidência de suas respostas se traduz em que, sempre que tentaram chegar a uma “definição” sobre o que é qualidade de vida remetiam ao contraponto de suas realidades, sendo necessário ter emprego, boa saúde, alimentação, um “trocado”/ salário fixo, saneamento básico, calçamento, tratamento do lixo, atividades e áreas para as crianças brincarem, educação escolar, limpeza dos canais, atendimento médico, qualidade do ar, qualidade do ambiente, entre outros.

No depoimento de seu Sérgio, por exemplo, ao dizer “*num ligo pra nada bom*”, que “*num ligo pra roupa*” ou que não tem documentos, percebe-se explicitamente seu desejo de

ter algo melhor, assim como o conformismo com sua situação ao afirmar que sabe que “*não vai ter nada bom no futuro pra frente*”, contribuindo para a falta de perspectiva, para a desilusão, que aniquila seus sonhos e os desejos.

Esse conformismo, de maneira geral, inibe mulheres e homens de se reconhecerem como seres humanos, (a exemplo da fala de seu Cipriano: “*eu quando vim pra aqui eu morava na Imbiribeira na beira de maré também, eu só posso morar em beira de maré, é eu e caranguejo*”), que têm direitos a uma vida melhor, que não estão predestinados desde o nascimento a viverem na beira da maré feito caranguejos, e que seus problemas estão relacionados a um contexto de mundo do qual também fazem parte, não apenas como o resultado de uma cena, mas também como atores.

A fala de seu Marcos, assim como a sua atitude de não olhar nos olhos, nos dá muitos panos para as mangas (como se diz no ditado popular) quando o assunto é o papel que a própria população poderia desempenhar em prol da qualidade de seu meio ambiente, e mais especificamente a importância dos coletores de lixo, a exemplo de seu Marcos, para esse fim.

Nesse sentido lanço talvez uma provocação: poderia esse senhor pensar que seu trabalho sacrificante contribui para algo como a natureza, ou para alguém como os seus próprios netos, em relação ao meio ambiente em que irão viver?

Ao questionar, por exemplo, sobre o que ele achava do seu trabalho, se tinha alguma contribuição para o meio ambiente, ou se não tinha nada a ver, ele respondeu:

“pra contribuir...eu...minha contribuição... pra mim era bom né, tivesse um emprego mais fixo né, ganhar um trocado legal, por mês, por semana, aí era melhor, porque aí se eu não sair eu não ganho, eu só ganho quando eu saio, um trocado quando eu saio é que eu ganho”.

Sua miséria não lhe tira a dignidade de ser honesto e trabalhador como se auto-intitula, mas sim sua importância em se sentir pessoa, que tem ainda sonhos e esperanças, se resignando em sua realidade, aceitando sua situação.

Coletores ou qualquer outro grupo que se identifique pelo ofício se sentem dignos e dignificados com seus exercícios a partir de um processo de organização entre eles, mas também e principalmente através do retorno material de seus empreendimentos. Entretanto, em Caranguejo e Campo Tabaiães, nem todos coletores se conhecem, e os conhecidos sequer vislumbram que podem ser fortes organizados.

Esse é um assunto que merece retornar posteriormente à discussão, inclusive para nos inteirarmos do trabalho desses coletores, suas principais dificuldades, o potencial ainda não explorado dessa atividade – que tira do ambiente materiais potencialmente nocivos, e o coloca numa situação em que vem a ser potencialmente interessante para a geração de emprego e renda – e assim por diante.

Voltando às definições acerca de Meio Ambiente e Qualidade de Vida, outro dado observado nos depoimentos é a confusão no que se refere ao que podem considerar meio ambiente, provocada provavelmente pelo que ouviram de outras entrevistas com pessoas próximas e pelo que achavam que eu (enquanto entrevistadora) estaria esperando ouvir, deles e delas, na posição de entrevistadora. Esse aspecto aparece bem explícito no diálogo dos pescadores, em que se percebe existir entre eles uma dúvida em saber se um ambiente sujo é um meio ambiente, se é um mal ambiente, ou se meio ambiente tem que ser um lugar limpo, o que fez muitos considerarem que não moram num meio ambiente. A dúvida se apresenta também na fala de Dona Levina, na qual se observa a existência de vergonha ou de questionamentos pessoais que a fazem hesitar em suas respostas e retornar às perguntas, como no seguinte diálogo:

- *Pra senhora o que é meio ambiente?*
- *Um ambiente assim de limpeza? Essa coisa né? (...)*

Essa postura aponta para a dificuldade de entendimento de questões abordadas nas entrevistas por uma série de razões, dentre as quais a ausência ou o afastamento das expressões *Qualidade de Vida* e *Meio Ambiente* em sua linguagem cotidiana, a exemplo de seu Cipriano e seu Sérgio. Eis partes dos diálogos de suas entrevistas:

- *O que é que o Sr. acha da questão do meio ambiente, o que é para o sr. Meio Ambiente?*
- *Meio Ambiente?*
- *É.*
- *Sabe que eu não sei explicar essa situação...*
-

- *Pra o sr. o que é meio ambiente?*
- *Num entendo não.*

De maneira geral, a relação entre meio ambiente e qualidade de vida foi verbalizada de forma heterogênea pelos entrevistados. Alguns a fizeram de forma direta, outras não, mas o

que mais interessa não é simplesmente o que está dito, também o que não está tem uma grande importância para compreendermos que suas próprias noções não são muito diferentes daquelas que acreditamos, teoricamente, ser qualidade de vida ou, mesmo, vida com qualidade.

Observando-se as respostas às questões diretas aplicadas às(aos) entrevistadas(os), muitos dados referentes ao que de fato imaginam que seja qualidade de vida e meio ambiente ficam de fora, sendo esclarecidas a partir de outras questões, indiretas, tais como “o que é viver bem?” “O que devia melhorar?”. A propósito, Dona Levina, a exemplo de outros entrevistados, fala muito mais sobre sua realidade, sobre os anseios de mudança do próprio ambiente de moradia e necessidade de resolução para questões outras, como a violência, o que, de qualquer forma, responde às indagações feitas acerca de suas próprias concepções a respeito das questões centrais de nossa pesquisa.

Pelo menos mais três aspectos podem ser pontuados a partir das falas das pessoas entrevistadas: (1) a grande consideração das relações sociais/vizinhança para definir qualidade de vida, (2) a circunstância de que quem tem uma certa renda econômica se diferencia um pouco dos demais, pois sua resposta tem uma conotação mais abrangente, fazendo referência também ao lazer e à obtenção de uma certa tecnologia para o bem estar (geladeira, luz fluorescente, televisão...) e (3) o fato de que quem já participou de atividades de oficinas de educação ambiental tem suas respostas direcionadas, de certa forma, pelo que aprenderam, remetendo a compreensão sobre o meio ambiente à questão do mangue, da maré, dos viveiros. Sobre o primeiro ponto destacado, gostaria de registrar umas poucas linhas. Trata-se de um aspecto que merece um olhar atento às muitas nuances, dentre as quais as formas de tratamento; por exemplo, o uso das expressões comadre fulana, compadre fulano, principalmente pelas pessoas mais antigas nos assentamentos, parte tanto da necessidade da boa relação com os vizinhos no intuito da própria preservação, seja física ou moral, já que moram parede com parede, calçada com calçada, casa com casa, e onde todos sabem da vida de todos, bem como também faz uma alusão ao próprio processo de habitação em que os primeiros moradores possuem relações sociais quase que familiares uns com os outros.

3.2. Contextualização socioambiental atual:

3.2.1 Um olhar para as palafitas

As palafitas consistem em um dos últimos recursos utilizados pela própria população para “minimizar” a problemática da falta de habitação em diversos assentamentos do Recife. Elas são espécies de moradias construídas com estacas de madeira que são enfiadas na lama da maré; restos de outras madeiras e/ou outros materiais rudimentares dão, pouco a pouco, a estrutura das paredes e do chão do que vem a se tornar moradia de uma grande quantidade de pessoas que sobrevivem em condições precárias de vida.



Foto 03: Estrutura das palafitas e problemas adjacentes

(Foto: Maria Sheila Bezerra da Silva)

Uma das principais razões que leva pessoas a morarem em palafitas é que a maioria destas se encontra desempregada, tem filhos para sustentar, não tem dinheiro para pagar aluguel (antes morava na casa de parentes e/ou de favor).

Muitas vezes, como é o caso de Mariana, tentam se estruturar em quatinhos alugados, mas nem mesmo esses são compatíveis com sua realidade econômica. Dessa forma, são

“arrastados para dentro da maré, para dentro do lixo”, de acordo com suas palavras, passando por todas as privações e situações possíveis, “para não estar debaixo de uma ponte ou dormindo ao relento”.

Também entra no jogo a necessidade de possuir algo, “*um canto seu*”, um lugar que seja um espaço próprio, “*sossegar*”, como disse Mariana, embora vir a morar numa palafita não seja bem sinônimo de sossego. Ao contrário, essas habitações não proporcionam o que se pode caracterizar por “tranqüilidade”, “sossego” ou similar, e isso acontece por vários fatores, que vão desde os problemas da própria infra-estrutura do barraco, até as relações sociais, onde o privado é praticamente público, e o público é, por vezes, pernicioso.



Foto 04²¹: Lixo acumulado, palafitas e roupas estendidas.

(Foto: Maria Sheila Bezerra da Silva)

Sobre a estrutura das palafitas, uma grande dificuldade dos seus moradores, entre tantas outras, é arranjar tábuas para fazer a manutenção de seus barracos que à medida que vão tentando se estabilizar na maré e se assentar na lama, descem. Ao deslizarem e se assentarem, causam mais transtornos aos seus moradores, que têm dificuldades para lidar com isso.

Segundo eles,

²¹ A seta de cor branca aponta para a entrada de uma das palafitas fotografadas, enquanto a de cor preta chama a atenção para os materiais rudimentares que ficam em cima das palafitas, utilizados para evitar que a mesma fique sem teto quando de um vento mais forte ou chuvas.

“morar em palafita num é muito bom não sabe, porque, uma, as tábuas desce, a pessoa tem que arrumar tauba para colocar madeirite, é difícil a gente ter esses madeirito certo! arrumar tauba pra fazer o piso, tudo isso é difícil pra pessoa(...) não tem aonde a gente tenha a privacidade de tomar um banho, defecar, essas coisa, não tem”.

Pouco depois da entrevista transcrita, vi um rapaz carregando uma porta e tive um pensamento bizarro que me fez perceber, naquele momento, o quanto eu já estava de certa forma entrosada com a forma de pensar dos moradores das palafitas. Não sei qual foi o destino daquela porta, mas o que pensei foi que aquela seria uma boa madeira para a edificação de uma palafita. É assim que acontece. Como eu (mera pesquisadora) naquele momento, as pessoas que estão naquela situação, um dia após o outro, vão se adaptando sem se acostumar com sua realidade.

Buscam “a madeirite” e a tábua, mas não podem, não conseguem e não devem se abstrair dos insetos, das muriçocas, dos ratos, da “merda”, e da carniça;

Nas palavras de uma moradora, eis a situação:

“... eu ontem tava sentada lá em casa na cadeira perto da janela, uma carniça danada, quando eu olhei era um cavalo morto. Tem dia que a gente tá sentada ou deitada na cama ou qualquer coisa, passa um cachorro, um gato, passa um cavalo, quando a maré seca que fica enganchado no barro da maré, pronto, ninguém agüenta. Os urubu catuca (...) não tem cristão que fique dentro de casa...”.(Mariana).

Buscam a água fora de casa nos canos abertos mais próximos, e sentem que não vivem bem, mas justificam para si mesmos que esses são os problemas de quem entendeu durante o percurso de suas vidas, a maré, ou seja, o braço morto do rio Capibaribe, como “*único canto pra morar*”.

Tive a oportunidade de entrar em alguns barracos de palafita, e percebi que os moradores se organizam pelo menos em dois cômodos, geralmente marcados por uma divisória de madeira ou mesmo por uma cortina, para dar a noção de que é um outro cômodo. Observei que freqüentemente não faltam nem televisão nem fogão. Vi geladeira, e alguns quadros pequenos na parede. Camas se distribuem no curto espaço e as crianças crescem dentro dele, sob o olhar receoso das mães mais zelosas, que temem acidentes.

Esse receio é muito considerado na fala de Josefina, que tem duas filhas, e expressa seu temor principalmente ao chover. Tem medo que o barraco caia, teme que suas crianças caiam dentro da maré, receia pela saúde de suas filhas por causa da grande incidência de ratos e

muriçocas, e anseia por uma situação de vida melhor para elas, que inclui desde a mudança do lugar onde mora e que não acha adequado, até a educação escolar, outro aspecto problemático dentro dos assentamentos.

Ao ver um rapaz tomando banho num dos becos de caranguejo, ao ouvir Mariana me falando dos “*pombos sem asas*”, ao registrar a imagem de seu Sérgio lavando pratos no corredor das palafitas, ao ver roupas estendidas por todas as partes, a comida esfriando do lado de fora das casas, mulheres limpando as unhas nos batentes, e outras cenas desse tipo, revelou-se, para mim, o quanto aspectos da vida social que, em geral ou pelo menos em ambientes economicamente mais favorecidos, se expressam no plano privado, são resignificados em ambientes cuja estrutura física desconstrói valores e passam com a vivência do dia-a-dia a gerar outros.

Trocando em miúdos, só para exemplificar, certa vez Dona Levina, uma senhora de 73 anos, que mora sozinha em uma palafita em Caranguejo, me falou e me mostrou remédios que toma para a pressão e para os nervos, relatando que, por isso, sente vontade de dormir de dia e, por conta da zoada de menino e de jogo, não consegue.

É um ambiente pouco tranqüilo para os moradores dos assentamentos, tanto por conta da ausência de privacidade auditiva para conseguir dormir e de maneira física para tomar banho e fazer as necessidades fisiológicas, quanto pela violência do local, que foi algumas vezes mencionada diretamente e muitas vezes veio camuflada nos discursos, não sei se por vergonha ou por medo, através de palavras como *bagunça*.

A partir de algumas conversas, percebi que os moradores das palafitas, embora saibam e sintam o quanto o lixo é prejudicial à sua vida e à saúde de suas crianças, contribuem para seu aumento significativo. A maior parte dele, como sabem, é trazida de outros lugares, mas cresce com a liberação dos lixos da comunidade e dos próprios moradores das palafitas.

O fato de jogar o lixo na maré se justifica, para eles, por pelo menos três razões: a primeira é o fato de não poder juntar lixo dentro de sua moradia, por causa dos ratos e outros animais e insetos nocivos; a segunda é a ausência do serviço de coleta – “*o rapaz pega o lixo de lá pra cá, num vem pra’qui, num traz pra cá pro barraco o saco, traz pro lado de lá na parte que tem casa de tijolo*”, ou seja, a coleta não chega até as palafitas; a terceira é que, embora exista coleta na área onde se localizam as casas de tijolo, muitos são aqueles que ainda insistem em se encaminhar para a maré para arremessar seus lixos. Isso, ao mesmo em que causa revolta nos moradores das palafitas, contribui para que eles justifiquem suas atitudes a partir do erro de outros.

3.2.2 Visão sobre as casas do canal:

“(...) antigamente as casa era tudo de barro, de taipa coberta com palha, de zinco, hoje as casa já tão... são saneada, são casas que tem banheiro porque antigamente não tinha banheiro. Hoje são umas casa melhor, mesmo sendo muito precário, porque nem todo mundo pode ter um barraco, mas eu vejo as casa melhor que antigamente(...) esse canal nosso aqui, é um canal que realmente não dá muito desespero à comunidade, porque é um canal que não transborda né, só o que tem um pouco aqui são os inseto, as muriçoca, rato que vem muito através do canal. Isso é (...) o que incomoda mais a comunidade”. (Seu Paulo)



Foto 05²²: Imagem de uma parte do canal que está caindo e da casa que está ameaçada.

(Foto: Maria Sheila Bezerra da Silva)

Na fala transcrita, seu Paulo nos apresenta pelo menos duas visões: uma de que as casas do canal estão melhoradas, de que elas possuem banheiro, que são de alvenaria, enfim que têm condições mais favoráveis de moradia do que antes; outra visão é a de que o canal não traz maiores prejuízos para as pessoas que moram em uma de suas margens (a exemplo da casa ilustrada acima), já que a outra é ocupada pelo muro de uma empresa desativada que fica dentro da ZEIS.

Essa segunda visão, a princípio, me pareceu complicada de entender, já que anteriormente os comentários eram de que a população reclamava porque, quando chovia, o

²² Essa fotografia específica foi tirada a pedido de um dos meus informantes para que registrasse o perigo iminente da queda dessa parte do canal e o risco que correm seus moradores e moradoras.

canal ficava entupido, exalava mal cheiro, atraía ratos e insetos nocivos por causa do lixo acumulado; reclamava, ainda, das doenças conseqüentes e de outras questões que não são difíceis de serem admitidas, por conta de toda a dificuldade visivelmente enfrentada pela população.

Dessa forma, uma conclusão que pode ser extraída do morador mencionado, é que sua referência faz sentido quando remetida a alguns períodos de chuvas anteriores, cujos males marcaram sua memória, a exemplo da cheia dos anos 70; também se explica por sua casa não estar situada num local em que a estrutura do canal se encontra tão abalada, como a que aparece na imagem anterior, ou simplesmente porque, de fato, não percebe maiores complicações estruturais por parte da existência do canal.

Devo, de antemão, ressaltar que, sem intencionalidade, poucas pessoas que moram na beira do canal foram entrevistadas. Assim os dados apresentados aqui resultaram essencialmente de observação e escuta, exercícios de grande importância para apreender, pelo menos em parte, o modo como a população focalizada convive com seu ambiente.

A estratégia utilizada permitiu-me observar, por exemplo, que em dias sem chuva e quando o sol está mais baixo, o movimento na beira do canal é intensificado pelas conversas das mulheres que saem de suas casas e sentam em bancos improvisados, pela presença de homens que sentam nas pequenas pontes do canal e das crianças, que estão por todos os lados e durante quase todo o tempo.

Por ter convivido durante bastante tempo de minha infância com o comportamento de pessoas que moram no interior, e por ter um conhecimento anterior da origem das moradoras e dos moradores dos assentamentos que vieram do sertão, do agreste, da zona-da-mata, enfim também do interior, percebo que esse tipo de comportamento, que engloba a conversa na calçada, os “fuxicos de comadre”, “as conversas de homem”, está tatuado nas relações sociais travadas por essa população, em grande parte ociosa (desempregada mesmo), que possui uma forma própria de organização nesse micro-espço, cujas notícias e informações são facilmente difundidas em seu meio ambiente.

Outro aspecto observado faz menção ao lixo, mais especificamente ao tratamento reservado para tal pela população local. Quando se fala sobre esse aspecto, a população geralmente faz boa referência ao trabalho realizado pelos “*meninos da limpeza*”, mas em contraponto a essa visão positiva e estimuladora, existe a referência a muitos moradores e moradoras que insistem em jogar dentro dos canais, além de sacolas de lixo doméstico também objetos grandes que não possuem mais utilidade, a exemplo de fogão, sofá, colchão, enfim, motivos bem consideráveis para o entupimento dos canais, assim como de outras vias

de escoamento, a exemplo da maré (o braço morto do rio Capibaribe que banha os assentamentos) onde vez por outra se pode registrar esses e outros objetos boiando.

É afirmativa a constatação de que esse tipo de comportamento é motivado pela ausência de discernimento por uma boa parte da população local, cujas atitudes cotidianas lhes parecem distantes das conseqüências perniciosas direcionadas principalmente para ela mesma.

Na busca de um lugar para se estabelecer, este grupo humano organizou seu espaço há menos de trinta metros da margem do canal, extensão designada legalmente para a construção de casas no intuito de evitar problemas como os que foram explicitados até aqui, e por essa questão e muitas outras são obrigados a enfrentá-las à sua maneira.

Além desses assuntos diretamente relacionados com o canal, a exemplo do lixo, da poluição ocasionada pelo mau cheiro e outros, existe também a problemática da água, cujo abastecimento nos assentamentos se dá de forma precária, tanto por conta da dificuldade de acesso, já que a maioria das casas não têm ligação de água e por problemas com rede de abastecimento, quanto pelas questões relacionadas à qualidade da água que, segundo moradores e moradoras, por vezes parece a própria água de esgoto.

Esse tipo de problema não é apenas “privilégio” das casas do canal, é a realidade também de outras casas dos assentamentos, como veremos a seguir.

3.2.3. Outras casas

Quando faço referência a uma visão sobre as outras casas, tento contextualizar não apenas aquelas localizadas nas ruas principais (rua Tabaiães, Jordânia e Tinhorão), mas também aquelas dos becos “labirínticos” dos assentamentos.

Anteriormente adentrei na questão da água, e é por ela que introduzirei as características dessas pequenas casas que, além de aproveitarem as paredes umas das outras para se erguerem e se manterem erguidas, também e por essas razões contrastam com os grandes prédios que vêm sendo construídos com força nas redondezas dos assentamentos como nos mostra a seguinte imagem:



Foto 06: Entrada da rua Jordânia (observar os prédios ao fundo)

(Foto: Maria Sheila Bezerra da Silva)

“...era um quadradozinho, era pra eu aterrar ali. Pra levantar o aterro dali eu passei quinze dias de cama, quase que eu morro. Cavamos lama de outro lugar pra botar pra cima, fazer o aterro e até a data de hoje graças a deus eu to colhido no meu lugarzinho, não pago nada a ninguém, não tenho terra, não tenho nada, tenho a luz de deus e a virgem da Conceição”. Seu Cipriano.

A fala acima é de um morador da rua Jordânia (cuja imagem está explicitada acima), retratando os esforços que fez durante o período de aterramento do local em que hoje está sua casa (uma das únicas dessa rua que ainda não é de alvenaria). Quase que contraditoriamente, é

uma das poucas que, segundo o próprio entrevistado, não sofre com o problema da água, justificando sua afirmação a partir da utilização de uma bomba d'água utilizada para puxar a água e, conseqüentemente fazê-la, servir para os mais variados fins.

Nesse sentido se diferencia da realidade de dona Têca que percebe essa água distribuída como inutilizável para beber e cozinhar, explicando que existe um grande esforço em termos financeiros para conseguir comprar o “litro de água mineral” por semana, principalmente para uso das crianças.

Tanto o caso de seu Cipriano, quanto o de dona Têca expressam os esforços da população em conseguir água, contudo a maior evidência dessa grande dificuldade está no sacrifício diário que moradores e moradoras fazem ao tentar se abastecer através de um cano que foi furado por eles mesmos, com o objetivo de suprir essa necessidade.

Até aí quase tudo pode ser imaginável em se tratando de dois assentamentos com realidades tão difíceis, mas ainda tem mais. O cano referido do qual se retira a água está localizado (transversalmente) dentro do canal (por baixo na passarela), e para tanto também foi improvisada uma escada que se mantém apoiada nas paredes do canal e que serve enquanto suporte aos vasilhames a serem cheios a partir de uma mangueira colocada nas extremidades (tanto do vasilhame quanto no furo feito no cano).



Foto 07: Imagem do cano furado embaixo do canal

(Foto: Maria Sheila Bezerra da Silva)

Enquanto os vasilhames enchem, as pessoas aguardam conversando, geralmente encostadas na passarela que faz o contato entre os dois assentamentos, cujos problemas não se resumem à questão da água ou do saneamento básico (como poderemos nos inteirar adiante), mas também dizem respeito ao ar respirado dentro dos assentamentos, ao lixo, e à utilização do solo.

Por ora a questão do ar estará no foco da discussão, tanto pela perspectiva de sua quantidade como de sua qualidade. Tal interesse partiu das sucessivas observações das pessoas com quem pude me relacionar mais diretamente com relação aos casos de problemas respiratórios, ocasionados por conta da poluição do ar, conseqüente por sua vez dos esgotos a céu aberto e da poluição da maré e do canal.

Houve quem dissesse durante as entrevistas que o ar nos assentamentos é muito bom, “... é tão bom o ar daqui, é o ar da maré, é o ar do viveiro e tudo mais ...”, mas na maioria dos casos a referência não é boa e vem relacionada diretamente à forma como se estruturam as casas, bem como a obras mal feitas e não terminadas no que diz respeito a pavimentação e drenagem como nos mostra a seguinte fala:

“É uma coisa que a gente não tem, tá sentindo algum ar aqui? (...) Num tem. A gente vive aqui imprensado porque ao lado é tudo edifícios grande né, você vê as casas é tudo uma em cima da outra, parede com parede, a gente vai tirar ar de onde? Aqui num tem uma janela, num tem uma cozinha (...) eu só tenho uma entrada pra tudo”. D. Têca.

Sobre a perspectiva da qualidade do ar, a mesma moradora nos fala:

“Péssima. Quando tem, ainda corre um ventinho, a gente abre as portas pra entrar um ventinho, é boa, agora com cheiro né, o mau cheiro dos esgoto, a gente fica com problema na respiração, fica cansado porque a maioria das criança aqui é tudo cansada, tudo cheio de ferida, tudo por causa dos esgoto, moriçoca minha filha é o que não tá faltando, agora é rato, às vezes a gente tá sentado e o rato tá passando no meio da casa”. D. Têca.

A grande demonstração do quanto os aspectos mais diversos se fazem interligados está na fala dessa população que não se refere à questão da água nos assentamentos sem remeter à ausência de tratamento do esgoto, aos lixos que entopem os canos e, por sua vez, das obras mal feitas que, ao invés de proporcionar melhorias, prejudicam ainda mais.

“Aqui era...não tinha calçamento, quando chovia a gente não vivia num alagado. Não vivia num alagado porque quando chovia enchia muito de água, alagava, e

de repente secava a água, e agora quando chove passa oito, quinze dias para poder ... a gente tem que chamar a Compesa para desentupir para poder a água correr". D. Têca

Ao explicitarem os motivos porque gostam de morar aí, as (os) moradoras (es) fazem referência direta ao que de bom existia e que atualmente faz falta ou deveria melhorar. Um exemplo desse aspecto está nas escolinhas e na creche que durante um período serviu para manter as crianças (que hoje são adultos e adultas) ocupadas com a educação escolar, como também ajudavam as *mães*²³ que precisavam manter suas crianças nas creches para ir trabalhar.

Atualmente essas escolas são as residências de alguns moradores que as invadiram. Por esse motivo a grande quantidade de crianças e adolescentes ociosos dentro dos assentamentos é assombroso, tanto porque não são estimulados para o estudo, quanto porque passam a buscar outras atividades, geralmente relacionadas com o consumo de drogas e afins.

É comum ver crianças e adolescentes (do sexo masculino principalmente) na faixa etária de 12 a 18 sentados pelos batentes, formados em grupos, geralmente fumando cigarros, outros mais solitários, vez por outra cheirando cola, outros mais velhos, desempregados, conversando nas passarelas do canal, por vezes organizados em algumas esquinas dos assentamentos ou com a função de observar o movimento, ou simplesmente por não ter nada para fazer.

No caso das meninas e das adolescentes, essas são mais reservadas em suas casas, o que não quer dizer que suas vidas se resumam a esse espaço e sim que não estão tão expostas, nem tão agrupadas como os adolescentes do sexo masculino. O fato é que, se as opções de lazer, por exemplo, já são reduzidas para os homens que ainda têm os campos de futebol da Ilha do Zeca enquanto meio de diversão (como veremos no próximo capítulo), às mulheres restam as festas de pagode, que acontecem vez por outra na sede da União dos Moradores, a praia de Boa Viagem e também o consumo de drogas, como relatou indignada uma das moradoras.

O que também é visível e digno de nota é a quantidade de adolescentes grávidas e outras que já são mães dentro dos assentamentos, aspecto que deixa pelo menos uma impressão bem clara: a falta de orientação e cuidados com relação à prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e de gravidezes não planejadas, tanto para elas, quanto para eles.

²³ “Como em todo Brasil, também em Caranguejo/ Campo Tabaiars vem crescendo o número de famílias onde mulher sozinha tem que tomar conta de tudo. Do sustento da casa e da educação dos filhos. A pesquisa constatou que das 737 famílias na comunidade, 280 são chefiadas pela mãe, ou seja, 38% de todas as famílias. Como será que as mulheres podem enfrentar esta dupla jornada de trabalho sem creches, jardins de infância, pré-escolar e escolas normais? (Caranguejo e Tabaiars, 1997:20)

Decerto que existe um posto de saúde que se localiza na área de Tabaiães – que atende os moradores de ambos assentamentos – que possui médica e agentes de saúde que fazem visitas domiciliares e marcam consultas. Mas o que acontece é o que todos nós, de uma forma ou de outra sabemos: devido à precariedade, os serviços públicos de saúde não conseguem abarcar a demanda dessa população por uma série de razões que vão desde a própria quantidade e qualificação de profissionais que existe, até os materiais necessários para orientação de prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis ISTs/AIDS e outras doenças comuns nessa área a exemplo da leptospirose, bem como orientação ao planejamento familiar.

Alguns *projetos*²⁴ tentam estimular a participação política e engajada dos jovens, contudo, em geral, são pouco abrangentes em termos do número de participantes a ser atingido e não oferecem uma perspectiva de geração de renda – aspecto considerável em se tratando do interesse dos jovens e da população.

O desemprego, a falta de estímulo da juventude tanto em termos de estudo como de lazer e trabalho, os esgotos, lixos, insetos, falta de qualidade da água, enfim, fazem parte da problemática desses assentamentos. Contudo, outra questão a ser explorada em termos de sua importância, qualidade e utilização pela população é a *terra*.

A forma como se ressaltará esse aspecto estará voltada para a perspectiva da relação desses moradores com a terra. Não aquela que estão em cima – a terra que aterraram para suas moradias – mas sim a terra que de certa forma “sobrou” em alguns quintais e terraços e que de certa forma estimulou a curiosidade de minha parte em sabê-la pelas palavras dos próprios moradores.

Sobre esse ponto obtive dados diversos, expressão da grande diversidade das realidades dentro dos assentamentos. Um exemplo dessa afirmativa está nas palafitas que, como vimos anteriormente, não deixa vislumbrar nem de longe a possibilidade de remeter à questão da utilização da terra. Contudo, principalmente na parte de Tabaiães, existem algumas possibilidades isoladas de que isso aconteça como podemos visualizar através das seguintes falas:

“Planta. A gente fala de fruta né, tem manga, côco, de tudo aqui, até milho eu plantei ali atrás, é milho, feijão, o que plantar dá”. Dona Conceição

“Minha filha, aqui a gente não tem terra, porque a terra que a gente tem é uma pranta que a pessoa se quiser ter em casa, é na caqueira. Tem alguma casa por

²⁴ Sobre os projetos voltados para a juventude dos assentamentos ver página 90.

aqui que ainda tem um jardinzinho, os primeiros invasores né que ficaram com a área maior. Mas não tem não, ninguém pranta por aqui não”. Dona Têca

“Rapaz eu não planto nada não, mas tem muita gente aí que planta e pega. O pessoal planta côco, pé de manga, pé não sei de quê, as coisa aí veve pegando”. Dona Morena.

São variadas e constantes as características observadas dentro dos assentamentos, assim como são diversos os desejos da população que, por todas suas falas e a partir da observação do seu cotidiano, têm (alguns) vontade de sair de vez dos assentamentos, enquanto outros lutam pela melhoria das condições de vida ali dentro.

Esse aspecto merece ser olhado com atenção, até para que possamos entender a postura de seus moradores quando dos projetos de desenvolvimento e afins que surgem e são direcionados para a área.

Sobre esse ponto certamente nos ateremos posteriormente, valendo a ressalva introdutória de que poucas são as pessoas efetivamente engajadas com o processo de reivindicação por melhoria das condições de vida, o que passa a ser um dos maiores problemas em termos de organização política desses assentamentos.

CAPÍTULO IV

Ilha do Zeca ou Antiga Ilha da Popolônia

Neste capítulo abordarei questões vinculadas a uma das partes da paisagem de Caranguejo e Campo Tabaiães – aquela situada após as palafitas, ou seja, a “Ilha do Zeca” e suas peculiaridades, enquanto área de lazer, santuário religioso e área de proteção ambiental, reconhecida institucionalmente enquanto ZEPa 2 (Zona Especial de Proteção Ambiental - 2), assim como os viveiros e a atividade da criação dos camarões, com todos os problemas estruturais e institucionais que vêm enfrentando.

A Ilha do Zeca, como atualmente é conhecida, era denominada antigamente Ilha da Popolônia. Embora tenha questionado sobre seu significado ou o porquê de ser conhecida anteriormente por esse nome, junto à própria população (principalmente os moradores mais antigos), eles não souberam responder, bem como também não conseguiram explicar os motivos da mudança de seu nome para Ilha do Zeca, ficando por vezes confusos com relação à forma como devem chamá-la.

“... é a ilha do Zeca, é a Ilha da Popolônia, era... ói, tinha tanto nome essa ilha que eu não sei”. (D. Têca).

“Aquilo foi outro engodo também. Nós tava numa luta muito grande. Primeira luta foi para tornar essa área daqui ZEIS, porque a ZEIS quer dizer zonas residenciais, quando lutemo para ter essa zona ZEIS, quando a gente acha que vai ter uma validação, alguma coisa sempre aparece outra novidade. Essa foi outra novidade de mudar o nome, nascemo aqui conhecendo pela Popolônia e um novo projeto mostrando o que tá lá acontecendo, o trabalho de algum dono daquele terreno...”. (Seu Paulo).

A fala de seu Paulo exposta acima, bem como o resto dela na íntegra, revela a partir desse morador o quanto a população de Caranguejo e Campo Tabaiães se encontra ainda pouco informada com relação às decisões políticas que envolvem os seus assentamentos. Isso porque considerava ainda a existência de algum dono particular dessa ilha, com projetos de prédios a serem construídos (como existia de fato), e contra os quais deveria lutar ainda para torná-la uma área pública, uma Zona Especial de Proteção Ambiental – ZEPa no caso.

As Zonas Especiais de Proteção Ambiental – ZEPa, de acordo com a Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife, mais especificamente no artigo 19:

“São áreas de interesse ambiental e paisagístico necessárias à preservação das condições de amenização do ambiente e aquelas destinadas a atividades esportivas ou recreativas de uso público, bem como as áreas que apresentam características excepcionais de matas, mangues e açudes”.

O que seu Paulo não sabia até o momento de sua entrevista foi que, por ocasião da luta que já havia sido travada anteriormente, a Ilha da Popolônia passava a uma condição de ZEPA 2, e por esse motivo (não sei se apenas por esse) passava a se chamar Ilha do Zeca, bem como a ser visualizada como uma área pública com potenciais de turismo e lazer, não só para Caranguejo e Campo Tabaiaras, mas também para assentamentos vizinhos e para a população recifense como um todo.

Se foi um ganho para a população no que diz respeito à impossibilidade de se construir prédios na Ilha do Zeca, também pela liberação dessa área para condições de lazer e às novas possibilidades de geração de renda a partir do turismo; por outro lado se mostra como ameaça o fato de existirem projetos para abertura de um viário que venha facilitar o trânsito para os objetivos direcionados para essa ZEPA, o que implica diretamente na retirada das palafitas (segundo planta apresentada pela URB, comentada neste trabalho na página 96), para as quais (no sentido de suas relocações) ainda não existem projetos fortalecidos.

O capítulo V dessa dissertação faz referências a esses e outros projetos de desenvolvimento, bem como aos fluxos e refluxos dos mesmos, diante do choque de interesses e idéias que surgem tanto nas negociações, quanto na implementação desses.

4.1. Sobre os viveiros de camarão

Há alguns anos, segundo moradores mais antigos, como vimos no terceiro capítulo, a área de Caranguejo e Campo Tabaiães era basicamente mangue, maré e viveiros abertos que aos poucos foram sendo aterrados para a construção de moradias pela própria população.

Assim, os viveiros foram sendo achatados em direção à parte detrás dos assentamentos, o mangue quase inexistente, e a maré vem sendo cada vez mais engolida pelos *sucessivos aterros*²⁵ que estão acontecendo com bastante frequência e com fins de propiciar moradia para alguns, expandir a casa ou quintal de outros, bem como para alojar empresas e oficinas nessa área.



Foto 08: Por ordem das setas: avanço dos aterros (lado esquerdo), estreitamento da maré (centro) e viveiros (direita).

(Foto: Augusto Noronha)

Outros fatores explicam a contribuição nociva que os aterros de mangue têm trazido para a poluição no braço do rio. Trata-se de presença de oficinas, empresas de ônibus, hospitais de grande porte (como o Hospital Português e, em área mais afastada, o Hospital Hope/Esperança). Localizados no entorno dos assentamentos de Caranguejo e Campo

²⁵ Quanto aos aterros, de acordo com os órgãos responsáveis, estes só podem ser impedidos com base em flagrantes, ou seja, se o aterro já estiver feito, nenhuma medida pode ser tomada em nenhum aspecto, por isso tem sido essencial a participação da população (pelo menos da parcela que entende os grandes prejuízos dessa atitude) dos assentamentos quanto à denúncia dos aterros que têm acontecido durante a madrugada.

Tabaiaries, além de expandirem seus terrenos – de acordo com os pescadores, despejam produtos e resíduos de alto teor tóxico, prejudicando-os e aos viveiros de camarão²⁶.

Com relação à importância do trabalho dos viveiros para os moradores dos assentamentos, entende-se que é fundamentalmente relacionado à geração de renda, já que uma parcela da população, mesmo pequena, depende dessa atividade para seu sustento.

Tão interessante quanto referendar a importância dos viveiros de camarão na geração de renda é também considerar os entraves institucionais que circundam essa atividade.

Até determinado período dessa pesquisa, não tinha conhecimento de que aqueles tipos de fazendas de camarão característicos da área de Caranguejo eram vistos pelos órgãos de defesa do meio ambiente – CPRH, IBAMA – como prejudiciais para o ecossistema local e, portanto, irregulares.

Essa compreensão só foi possível com a presença – na reunião da COMUL – de um dono de viveiro que foi multado de acordo com a Lei Federal que trata de crimes ambientais, segundo a qual deve possuir uma licença ambiental para o funcionamento dessas fazendas de camarão. De acordo com esse proprietário processado, o valor para possuir tal licença alcança um nível muito distante daquele que seria compatível com a renda obtida com a atividade desses viveiros.

De acordo com o que foi entendido, existem pelo menos duas acusações - o de desmatamento de remanescentes de mangue para a criação de camarões e outra, que seria a implicação dessa atividade no achatamento da maré. Nesse sentido, os proprietários têm se tornado aliados no processo de denúncia dos aterros por parte da população e das oficinas próximas, no sentido de evitar que haja mais desaparecimento da maré e conseqüentes acusações e multas para eles.

Torna-se difícil, mas não impossível, para os proprietários dos viveiros entender como podem esses órgãos apreendê-los e multá-los por desenvolver a atividade da qual tiram seu sustento, ao passo que liberam extensas áreas de mangue para a expansão de hospitais de grande porte que ficam no entorno dos assentamentos, entre outras situações, tensões e contradições que são complexos por demais para serem tratados nesse espaço, mas que podem ser ao menos, compreendidos em partes.

“...tem problema de outras fazendas aí, IBAMA às vezes fala em querer proibir a criação aqui, outros pessoal aí que ficam zangado por causa dessa área aqui. Isso aqui eles dizem que não tem essas idade toda, eu tenho documento do meu pai, como isso aqui existe há mais de cinqüenta anos. Por que? Porque aí tem gente que começa aterrando, aterrando de lá pra cá, aí fala o que? Do prefeito, do

²⁶ Esse aspecto poderia, e mais, deveria ser investigado, já que se trata de uma referência a um crime ambiental.

governo. Os canais entopem, por que entopem? Porque tem um braço de maré, porque era na faixa de 50 m ou mais. No meu tempo de criança (...) a maré ali, cansava até para atravessar à nado. Hoje até num salto mesmo a pessoa passa. Então quando chove, claro que as água tem que alagar lá pra trás, porque não tem passagem...”. (seu Chico).

Atualmente a paisagem desses viveiros é diferente daquela que existia há algum tempo como descreve um morador antigo dos assentamentos, a seguir:

“...os viveiro são um resto daquilo que era a comunidade que o pessoal vivia. Hoje são, não uns viveiros, são uns buracos, porque antigamente esses viveiro criava peixe. Hoje esses viveiro cria camarão, então não são viveiro, são somente poçozinho”. (seu Paulo).

Segundo um dono de viveiro que praticamente cresceu “dentro” dos viveiros de seu pai há mais de trinta anos, ele atribui que o mangue existe ainda hoje na Ilha do Zeca por conta deles mesmos, pelos resquícios da criação de peixes, como explicita no seguinte depoimento:

“Esse manguezal aqui não tinha, esse manguezal tudo foi nós que plantamos, porque a dificuldade no peixe que a gente criava não tinha ração, então esse peixe nós alimentava com o mangue. A gente, antigamente, o hospital Português era bem pequeno né, a gente pegava o mangue, ia buscar lá, cortava, colocava pra secar, então algumas semente que secava a gente plantava por aqui, porque o vigia dava carreira na gente lá, a gente não tinha, o meio ambiente nem existia ainda, se existia eu era leigo nesse assunto, e a gente conseguimos graças a deus a ter esse manguezal aqui né. E hoje a gente não explora mais ele por que? Dependendo de outro tipo de criação de crustáceo que é o camarão. Também se alimenta de lodo, mas é muito pouco. (...) A gente colocava o mangue pra secar, caía as folhas, a gente colocava dentro da água e dali a 15, 20 dias já ia criando lodo”. (seu Chico).

A mudança da produção dos viveiros de peixes pela produção de camarão se deu de forma quase que total por ocasião do valor e do menor período de reprodução e desenvolvimento dos camarões, valendo a ressalva de que existe, segundo os pescadores, uma produção de peixes não voltada para a comercialização, mas com o fim de ser dividido entre eles e com o “*pe pessoal da favela*” no período da quaresma.

É difícil precisar a quantidade de pessoas que estão envolvidas com a atividade da pesca dos camarões em Caranguejo e Campo Tabaires, porque existem, em média, vinte e dois viveiros, pertencentes a nove ou dez proprietários, cada um demandando uma quantidade diferenciada de trabalhadores em suas fazendas de camarão, desde o processo inicial até o despesque propriamente dito, de acordo com o tamanho de seus viveiros.

Cada viveiro possui um apelido atribuído pela população local; dentre outros, há o viveiro Grande, o viveiro da Viúva, o Botinho, e o Colégio, um viveiro que está no local onde existia um antigo colégio.

Segundo um dos proprietários que mais possui viveiros na área, se faz necessário para o trabalho coletivo uma base de quinze trabalhadores, chegando a vinte no período da despesca, para realizar todo o serviço. Mas essa quantidade varia de acordo com o tamanho do viveiro: vai de “cinco, dez, doze pessoas, e às vezes tem proprietário de não ter nenhum...”.

Alguns prestam serviço com uma certa assiduidade e outros, apenas esporadicamente, realizando um tipo de “biscaite”, trabalhando de viveiro em viveiro.

Os “assíduos” são geralmente aqueles trabalhadores regulares que já fazem parte de uma equipe que o dono do viveiro formou, tanto por conta da disposição para o trabalho, quanto pela confiança conquistada, pois, segundo um dos proprietários, algumas pessoas “não servem para trabalhar” por utilizarem de algum tipo de desonestidade, ou “segundas intenções”, como falam geralmente, escondendo e enterrando camarões.

Os “esporádicos”, por sua vez, são aqueles que são “encaixados” em alguma atividade, às vezes pela demanda do serviço, mas mais freqüentemente por pedirem para trabalhar (ao dono do viveiro) com a intenção de ganhar algum trocado, que, segundo os pescadores, é o dinheiro do pão, é o dinheiro do feijão, por vezes inclusive é o dinheiro do gás (produto de alto custo se se leva em consideração a renda dos pescadores).

Contribui também para a incerteza sobre a quantidade de trabalhadores e trabalhadoras envolvidas com a atividade da pesca no local o fato de que os mesmos prestam serviço para vários proprietários, sendo pertinente avaliar se realmente “*pelo menos umas cem pessoas*” trabalhem nas áreas dos viveiros, segundo atestam alguns proprietários e trabalhadoras(es).

De acordo com os pescadores, tudo é feito pelas mesmas pessoas, mas as funções são diferentes de acordo com as possibilidades físicas de cada uma, exceto para aquelas de maior responsabilidade e mesmo confiabilidade, cabendo então ao próprio proprietário e à sua filha, no caso particular do dono de viveiro entrevistado, o trabalho de pesar e anotar as quantidades de camarão pescadas e negociadas.

O trabalho nos viveiros inclui desde o “levantamento da pá”, que é o afastamento da lama do viveiro em si, trabalho este realizado inclusive pelos próprios proprietários, até a colocação dos camarões em caixas para negociação, seguindo o seguinte processo: depois que o viveiro é limpo, as larvas de camarão – que geralmente são compradas (e por vezes vendidas em/para laboratórios) – são alimentadas até crescerem e num período de tempo de aproximadamente 60 dias devem estar no tamanho ideal para que possam ser despescadas.

Quando os camarões estão mais ou menos com dez ou doze gramas, eles são despescados pelo tarrafeiro e entregues ao carregador, que os leva para pesar. Pesado e anotado, o camarão é em seguida enviado às catadoras que, por sua vez, também são as lavadeiras do camarão e que praticamente terminam o serviço, colocando-os em isopores com gelo para que sejam negociados.

Às mulheres principalmente, mas também aos idosos, estão reservadas as funções de lavadoras(es) e catadoras(es) de camarão, pois é uma atividade considerada leve, não exigindo a força física dos envolvidos, bastando apenas que fiquem sentados para a realização do trabalho.

Uma ou duas mulheres, tidas pelos pescadores como as que querem “dá uma de durona” pegam peso de 70 a 80 quilos de camarão, mas isso não é uma regra; pelo contrário, as catadoras não gostariam de realizar os serviços pesados.

De acordo com um dos tarrafeiros, um rapaz jovem e envolvido com as atividades da pesca desde pequeno, “o tarrafeiro tem que ter um peso e tem que ter um manejo para sacudir”, pois “ele pega, bota a tarrafa na boca, dá o lance, e traz o camarão”; o passo seguinte é ficar desmariscando no bote até que haja uma grande quantidade para entregar aos carregadores que, por sua vez, levam o produto para as(os) catadoras(es), que lavam e catam o camarão.

Em todos os momentos do processo de pesca existem muitas conversas e brincadeiras por parte dos trabalhadores e trabalhadoras, onde se reconhecem expressões próprias do tipo: “vamos fazer um lanchinho...”, se referindo ao momento de fumar cigarros, bem como piadas e observações que revelam o pensamento dos moradores como, por exemplo, a referência de um rapaz a uma mulher que observava o trabalho de lavagem do camarão: “...vai mulher lavar prato(...) marido com fome bota gaia”.

Esses e outros aspectos são observados dentro e fora dos ambientes de trabalho. No mais, além da observação de que nos viveiros as tarefas “femininas” se reduzem a lavar camarões e pesá-los (salvo raras exceções), outro aspecto a ser considerado nesse sentido é que a diversão que existe na Ilha do Zeca está voltada essencialmente para os homens. Para adentrar nesse assunto, considera-se o próximo ponto a seguir, sobre os campos de futebol.

4.2. Os campos de futebol

Os campos de futebol que existem na Ilha do Zeca estão enfatizados aqui, não porque são extremamente importantes para o tema pesquisado, nem tampouco porque existam muitas observações a serem feitas a seu respeito, mas sim pela presença constante na vida de muitos moradores (homens, vale salientar), bem como por outras questões percebidas a partir de sua observação.

Os moradores que vão para os campos de futebol localizados na ilha buscam tanto a diversão quanto o encontro com os amigos, como expressam as seguintes palavras de seu Cipriano:

“Vou. Quando tem um futebol, uma pelada aí que os meninos tem time aqui, tem o Santa, tem o Fluminense, tem o Tabaiães (...) quando eu tô na maré, digo, vou fazer uma horinha lá do outro lado, aí vou assistir os meus amigos jogarem tudinho, apesar que faz um bocado de tempo que eu não fui”.

Na Ilha do Zeca existem três ou quatro campos de futebol, “guardados” e limpados por um morador (a quem se pagam taxas por eventos e afins realizados no local), os quais são utilizados para os jogos de futebol, para torneios (dos quais raramente também participam jovens mulheres), para festas e eventos, como já foi observado.

De qualquer forma, a população explora o potencial dessa reserva ecológica em prol de seu entretenimento, o que de antemão é um dado bastante interessante sobre o reconhecimento das vantagens de possuir e principalmente zelar por um patrimônio que lhe beneficia.

Outro aspecto passível de observação aproveita o ensejo da discussão acerca do envolvimento que os moradores de Caranguejo e Campo Tabaiães (principalmente os homens) possuem com os jogos de futebol, e insiro algumas questões relacionadas com o clube de futebol que se localiza no entorno dos assentamentos e a relação que os moradores travam com ele.

No relatório Campo Tabaiães/Caranguejo (2000), existe a seguinte citação: “...é grande o número de jovens que são absorvidos como atletas profissionais ou amadores pelo Sport Clube do Recife, gerando uma troca positiva”. De forma interessante e ao mesmo tempo infeliz, durante o período de realização da pesquisa, busquei, através de conversas informais junto às lideranças, saber se o clube realizava algum tipo de trabalho com as crianças e/ou adolescentes da área, mas as respostas foram sempre negativas.

Sem dúvida existem os torcedores desse clube espalhados pelos assentamentos – que observei através das camisas que vestiam –, contudo percebi a partir de observação informal, durante um fim de semana que estava nos assentamentos, que os moradores e as moradoras não se mobilizavam (não colocaram camisas, nem tinham as televisões e os rádios ligados) por conta do jogo do Sport que estava para acontecer.

É importante considerar que, por ter visualizado o movimento em frente ao clube e nos seus arredores – de torcedores, ambulantes, entre outros –, já me predispunha, de qualquer forma, a observar os assentamentos durante esta visita de fim de semana (já que geralmente a pesquisa era realizada durante a semana) por esse ângulo, ou seja, foi buscado observar justamente se havia alguma mobilização por conta do jogo, e como já expus, não encontrei.

Outra consideração importante parte de que, ao questionar um pescador sobre o interesse dos jovens em trabalhar, em aprender a pescar, o mesmo relatou:

“Eles não querem não, porque acham que o serviço é pesado, que é difícil (...) muitos aí quer é o que? Só jogar bola, tem papai, tem mamãe, às vezes nem tem, à noite vai o que? Joga Sport e Santa Cruz, Sport e Flamengo, vai pra lá tomar camisa...”

Talvez a explicação para esse tipo de comportamento, que me deixou deveras curiosa, possa estar implícita em aspectos como, por exemplo, do clube de futebol em questão não realizar projetos sociais voltados para atender a população dos assentamentos ou pelo menos subsidiá-los em questões pontuais de carência dos assentamentos – que não faltam.

Mas será que, se realmente existisse algum trabalho realizado com esses jovens, no sentido de desenvolver o potencial esportivo (ou qualquer outro de seus inúmeros potenciais), bem como lhes dá uma oportunidade de estar envolvidos com algum tipo de atividade, esses praticariam esse tipo de delito de “*tomar camisa*”, em especial com o público de um clube de futebol de seu entorno?

Bem, eu mesma não saberia responder essa questão nesta ocasião em que o objetivo do estudo é outro, contudo, não poderia deixar de fazê-la constar nesse trabalho, por tudo que foi exposto até aqui.

Voltando à perspectiva dos campos de futebol da Ilha do Zeca e de outras observações decorrentes, é visível que as mulheres desses assentamentos têm possibilidades mais reduzidas quanto às formas de diversão.

Ao questionar as formas de lazer das mulheres adolescentes sob a perspectiva de uma moradora adulta, ela foi incisiva: “*nenhum*”. Depois acrescentou: “*arrumar barriga*”, ou seja, ficar grávida; também “*cheirar loló (...) até jovem grávida usando droga*”. Quando a pergunta se referia à sua própria situação (de mulher adulta), direcionada às formas de diversão, às possibilidades de ir até a Ilha do Zeca, as respostas freqüentemente tinham a seguinte conotação: “*é difícil eu ir lá, porque eu não tenho quase tempo né, é do trabalho pra casa*”, ou seja, as respostas têm referência direta com o trabalho e com os afazeres domésticos.

Esse aspecto da ausência de opções de lazer para as mulheres se intensifica quando optam por serem evangélicas, como exemplifica a fala de dona Lourdes a seguir:

“Minha filha eu sou evangélica, eu não ando pra esses lugares né, meu negócio é pra igreja, pra casa, ou quando tem uma reunião na escola, quando tem aí no postinho, tenho que ir porque também me sirvo da comunidade (...) agora quando é com futebol, clube, academia de dança e não sei mais o que, aí eu não posso lhe informar porque eu não sou atenta a esses ambiente né, tem aí uma sede que tem capoeira, festa de aniversário, que o pessoal aí aluga, faz, pronto esse pessoal que convive aí tem resposta pra lhe dar, eu não posso informar porque eu não freqüento”. (D. Lourdes)

De acordo com o relatório Campo Tabaires/Caranguejo (2000), “No que se refere à entidade religiosa, em Tabaires existem um centro espírita e duas igrejas evangélicas: Igreja evangélica Assembléia de Deus e Igreja Pentecostal Deus é Amor. E em Caranguejo funciona um Centro Espírita São João Batista”.

Uma contextualização em parte dessa perspectiva da religiosidade dos assentamentos vem através do próximo subcapítulo pela consideração da imagem do São Francisco de Assis, localizada na Ilha do Zeca e por sua representação religiosa em torno do título de “patrono da ecologia”.

4.3. A Imagem do São Francisco de Assis



Foto 09: Imagem do São Francisco de costas

(Foto: Maria Sheila Bezerra da Silva)

Para este subcapítulo utilizo como recurso para a redação, os escritos do caderno de campo, modificando palavras e inserindo dados, para uma melhor compreensão.

Inicialmente gostaria de registrar que a visita ao local no qual se encontra a imagem do São Francisco, realizada no dia 23/05/2003, aconteceu especialmente graças ao convite feito por D. Olga e por Leila, que receberiam o padre da paróquia local para visitar a imagem, encontrada há anos por um criador de viveiros e que está localizada no meio da Ilha do Zeca.

Dessa forma conheci também de perto esta reserva onde a natureza, muito bela, contrasta com a miséria das palafitas que se encontram em seu redor.

Marquei mais uma vez com Leila para irmos juntas, por causa da violência (sobre isso falarei ao final do registro desse dia). Ela aproveitou para convocar um fotógrafo do local com a intenção de registrar o momento e ele prontamente se equipou, desejando ir conosco e com todas as outras pessoas que seguiriam, receando que lhe tomassem seu equipamento – o que me fez observar o quanto os próprios moradores sentem medo da violência dentro de sua comunidade.

Caminhamos por entre os becos de Caranguejo aonde, além da paisagem referida em escritos anteriores, percebi donas-de-casa lavando suas louças, copos e panelas espalhadas em bacias pelo chão dos becos, além de roupas estendidas pelos varais.

Enfim chegamos à casa de D. Olga e no mesmo momento chegaram também o padre e outras pessoas que fiquei sem saber quem eram. Observo aqui que a imagem daquele padre não me era estranha e que, por onde ele passava, abençoava e cumprimentava as pessoas por seus nomes, o que deu a entender que ele já tinha um contato com as pessoas, provavelmente por conta da igreja da Estrada dos Remédios.

Atravessamos a ponte que há dias atrás estava precariamente disposta com algumas madeiras se sustentando em outras. Nesse dia, entretanto, em prol da visita do padre a ponte estava com madeira nova e bem organizada. Sobre esta ponte, quando estávamos indo embora, ouvimos uma moradora dizer: “*não dou um mês nessa ponte...*”, se referindo ao vandalismo e à falta de cuidados com o que é de domínio público dentro dos assentamentos.

Caminhamos todos por entre os viveiros de camarão e, depois de um tempo em que pude contemplar aquela realidade – triste de um lado e bela de outro – atravessamos o viveiro grande, onde alguns homens trabalhavam, e chegamos ao local em que se encontra a imagem de São Francisco de Assis, confeccionada em madeira, em tamanho natural, pintada de tinta marrom pelos próprios moradores, embaixo da sombra de uma árvore grande.

A imagem está lá há pelo menos cinco anos, o que espantou o padre visitante, que admirou a beleza do local e disse várias vezes que o santo é o patrono da Ecologia. Não sei ao certo o motivo da visita do padre, mas percebi que a população – que santifica a imagem e coloca flores e velas em sua louvação – estava preocupada com a manutenção da imagem e por isso pediram algum tipo de ajuda para a construção de algo que a protegesse das chuvas, do sol, do vento, etc.

Pelo observado entendi que o projeto do padre foi diferente e que não teve nada a ver com o que foi pensado inicialmente pelos moradores; mesmo assim, gostaram da idéia do padre e o apoiaram, fazendo planos sobre o material de construção.

Sua intenção é construir uma capela para mais ou menos vinte pessoas no meio daquela ilha, o que acreditei ser, naquele momento, um projeto megalomaniaco e “colonizador”, como é prática comum da igreja católica, e que poderia inclusive prejudicar posteriormente a criação de viveiros pelo fato de que o projeto inclui visitas de pessoas na área e a única passagem até o local se dá através dos viveiros e de seus diques.

Confesso que fiquei particularmente preocupada com esse fato e que me tranqüilizou saber, mais tarde, que esse tipo de projeto está proibido para aquela área, o que inclusive me deu uma certa liberdade de dialogar com as lideranças sobre uma idéia: colocar a imagem numa espécie de gruta de madeira que apenas a protegesse e que não destacaria do ambiente, rodeado de árvores e outras plantas.

Gostaria de registrar também o sincretismo que já vem existindo no local, expresso na presença da imagem de um negro e/ou divindade afro-brasileira, com algo na mão, pendurado na árvore, e de algumas carrancas próximas, geralmente símbolo comum em ambiente de pesca.



Foto 10: Imagem expondo o sincretismo religioso (imagem do São Francisco e a imagem de um negro e/ou divindade pendurada na árvore)

(Foto: Maria Sheila Bezerra da Silva)

Ao chegar ao local, percebi que a imagem do santo se encontrava de costas para a comunidade de Caranguejo/Campo Tabaiães, o que me fez pensar, num primeiro impulso, que seria mais conveniente deixá-la de frente para a comunidade (de acordo com minha lógica própria). O padre fez a observação de que a imagem estaria numa boa posição por estar voltada para o nascente, o que já é parte de outra lógica. Só depois disso, já durante a entrevista que realizei, o pescador explicou o motivo porque escolheu tal posição para a imagem.

Segundo ele, certo dia, ao final da tarde, seu filho disse ter avistado um homem morto no viveiro. Ele prontamente foi verificar do que se tratava, e entendeu que era a imagem de um santo. A maré estava seca, e isso fez com que ele adiasse para o dia seguinte a retirada da imagem.

Pela manhã, perdeu o horário da maré, e a imagem já estava longe, carregada pela correnteza, até que, em um determinado momento, encalhou num mangue que existia (encontra-se sublinhada para enfatizar a condição de passado) na parte detrás e essa foi a chance do pescador que a pegou, levantou, colocou em cima de um terreno baldio, lavou e deixou a imagem em pé.

Instantes depois, alguns meninos começaram a empurrá-la e apedrejá-la, enquanto alguns velhos diziam: “... *oa rapaz joga esse negócio fora, bota esse homem pra lá*”. Foi então que o pescador resolveu levá-la ao viveiro, necessitando para tanto da força de uns cinco homens para colocá-la no barco e transportá-la para o lugar onde se encontra há pelo menos cinco anos.

Nos dias de hoje, o local é considerado um santuário religioso pelos moradores de Caranguejo e Campo Tabaiães e pela vizinhança do local, a exemplo de algumas senhoras, moradoras do Coque/Joana Bezerra, que atravessaram de barco mais de cem metros do braço da maré para pagar promessa feita ao santo.

Vale salientar que a descrição do encontro da imagem e a própria peregrinação são feitas com muito orgulho pelo pescador, que acredita no poder milagroso da imagem do santo. A propósito, conta que um passarinho, quase morto, foi colocado acima das mãos talhadas da imagem do santo e depois voou. Conta também que, a partir do dia que a imagem foi posta no local onde está, “*já viu diferença*”, “*um negócio mais aliviado*” para ele e para seus companheiros, se referindo principalmente à questão da violência proveniente em geral da área do Coque, uma comunidade próxima.

Pela exposição do pescador se explica a posição da imagem que, segundo minha interpretação precipitada, estaria de costas para Caranguejo, mas que, na verdade, está

“olhando” em direção à favela do Coque, pois, segundo o pescador, “*algumas pessoas de lá já levaram muitos problemas*” para a comunidade de Caranguejo/Campo Tabaiães, geralmente relacionados à violência, que se dá em razão da proximidade dos assentamentos e pela rivalidade entre eles.

Não foi a primeira vez que escutei falar nos problemas de violência relacionados ao Coque. Geralmente, no trabalho de campo, quando questionei os moradores sobre os problemas da comunidade, os aspectos de infra-estrutura eram relegados a segundo plano e a violência, indiretamente aludida, esteve sempre presente, tendo por referência certa “*o pessoal do Coque*” que vai para lá “*pra fazer bagunça*”.

Após essa digressão acerca da violência no local relato agora a entrevista com seu Chico, realizada logo depois que todos saíram do local e estimulada porque, ao conversar com o padre e lhe falar sobre a história da imagem do santo, seu Chico abordou questões que me interessaram, mencionando, por exemplo, que algumas daquelas terras haviam sido de seu pai, discorrendo sobre o processo de criação dos viveiros e sobre sua relação com a natureza.

Durante sua entrevista, uma das minhas principais informantes estava próxima. Em determinado momento, percebi que sua presença estava apressando a entrevista, pois ela, vez em quando, fazia sinal para a hora. Esse fato me fez repensar muitas coisas relacionadas à metodologia e me fez refletir acerca da questão de gênero e sua interferência na pesquisa de campo.

O que quer dizer isso? Quer dizer que mesmo representando papel de liderança ela não deixa de ser mulher e, por isso, o tempo é calculado de forma diferente, ou seja, tem que abarcar as atividades públicas que assume, mas também “precisa” estar em casa a tempo para cozinhar almoço e realizar outras atividades referentes ao plano da casa, do privado.

Esse aspecto será retomado com especificidade no capítulo V, onde os projetos de desenvolvimento sob uma perspectiva ambiental são considerados, e o papel das mulheres também, revelando toda problemática de suas posições.

Ainda com relação à ida até a imagem do santo, ou melhor, com relação ao retorno de lá para os assentamentos, exponho aqui, apenas para constar, que quando estávamos saindo de lá, eu, seu Chico e Leila, vimos uma cobra verde que assustou muito a minha informante e fez seu Chico observar que ali, vez por outra, aparece uma cobra daquelas, relatando inclusive o aparecimento de um jacaré, fato que, segundo ele, foi registrado em vídeo e que de qualquer forma nos revela a riqueza natural desse ambiente.

CAPÍTULO V

Sobre os Projetos de Desenvolvimento na área

5.1. Sobre os projetos de desenvolvimento na área

Abordar os projetos de desenvolvimento, neste caso focalizando a perspectiva ambiental nos assentamentos de Caranguejo e Campo Tabaiaras, implica em desconstruir (1) os processos de organização dos moradores e seus problemas internos, (2) a relação desta com o poder público local e (3) as intervenções técnicas de órgãos não governamentais e assim por diante, até que tal procedimento torne compreensíveis os pontos de tensão nos quais se estruturam as vidas dos moradores dos assentamentos.

Politicamente, a situação geográfica desses assentamentos contribui de forma considerável para que haja um olhar “especial” sobre eles. O que querem dizer essa situação geográfica e esse “olhar especial”? Querem indicar a existência de um apreciável pedaço de terra (considerando que seria igualmente apreciável se fosse apenas mangue ou água de rio ou mar) que, mesmo aterrado em condições precárias, localiza-se no centro urbano de uma cidade como Recife, o que significa que é visualizado como uma interessante possibilidade aos olhos dos interesses imobiliários.

Esse pode ser caracterizado como um dos pontos de tensão de que falei anteriormente e no qual se estrutura a população dos assentamentos. De um lado, com um forte poder aquisitivo, estão esses olhos imobiliários engajados economicamente e, por conseqüência, politicamente, com o *Governo do Estado*²⁷ e com órgãos municipais; de outro lado, a organização popular dos moradores dos assentamentos, o trabalho de organizações não-governamentais e, claro, o comprometimento de algumas instâncias governamentais com esses atores, mesmo que estas sejam, digamos, menos poderosos do ponto de vista das negociações.

Durante o período de realização da pesquisa de campo, percebi uma força representada por um poder econômico e político muito maior, através do outro lado dessa força, cujos passos são vagarosos, tímidos, atrapalhados, diria mesmo, “cambaleantes”, e atropelados

²⁷ Recentemente, para exemplificar a afirmação do parágrafo notado, em publicação no Diário Oficial do dia 24 de dezembro de 2003 - o governo do Estado liberou 62,06 hectares de mata atlântica e 21, 23 hectares de mangue a partir da justificativa, pelo CPRH (Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos) da ampliação do parque industrial de Suape. Segundo representação da Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (ASPAN), tal intervenção não possui cunho de utilidade pública ou interesse social (ler artigo de Jornal anexo). O que, então, vem justificar tal atitude, senão a troca de favores existente entre empresários e Governo do Estado?

pelos contextos burocráticos existentes, muito expressivos durante os encontros institucionais a que me propus participar com a intenção de entender os processos pelos quais os projetos de desenvolvimento são terminantemente dependentes.

Ao tomar parte das reuniões que envolvem os projetos de desenvolvimento na área de Caranguejo e Campo Tabaiães, vim a conhecer mais de perto os processos administrativos circulantes da ZEIS. Em princípio, algumas siglas tiveram que ser logo apreendidas, a exemplo de PREZEIS, COMUL e DELIS, que logo entendi serem básicas para a apreensão dos contextos burocráticos referidos anteriormente, que são aqueles estudados, negociados, negados, retomados, e assim por diante, dentro de uma estrutura cujas relações de poder e interesses diversos são significativos tanto pelo lado positivo, quanto e principalmente pelo lado negativo, pela estagnação de ações importantes.

Como em qualquer tema em que uma questão pede a exploração de outra, um assunto pede o subsídio de outro e assim sucessivamente, entendo que a tarefa de explorar as siglas acima pede uma referência anterior à história política dos assentamentos de Caranguejo e Campo Tabaiães, não porque se relacione diretamente a todas, mas por se vincular a processos como os de luta pela terra e de organização popular, daí resultando sua expressão plena nos fracassos e nas conquistas dos dias atuais.

Caranguejo e Campo Tabaiães, como já foi dito anteriormente, são dois assentamentos originados de forma espontânea por iniciativa de pessoas que não tinham onde morar e ocuparam de forma desordenada o solo que ainda não existia de fato. De acordo com o relatório da URB (2000), “Apesar de ser um assentamento antigo, apenas na década de 80 a comunidade despertou para a importância de uma maior organização social na comunidade para resistir à especulação imobiliária. Neste processo foi decisiva a participação feminina”.

Em 1982, foi fundada a Associação dos Moradores de Caranguejo e Campo Tabaiães e, em 1987, foi fundada a União dos Moradores da Favela do Caranguejo e Campo Tabaiães, “por ocasião do Programa Nacional do Ticket de Leite”. Tabaiães (2000:10).

Em 1990 foi fundado o Grupo de mães, o que se deu, segundo consta no relatório de Tabaiães, por “ocasião da campanha eleitoral, quando foi oferecida à comunidade prestação de serviços médicos”. Atualmente, pouco ou quase nada se fala acerca do grupo de mães, inclusive não há notícias sobre se está desativado de fato, como é o caso da Associação Defensora dos Moradores de Caranguejo e Campo Tabaiães, fundada em 1993, e que não possuía sede própria, funcionando durante o tempo em que esteve ativa na casa de D. Zezé, moradora da rua Tinhorão em Caranguejo.

Embora conste a existência de tais grupos populares nos assentamentos, deve-se observar que a única instância político-institucional dos assentamentos com a qual entrei em contato durante a pesquisa, não por falta de interesse, mas pelo fato desta ter sido a única a ser percebida com algum nível de representatividade em termos de organização popular, foi a União dos Moradores de Caranguejo e Campo Tabaiães, principalmente em função de sua presença nas reuniões da COMUL (Comissão de Urbanização e Legalização).



Foto 11: Sede da União dos Moradores de Caranguejo e Tabaiães

(Foto: Maria Sheila Bezerra da Silva)

A respeito da *COMUL*²⁸, uma das siglas mencionadas, pode-se dizer, grosso modo, que essa comissão foi instituída a partir da *lei do PREZEIS*²⁹ (Plano de Regularização das ZEIS),

²⁸ “As COMULs (Comissões de Urbanização e Legalização) constituem espaços privilegiados para discussão e deliberação acerca dos projetos de urbanização e regularização jurídica a serem desenvolvidos nas respectivas ZEIS. Cada COMUL é composta por dois representantes do poder público; dois representantes da comunidade e um representante da ONG que presta assessoria à ZEIS. Suas reuniões acontecem quinzenalmente, sendo uma na sede da URB – Recife e outra na comunidade” (FREIRE et al, 1995).

²⁹ “Em 1987 surgiu a lei nº 14.947, denominada PREZEIS (Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social), elaborada pelo movimento popular e organizações não governamentais (ONG’s), com a finalidade de regular o uso e ocupação desses espaços urbanos, sob uma orientação político administrativa de gestão, a partir de canais institucionais de participação social” (Idem).

devendo agir como canal de participação popular, assim como o *Fórum de PREZEIS*³⁰ (que, pelo entendido, localiza-se numa instância maior), no intuito de discutir e deliberar acerca de projetos de urbanização e regularização jurídica a serem desenvolvidas nas ZEIS.

Em suas reuniões, a COMUL tem sido geralmente representada por duas moradoras da comunidade, uma representante da URB (Empresa de Urbanização do Recife) e algumas representantes de ONG's que, nas instâncias administrativas respectivas, compõem tanto a COMUL quanto o DELIS.

O DELIS, ou melhor, projeto DELIS (Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável) “*não é um conceito novo*” (segundo a representante de uma ONG), mas no Brasil é recente, e aqui no Recife o projeto começou a ser discutido ao final do ano de 1999 por uma rede de instituições, constituída por um conjunto de ONG's, apoiadas tanto pela GTZ (Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit) - Agência Alemã de Cooperação Técnica, através do DED (Deutscher Entwicklungsdienst - serviço alemão de desenvolvimento) quanto pelo poder público e pelo Fórum de PREZEIS, com o intuito de articular os mais diversos setores sociais para ações conjuntas em áreas ZEIS.

Caranguejo e Campo Tabaiaras conseguiram, em determinados contextos, se beneficiar de projetos desenvolvidos na área, em princípio através de sua escolha como ZEIS de características complexas para um projeto piloto de intervenção idealizado a partir de pelo menos quatro eixos temáticos interdisciplinares que pudessem abarcar diferentes dimensões - política, cultural, social e ambiental - e que viessem a ser, posteriormente à intervenção, exemplo para outras comunidades.

Assim, os eixos temáticos foram: I) Desenvolvimento da Cidadania; II) Planejamento Urbano e Regularização Fundiária; III) Desenvolvimento e Sustentabilidade Econômica e IV) Desenvolvimento e Sustentabilidade Ambiental.

No ano de 1999, foi assinado um convênio entre a GTZ e o Governo do Estado com o objetivo de apoiar o projeto *PRORENDA*³¹ Integração Urbana – PE, visando ao combate à pobreza urbana e ao fortalecimento da auto-gestão, com atenção especial para a melhoria das condições de vida e trabalho dos moradores integrantes em áreas de baixa renda, como consta nos artigos do acordo.

³⁰ O Fórum do PREZEIS, assim como a COMUL são canais de participação popular instituídos a partir da lei do PREZEIS. “Constitui-se o Fórum do PREZEIS um espaço institucional de articulação política, deliberação, e gerenciamento dos recursos do Fundo do PREZEIS”. (Ibidem).

³¹ “É parte do programa nacional ‘PRORENDA assistência aos processos de desenvolvimento sustentável local’ que atua em seis estados brasileiros. O projeto assiste especificamente o planejamento para o desenvolvimento urbano e regional, participação, desenvolvimento comunitário e esforços de descentralização do governo estadual e municipal”. (www.gtz.de).

Num termo aditivo do convênio mencionado, foi referendada a implementação de um Fundo Comunitário (reserva financeira de apoio a projetos) tanto para áreas não instituídas enquanto ZEIS, quanto para áreas ZEIS, a exemplo de Caranguejo e Campo Tabaiães, que estiveram envolvidos, a princípio, a partir da proposta da educação participativa em meio ambiente, cujo objetivo seria “*sensibilizar os jovens da comunidade de preservar o meio ambiente e aprofundar conhecimentos e informações básicas sobre o tema*”³².

Esta foi uma primeira fase dos projetos desenvolvidos na área para a qual se destinavam R\$ 2.500,00. O período de execução previsto se estendia de nov/2000 a janeiro/2001, de acordo com alguns registros obtidos e anexados ao fim deste trabalho.

A partir do segundo termo aditivo do convênio (já referido anteriormente), um novo prazo e novos investimentos foram previstos, rendendo à ZEIS Caranguejo e Campo Tabaiães bem como a outras ZEIS novos projetos de desenvolvimento.

Em Caranguejo e Campo Tabaiães, a partir de um recurso orçado em R\$ 6.676,73, foi desenvolvido o projeto “Lixo e Qualidade de Vida”, idealizado pela União dos Moradores de Caranguejo e Campo Tabaiães com apoio técnico da URB e da ONG Serviço de Justiça e Paz, com a pretensão de desenvolver uma experiência de autogestão comunitária, tendo em vista a educação ambiental. Segundo avalia uma das líderes comunitárias entrevistadas,

“Eu como líder comunitária mesmo, com a URB e o PRORENDA, a gente fez, teve aqui projeto, teve dois projetos no qual a gente participou. A comunidade participou no segundo projeto, no primeiro não, porque no primeiro a gente não ficou, não teve, não entendendo direito como era, mas o segundo não. O segundo, a gente junto com a EMLURB limpamos o canal, ali atrás das palafitas, tiramos muita garrafa pet, muito lixo mermo, no qual através dessas garrafa a própria comunidade ganhou um trocadinho, e até hoje, ainda tem gente juntando as garrafinha, agora, parece que o comprador lesaram eles da última vez, aí se aborreceram e não quiseram mais juntar”. (Dona Teca).

Entendo que o quarto eixo temático mencionado - Desenvolvimento e Sustentabilidade Ambiental - ganhou um grande impulso a partir do projeto “Lixo e Qualidade de Vida”, iniciado em janeiro de 2002 e finalizado em 28 de abril de 2002, que perseguiu o interesse de “*melhorar a qualidade do meio ambiente local, a partir do replantio do mangue e arborização e mudanças nas práticas com relação ao lixo, melhorando assim, as condições sanitárias locais*”. (Tabaiães, 2002).

Tal objetivo foi buscado através de algumas atividades, dentre as quais apresentação de vídeo e peça teatral sobre mangue e lixo; oficinas com crianças e adolescentes sobre os

³² Citação extraída do relatório *Educação Participativa em Meio Ambiente na ZEIS Caranguejo e Campo Tabaiães – Fundo Comunitário – PRORENDA Integração Urbana/ PE.*

temas mangue, lixo e tratamento da água; confecção, pintura e distribuição de 1500 sacolas de tecidos; mutirão para limpeza e remoção dos resíduos sólidos do mangue; comercialização de 1500 kg de resíduos sólidos; construção de sementeiras com 1000 mudas de mangue; plantio de mudas com moradores e parceiros do projeto; visitas a ambientes preservados.

Sobre tais atividades, procurei saber, em entrevistas com os moradores e as moradoras dos assentamentos até que ponto foram estimuladas (os) no processo de educação ambiental, como visualizaram a questão do lixo dentro dos assentamentos e, pelas razões já discriminadas nos primeiros capítulos desse estudo, que percepção os próprios moradores possuem acerca da noção de qualidade de vida.

O que os moradores entendem por qualidade de vida já foi abordado o suficiente em capítulo anterior. Dessa forma, exponho agora os dados que, obtidos a partir de perguntas diretas com os moradores dos assentamentos, relacionam-se com os projetos que desenvolveram atividades de oficinas, distribuição de sacolas de pano, limpeza do canal, entre outros, para subsidiar a análise da percepção desses moradores acerca de tais projetos.

5.1.1. O impacto desses projetos nos assentamentos:

Todas as pessoas com que entrei em contato haviam ou apenas tomado conhecimento das atividades ou participado de alguma forma ou, ainda, estado à frente da organização dessas atividades.

Percebi através das crianças e adolescentes entrevistados que as oficinas de educação ambiental e outros projetos de que participaram foram muito proveitosos em termos da consciência e do aprendizado que alcançaram, quanto às formas de lidar com o seu meio ambiente, bem como o tratamento que deveria ser reservado para este. Dessa forma exponho os seguintes depoimentos:

“Foi para não desmatar o mangue, senão é uma falta de preservação ambiental e serve também como fonte de renda para os pescadores que sobrevivem disso, como os caranguejos, os siris, esses peixes que tem aqui, crustáceos tem aqui nessa área”. (Bruno)

“Preservar o mangue, não jogar lixo na maré para não prejudicar os outros, de vez em quando passa lixo, aí pega e pode ficar muita gente doente, esses catadores de lata que pegam latinha na maré pode até se cortar com os vidros que o pessoal joga na maré, aí eles jogam e pode até se cortar com os vidros que o pessoal joga na maré, aí eles jogam e pode até se cortar, pegar uma inflamação no pé”. (Marcos).

Ainda segundo Marcos e Cíntia, valem as seguintes considerações:

“Ela queria que a gente fizesse o caranguejo pra ficar lembrando o mangue. Muitos mangue tem caranguejo, eu mesmo pegava caranguejo com os meus primos, aí toda vez a gente levava corte, aí minha avó botava mercúrio. Aí agora não tem muito vidro não, aonde a gente plantou não tem mais mangue não, mais nenhum”. (Idem)

“...nós aqui da comunidade fomos visitar uma indústria e vimos que as garrafas que são jogadas fora são reutilizadas. Eu não sabia disso, nem ninguém aqui

sabia, e assim mudou bastante aqui na comunidade, todo mundo reutiliza a maioria das coisas que joga fora”. (Cíntia).

Geralmente as moradoras e os moradores dos assentamentos consideraram as atividades “boas”, “interessantes”, disseram que “funcionou em algumas coisas”, mas, à medida que faziam tais observações, acompanhavam-nas de reclamações sobre a descontinuidade dos mesmos, de tentativas de “resgatar” a responsabilidade e culpabilidade do próprio povo e também dos órgãos públicos tanto com relação à paralisação das atividades, que não têm continuidade, quanto no tocante à utilização de pequenos projetos como estratégia política de desmobilização comunitária, como se pode ver nas seguintes transcrições:

“Se tivesse continuidade, podia ser que o povo... a gente faz alguma coisa e pára, passa dois, três ano parado. Aquilo morre, ninguém se lembra mais” (D. Têca).

“Achei ótimo. Esse projeto foi bom porque a gente distribuiu sacolas para o povo, distribuiu jornalzinho, foi um trabalho muito bom aqui na comunidade, só que parou(...). Fizemo trataçõ de mangue lá no outro lado com os dolescente, aí cada dolescente que trabalhava tirava os lixo todinho da beira da maré né (...) pagava R\$10,00 a cada menino que tava (pra agradar né, porque ninguém faz nada de graça, também para incentivar mais os meninos)(...) teve também curso de pintura (...) de artesanato (...)”. (Leila) - (Grifo meu).

“O pessoal nem entende pra começar. Eles estão lá naquele dia, é uma festa. Passou aquilo, o pessoal nem fala, nem comenta no outro dia o que aconteceu, nem lembra as pessoa que trabalha, que tá junto...”. (d. Conceição).

Outra referência de projetos sem eficácia, segundo a própria população, são os trabalhos realizados com os jovens dos assentamentos que abordam a questão do ambiente em oficinas e encontros. Em princípio essas atividades também são observadas com bons olhos, como podemos entender através das seguintes avaliações:

“...foi importante (...) porque ninguém sabia o que era plantar mangue e ninguém sabia como era, então, tanto a gente aprendeu, como as crianças aprenderam . Eu fiquei com um bocado de mangue aí já plantado e quando terminou o projeto eu plantei sozinha do outro lado”. (d. Olga)

“...eu acho que durou um negócio de quatro meses, não tenho certeza (...) os menino gostaram né, porque fizeram pesquisa de mangue, foram conhecer outra comunidade (...) foram para Dois Irmãos fazer pesquisa lá, foram para mata (...) então eles gostaram”. (Leila).

Essa visão positiva muda, quando a população volta suas atenções para a realidade dos assentamentos. Primeiro, porque se fala sobre os limites colocados para a participação desses jovens e, segundo que, terminadas as oficinas e as atividades, não conseguem empregos ou afins que possibilitem a geração de renda, como podemos observar a seguir, através da fala de duas moradoras:

“Quando vem aparecer uma coisa para o jovem é por limite de idade, eu achava que não devia ter esse limite, são adolescente, todos tem direito na comunidade, porque todo adolescente ele precisa de atenção igual, esse limite de idade é o que acaba com eles, quando chega alguma coisa só é limite de 7 a 14, tem o limite de 7 a 8 (...) eu achava que quando viesse alguma coisa pra comunidade viesse com limite de 7 a 18, porque só assim eles se ocupavam de alguma coisa (...) mas o resto que tem mais de 17, é maior de 16 fica de fora, e esses é que são o perigo, porque ficam de fora, porque além de ficar de fora eles ficam revoltado – ‘nunca tem nada pra gente fazer, vou fumar maconha, vou fazer isso, vou fazer aquilo’ – eles se revoltam com razão”. (d. Conceição).

“...é porque o pessoal faz essa capacitação e quando termina fica vendo navio, não tem retorno (...) eu queria que eles fizessem e fosse um negócio aqui dentro da comunidade pra os meninos trabalhar, mas não faz. Essas coisinhas, isso é coisa muito pouca...”. (Leila).

Os pequenos projetos, uma vez iniciados e uma vez concluídos sem que a população dos assentamentos tenha percebido mudanças concretas em suas condições de vida, ou seja, mudanças que resolvam ou reduzam alguns de seus grandes problemas, como a ausência de saneamento básico, acarretam descrédito dos projetos e deles mesmos, no sentido de duvidarem da eficácia da participação popular, afastando-os das reuniões, levando-os a rechaçar as lideranças comunitárias, desgastando tanto a imagem pessoal dessas lideranças quanto o poder de mobilização dos assentamentos como um todo.

A constatação desses fatos está presente nos depoimentos abaixo reunidos:

“Foi boa. Muito bom porque a gente passou um tempo sem ter muita moriçoca, sem ter rato, muito rato, sem ter água empancada. Aí já voltou tudo de novo. Chueu aqui ninguém entre e ninguém sai”. (D. Conceição).

“... quando a gente entregou as camisas gostaram, só que o problema daqui da comunidade, que afeta, é esse saneamento básico, tá ouvindo você, porque a turma quer é isso. Porque esse problema daqui é seríssimo minha filha. Essas fossas né, quando chove, a gente fica pisando na fossa (...) fica tudo água de esgoto (...) já teve criança daqui doente, tem problema de moriçoca (...) então quando a gente chama o povo pra reunião, aí o pessoal: “vou nada, não sei porque vocês vão assistir reunião, não traz nada para comunidade”, e o pessoal

fica desapontado, então fica difícil né, a gente somos muito xingados (...) diz que a gente tá ganhando dinheiro (...). (Leila).

“Aquilo foi uma safadeza (...) Porque a gente tava aqui numa luta grande aqui para construir uma escola e os projeto, como o prefeito não tinha dinheiro para fazer, como eu falei agora do DELIS, que levou o programa das casas que era para ser realocizada nessas áreas que tinha ... Então fizeram aqui uns dois, três cursos dentro da nossa comunidade, então é como se botasse uma venda nos nossos olhos. Nós ficamos parados durante dois ou três anos através desses cursuzinho e aquilo que realmente a comunidade precisava, isso o governo não mandou, isso é a indignação da nossa comunidade, nós tinha passado um governo desse sem construir nada”. (seu Paulo).

Esse é um tipo de problema com o qual se debatem freqüentemente, e principalmente, as lideranças do local, quando da necessidade de apoio da população em decisões que demandam tanto suas opiniões, quanto suas presenças efetivas na resolução de questões importantes para o coletivo, a exemplo da construção da escola, empreendimento de grande desgaste político, tanto no que se refere ao andamento das obras, quanto no que se refere ao desgaste das possibilidades de estímulo do interesse da própria população que, mesmo convidada através da *anuncicleta*³³ e de outros meios possíveis, não compareciam às reuniões.

Ao falarmos em desestímulo do interesse político da própria população, consideramos incondicionalmente interessante observar que esse desestímulo tem relação com a ausência de desenvolvimento da cidadania da população local que, gerada às margens de uma estrutura de *poder*³⁴ viciada na “troca” de favores e no descaso subsequente dos “governantes”, não toma ciência de seu poder de mobilização, que sabemos não ser algo fácil de ser alcançado.

Tal aspecto foi exposto através das falas e da observação das ações dos moradores da ZEIS, tentando explanar o quanto a baixa auto-estima é um dado cultural nocivo ao desenvolvimento social, econômico e ambiental nessa área, que leva a uma realidade perversa de dependência, de não participação social e, por conseguinte, de alienação quanto ao seu potencial de cidadania.

³³ A *anuncicleta*, como já se pode imaginar, é a denominação dada a um dos veículos de comunicação que mais efetivamente alcançam a população de Caranguejo e Campo Tabaiães, fazendo anúncios de festas e reuniões, por exemplo, através de uma caixa de som instalada numa bicicleta que atravessa os becos estreitos dos assentamentos, convocando e levando a todos as novidades.

³⁴ “Contra todas as formas do erro ‘interacionista’ o qual consiste em reduzir as relações de força a relações de comunicação, não basta notar que as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidas nessas relações e que, como o dom, ou *potlatch*, podem acumular poder simbólico. É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que o fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados””. (Bourdieu, 2001:11).

Esse é um aspecto que volta e meia nos deparamos com ele. Pode-se dizer que tão difícil quanto a questão da urbanização e legalização, talvez seja mesmo o desenvolvimento da cidadania dos moradores da ZEIS que, ao serem estimulados para a participação efetiva mostram o quanto ainda estão mobilizados pela ação de políticas *assistencialistas* comumente explicitadas nas palavras de seus moradores e também na de representantes de ONG's a exemplo da ETAPAS³⁵ quando expressam a dificuldade em trabalhar projetos na área.

Pelo menos duas representantes da ONG referida foram ouvidas e, a partir de suas experiências e da grande proximidade com os assentamentos, – a partir do objetivo de buscar não melhoria de vida *para* eles, mas sim *com* eles, como enfatizaram várias vezes durante a entrevista – exprimiram a grande dificuldade que é trabalhar com essa população que politicamente ainda se mostra pouco expressiva e organizada, como ilustra a fala de uma delas a seguir:

“... com relação a Caranguejo as dificuldades... são geradas dessa ausência... a questão da falta de acesso à escolaridade, ... a população é predominantemente jovem e crianças e não tem oportunidade escolar (...) a falta de emprego, não se tem emprego, então assim, existe a questão da baixa estima... porque além da comunidade ter as questões urbanas precárias mesmo, porque são muito precárias, isso mexe muito com a auto-estima, então assim, o cidadão lá não se sente cidadão ou cidadã (...) mexe muito com a falta de acesso mesmo e com a falta de conhecimento das políticas públicas, então o pessoal não tem muitas vezes essa iniciativa de lutar e sem esperar que alguém faça. Existe também... algumas atitudes que contribuem para isso lá dentro. Não só lá dentro como em outras áreas que simplesmente são ações assistencialistas, como se fosse mãe ou pai dos cidadãos que estão lá, e aí não trabalham o fortalecimento do indivíduo e sim faz com que ele sempre se torne dependente, (...) as ações que têm lá de assistencialismo não fortalece o cidadão (...) por exemplo, chega lá e dá um monte de cesta básica, (...) começar a prender ou envolver o ser humano a partir do que ele tem de maior necessidade(...)”.

Dando continuidade à perspectiva dos projetos de desenvolvimento, existe atualmente uma série de pronunciamentos pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico para a criação do Centro de Apoio à Economia Popular e Solidária, que venha explorar as potencialidades econômicas da área de Caranguejo e Campo Tabaiaras a partir das tendências individuais e das atividades econômicas locais e do entorno da comunidade.

Em princípio, tal proposta é animadora para as lideranças locais e para os prováveis envolvidos nesse empreendimento a exemplo dos pescadores de camarão. Em contraponto, a criação desse centro (até o presente momento) ainda depende do espaço onde deverá ser

³⁵ ETAPAS - Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social. Trabalha essencialmente com: - Capacitação de lideranças comunitárias e fortalecimento das entidades populares; - Capacitação de adolescentes e jovens; - Estudos e pesquisas. (www.abong.org.br).

construído, ou seja, o terreno que fica ao lado da escola que está em construção. O terreno referido está em negociação com seus respectivos proprietários, e à medida dessas negociações surgem alguns obstáculos burocráticos, deixando mais um empreendimento de grande utilidade à mercê do tempo.

Outra observação que faço diz respeito ao comportamento de algumas lideranças locais e moradores presentes que não perceberam a idéia do Centro, tão logo ela foi explicitada, como algo interessante. Esse aspecto faz referência direta a uma discussão já travada em outros meios, ou seja, quais são os interesses da população e quais são os interesses das instâncias governamentais ou não governamentais? Até que ponto esses interesses convergem, até que ponto eles divergem?

É uma discussão de fato muito difícil, com muitos pontos de tensão. Se travada, deverá render horas e horas e palavras e mais palavras e certamente não chegaremos a uma conclusão.

Que podemos dizer sobre quem está certo ou quem está errado? (Se é que se podem polarizar essas questões). Estará certo o senhor que achou incoerente a proposta do Centro de Economia Popular e Solidária e lançou a proposta de uma sorveteria e ou lanchonete? Ou estará certa a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e as ONG's ao idealizar esse projeto de auto-gestão e desenvolvimento sustentável para uma população que além de não possuir condições básicas de sobrevivência, se encontra desorganizada do ponto de vista das estratégias políticas que poderiam sugerir e se apropriar.

De um lado está uma população pouco esclarecida, ansiosa por alguma resolução dos seus problemas e que, por conseqüência da falta de oportunidades, se torna imediatista, e por outro lado, há as boas intenções que são raras, mas existem por parte do poder público e dos projetos de organizações não governamentais, que se chocam tanto com as exigências institucionais e burocráticas, quanto com a própria população que possui uma realidade distante dos projetos ora apresentados.

Exemplo disso é a intenção em “intercambiar” as experiências do Centro de Economia Solidária (que ainda não existe, vale observar), com a prefeitura de Nantes - França, que possui iniciativas do tipo. Salientando que as condições de implementação de tais projetos – na França e no Brasil – se dão em ambientes de condições sociais, ecológicas, políticas, culturais e econômicas muito diferentes, onde principalmente a própria população de Caranguejo e Campo Tabaiars não entende as intenções de negociações nessas proporções.

Uma outra divergência observada se deu a partir da sanção da lei que institucionaliza a Ilha do Zeca como uma ZEPA (Zona Especial de Proteção Ambiental), onde a população

enxerga que, ao mesmo tempo em que existiu um ganho no sentido de que se tornou uma garantia contra a visão imobiliária, passou a ser uma ameaça, pelo fato de que muitos acreditam e estão convencidos de que o poder público, ao voltar os olhos para a Ilha do Zeca, esquecerá das necessidades mais gritantes da população que são a urbanização da área e a resolução da problemática das palafitas, como nos falam essas duas moradoras:

“... mas essa ilha aí antes de ser uma ZEPA, há uns quatro anos atrás, a gente lutou pra ver se conseguia essa ilha pra fazer casa para o pessoal, para tirar o povo do canal, o povo das palafita, mas não podia, por causa que passa uma grande rede de extensão (...) e não podia construir, e aqui a gente fica assim, muito bom ser uma ZEPA né, uma ZEPA 2, mas em compensação só se pensa na ilha agora, e a gente, aonde é que fica?”.(D. Têca).

“... eu nunca fui a favor nem sou da ilha do Zeca, eu sou a favor de fazer serviço pro povo, sem beneficiar o rico, porque aí vai beneficiar o rico, porque vai ficar muito bonito, vai ficar muito bonita aquela área lá. Aquilo vai é atingir o pobre (...) o filho do pobre num vai pra uma praça, se for vai destruir, ele não vai construir, vai ser um trabalho perdido, vai ser ali. Porque eu vejo o que é que eles fazem por aí pelas praça fora, quanto mais por aqui, vai ser trabalho perdido”. (D. Conceição).

Para que haja uma utilização do potencial de lazer e turismo da Ilha do Zeca, consta, enquanto projeto, a abertura de um viário que possibilite um maior contato da população recifense através de uma via ao lado da ZEPA 2, que em uma de suas plantas iniciais, exposta na reunião da COMUL no dia 13/06/2003, se apresentou de forma, senão inadmissível, incompreensível para os moldes de uma obra que deveria, mas não levou em consideração, nem a complexidade do local – por não prever uma relocação da população moradora das palafitas (pela qual, segundo a planta, deveria passar a via), nem uma consulta sócio-cultural anterior com a população local.

A ausência dessa consulta sócio-cultural foi observada a partir da exclamação de uma moradora acerca do problema que seria os assentamentos estarem em contato com a favela do Coque. Disse ela que trariam problemas demais como morte, assalto etc. Nesse momento, alguns representantes das instituições e órgãos presentes se entreolharam, e certamente perceberam quão grave se tornam essas e outras situações semelhantes, bem como a implementação de projetos de desenvolvimento, quando as próprias razões desse grupo humano são desconsideradas.

A questão da Urbanização e Legalização da área faz parte do segundo eixo referido pelo DELIS, a partir do planejamento urbano e da regularização fundiária. Certamente é uma das

partes mais difíceis e também mais urgentes no processo de desenvolvimento da área, pois visa, entre outras coisas, promover a legalização da posse de terra, bem como a melhoria e construção de moradias.

No que ainda diz respeito à perspectiva da urbanização, espaços físicos a exemplo das propriedades da Leon Heimer e da Fermetaço eram no princípio da pesquisa, geralmente citados como uma possibilidade de ampliação do limite da ZEIS, e principalmente, de relocação das famílias que moram na beira do rio e na beira do canal.

Seriam no caso, segundo levantamento do DELIS, 165 lotes a serem removidos da beira do rio, o que necessitaria de 8.250 m² e para a qual haveria o espaço da Leon Heimer, cuja área é de 10.177 m², e no que se refere à remoção dos lotes da beira do canal, estes seriam um número de 182, cuja área necessária para tal seria de 9.100 m² e para a qual existiria a opção do terreno da Fermetaço com área de 12.770 m².



Mapa 3: Imagem mostrando o terreno das empresas Leon Heimer e Fermetaço.

Fonte: Material Projeto DELIS.

Tais espaços, contudo, possuem aspectos muito problemáticos no que se refere ao valor exigido para sua compra pelo poder público, o que fez com que, de certa forma, se desistisse por ora desse assunto nas reuniões da COMUL, salientando a observação da Secretaria de Planejamento Econômico, segundo a qual será muito problemático deixar Caranguejo e Campo Tabaiães urbanizados, sem que haja estratégias de geração de renda para a população, o que poderia resultar, como em outros exemplos, em que a população se desfaça de suas casas (já que não teriam como se manter), e passassem a migrar para outras áreas, reiniciando todo o processo de luta pela moradia, legalização e urbanização.

São muitos os aspectos que podem ser abordados, longos os processos de negociação e problemáticas as situações acerca dos projetos de desenvolvimento, contudo o desejo em melhorar a qualidade de vida ainda existe e persevera através do melhoramento das condições do meio ambiente tanto pelos órgãos engajados quanto pela própria população, que pelo observado durante o período de pesquisa, deseja o melhoramento de suas condições de vida naquele local onde mora e não a deixaria (em sua maioria) por todos os aspectos positivos que revelou durante as entrevistas.

5.1.2. O papel das mulheres

Num capítulo em que os projetos de desenvolvimento dos assentamentos de Caranguejo e Campo Tabaiães são levados em consideração e no qual se identifica intensa participação feminina nos espaços de reivindicação e negociação desses projetos referidos, não poderia deixar de fazer uma conexão entre esses dois fatores que compactuam com uma série de outras implicações que fazem referência às relações cotidianas de gênero dentro dos assentamentos.

Durante a redação do presente estudo foram feitas algumas considerações referentes às relações de gênero (com enfoque na mulher, embora se entenda que essas relações não fazem referência apenas à ela), desde as questões ligadas às estratégias da metodologia aplicada para a obtenção de dados junto à comunidade (já que minhas principais informantes foram mulheres), quanto às situações observadas (as implicações de ser uma liderança comunitária, esposa, mãe), bem como aos diálogos travados, às posições estabelecidas dentro das instâncias de representatividade política nos assentamentos, enfim, por todos esses aspectos que só aguçaram o desejo de entender melhor a posição das mulheres no contexto de desenvolvimento ambiental dos assentamentos.

Diz-se atualmente da necessidade de uma visão integrada socioambiental, a partir de uma necessidade de sermos ecologicamente alfabetizados (Capra, 1996) para a criação de comunidades humanas sustentáveis. Nesse sentido, qual o papel da mulher na construção dessa visão integrada? Haverá possibilidades reais no sentido de repensar as atuais relações de gênero dentro da perspectiva da sustentabilidade? Existirá a possibilidade de tal visão dentro de ambientes degradados como no caso dos assentamentos de Caranguejo e Campo Tabaiães? Se existe, como procederão as mulheres do local para atingir ou propiciar a perspectiva de tal visão?

Mesmo dentro dos preceitos teórico-metodológicos acerca do desenvolvimento ecologicamente sustentável, a referência base para toda a discussão diz respeito basicamente à *relação homem/natureza* ou *sociedade/ambiente*, em que implicitamente a mulher vem estar inserida, mas não está referendada (por um contexto igualmente sexista de nossa língua) dentro desse processo cujas bases se estruturam num novo saber ambiental ou uma nova racionalidade ambiental, de que nos fala Leff (2001), que vem re-significar a utilização “economicizada” dos recursos naturais, perpassando inicialmente pelo respeito à biodiversidade local, até as peculiaridades políticas, econômicas, sociais e culturais de cada povo e região.

Mergulhar no conceito de gênero é essencialmente tomar conhecimento de sua construção enquanto categoria de análise e apanhá-la dentro de suas possíveis e prováveis desconstruções históricas sob a tutela da noção de poder, cuja base se constitui, de acordo com Saffioti (1987), não a partir das semelhanças, mas sim das diferenças, e é aí, a partir de tal perspectiva, que se reconhece o poder nas relações desiguais entre homens e mulheres, pautadas na diferença do sexo biológico.

De acordo com Scott (1991), sua definição de gênero tem duas partes conectadas por pelo menos duas proposições: “O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder [...] é um campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado”.

Como destaca Saffioti (1987), “já que as relações entre homens e mulheres estão permeadas pelo poder, seria interessante buscar um conceito adequado deste fenômeno”, e na busca desse conceito adequado muitos foram os caminhos identificados na literatura a respeito, dentre os quais, Weber, Marx e Engels, Foucault, Bourdieu, entre outros, bem como enfoques diversos e relativamente atualizados, ligados à política e ao poder tradicional Scott (1991), ao poder simbólico Bourdieu (2001), ao micro e ao macro poder Foucault (1976) e assim por diante.

Tais tentativas conceituais, mesmo aquelas de certa forma “rejeitadas” por toda uma questão epistemológica, vêm possibilitar o entendimento das mais variadas dimensões desse poder, que dentro das relações de gênero nem sempre está explícito, mas que “estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica de toda vida social” Bourdieu (1980) e ademais reproduz a desigualdade ao incluir os homens na esfera pública e a discriminar os espaços privados atribuídos às mulheres.

Sobre o poder que nem sempre está explícito, Bourdieu (2001) nos fala que “é necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que estão sujeitos ou mesmo que exercem”.

Tal afirmação suscita pelo menos duas perspectivas a serem consideradas na abordagem de gênero. Uma primeira que é a negação da supremacia de uma força que coage, na evidência de uma ausência absoluta de forças por parte do que, ou de quem se é coagido; e segundo, que “As relações de gênero evidentemente refletem concepções de gênero

internalizadas por homens e mulheres. Eis porque o machismo não constitui privilégio de homens, sendo a maioria das mulheres também suas portadoras” Saffioti (1987).

Esse processo de internalização impede muitas vezes que as representantes percebam que são tratadas de forma diferenciada pelo fato de serem mulheres junto aos moradores dos assentamentos, e apenas umas poucas, com uma certa dificuldade de falar sobre o assunto, expressam a discriminação que sentem, bem como as impossibilidades desenvolvidas por esses motivos de construir uma relação produtiva umas com as outras nas instâncias de discussão, ou seja, nas reuniões comunitárias, que em geral estão pouco preparadas para o *métier* desses espaços públicos, divergem e discutem bastante entre si, acabando por não concretizar ações desejadas para a coletividade.

“É, mas tem preconceito. Tem porque quando a gente vai fazer uma reunião só da diretoria que a gente vai conversar e às vezes assim, que tem algum homem no meio e diz assim, ‘quando vocês tem reunião porque só mulher que vai mandar’, só mulher que vai falar, eu sinto no fundo no fundo que ele tem aquele preconceito com a gente mulher, apesar da gente ter uma idéia muito boa de trabalho, a gente querer trabalhar ...”. (Leila).

Dessa forma, o potencial de luta das mulheres a partir de suas condições de existência enquanto *mulher* deve ser levado em consideração, bem como os mecanismos que venham utilizar enquanto forma de resistência, seja dentro de sua própria casa, ou nas instâncias públicas de convívio social, mesmo que esse potencial por enquanto não seja utilizado como forma de olhar (com um olhar mais atento) para além das privações materiais porque as mulheres dos assentamentos passam, que são, por exemplo, as situações de violência doméstica, que embora não tenha explorado para o presente estudo, ficaram evidentes em algumas falas.

“Não, aliás, hoje todo casal briga né? (...) e então quando eles arengam é dentro de casa. Agora no meio da rua não tem essa violência não. Essa comunidade aqui não tem violência com mulher no meio da rua não (...) dentro de casa arenga, quando é mais tarde já está tudo bem”. (D. Olga)

Pinto (1992) vem nos falar sobre os movimentos sociais enquanto espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político, e é nesse sentido que percebo a inserção das mulheres lideranças comunitárias dos assentamentos de Caranguejo e Campo Tabaiaras onde “a saída do privado para o público envolve a entrada em uma rede de relações que pressupõe novos saberes, novas informações que, por sua vez, redefinem as relações de poder ao nível privado

(...) redefine a posição da mulher não somente na relação direta com seu companheiro, pais, familiares, mas lhe dá uma posição diversa entre suas relações de amizade e vizinhança o que, por sua vez, redefine a própria relação ao nível público” (Idem).

“... as mulé ainda tá sofrendo muita pressão (...) é da comunidade, é de casa, ói eu aqui, meu marido é revoltado porque eu trabalho em comunidade, ele já chegou a me dizer aqui, ‘ou você escolhe ou a comunidade ou a casa’, porque eu saía de manhã e só chegava de noite, às vezes ele chegava aí era ‘feijão azedo’, arrumava todo pretexto pra dizer que o feijão tava azedo, que a carne tava crua e num sei o que lá, começava a fazer pretexto contra mim. E aqui os morador, os próprio morador só vive mais dizendo que a gente vive ganhando dinheiro para trabalhar e não faz nada pra comunidade, que num vê nada, que a gente tá comendo dinheiro, a gente é muito maltratado aqui dentro da comunidade”. (D. Teca).

Entendo, contudo, que tal ritual de passagem – privado/ público – dentro do contexto do movimento realizado pelas lideranças de Caranguejo e Campo Tabaiães não vem possibilitar uma visibilidade da mulher *per se*. São mulheres públicas organizadas a partir de reivindicações próprias de seu universo de preocupações, pelas condições concretas de existência, a saber, a construção, melhoria, urbanização e legalização de suas moradias, saneamento básico, escola para as crianças, tratamento do lixo, melhoria das condições de saúde, entre outros, onde possivelmente não existe espaço para o questionamento de suas próprias condições de existência enquanto mulher, pela própria internalização das concepções de gênero vigentes na nossa sociedade.

Existe ainda assim um grande ganho em termos da organização das mulheres que passaram pelo ritual de passagem público-privado quando pensamos nas outras mulheres dos assentamentos que ainda não estão inseridas na esfera pública, por estas se sentirem representadas pelas lideranças e um pouco mais a vontade para conversar sobre os problemas diários de dentro de seus lares, nos seus ambientes, na criação dos filhos, enfim, questões que muito provavelmente ficariam de fora, caso os espaços de decisões políticas continuassem sendo ocupadas por homens apenas.

“Olhe, eu acho ótimo, porque a gente mulher se entende mais, mulher é pronta pra brigar por tudo, e os homens sempre são mais afastado, e a gente não, quando diz vai pra tal canto junta as mulé vai pra tal canto, junta as mulé e vai se embora mermo, fala o que tem que falar e até aqui, a gente é mais muito bem recebida nos canto quando a gente chega, diz “tem uma danação de mulher aí de Caranguejo e Campo Tabaiães, aí diz “deixa ela entrar”. É assim, mas...(...) funcionar, funciona assim, em termos né, porque a gente é bem atendido, eles tem, enrola agente, porque eles acha que mulher é mais enrolada ...”. (D. Teca).

Nesse sentido, diversas e divergentes são as concepções acerca das mulheres nos principais espaços de negociação política, ou seja, os espaços de implementação de projetos. Se por um lado elas são vistas com maus olhos, o que faz algumas sentirem diretamente os preconceitos advindos dos próprios moradores, por outro lado, ou melhor, na visão de outras moradoras (já que não entrevistei homens abordando esse assunto diretamente), acham que as mulheres lideranças são até mais respeitadas dentro dos assentamentos do que os homens que já foram lideranças e se são desacreditadas são pelas mesmas razões porque os homens são desacreditados, ou seja, pelas ações esperadas para os assentamentos e que não são alcançadas, fazendo referência direta à posição dos políticos em período de eleição dentro desse processo.

“Olha o projeto que foi desenvolvido aqui, é esses que tá no meio do caminho, tudo que tá em meio de caminho (...) só começar e não terminar? Não pode de maneira nenhuma, agora, bem dizer nós tamo em que? Já estamos perto de nova política, aí eles começam a aparecer, começam a medir rua (...) diz que vai fazer terminar aquele calçamento (...) praticamente tudo que passa por aqui só é perto da política, que começa e não termina”. (D. Olga)

De fato, sendo mulher ou não, esse tipo de movimento próprio de áreas carentes, em que os políticos aparecem em período de *eleição*³⁶, se aliam a representantes de força dentro dos assentamentos e desaparecem logo em seguida, desgastando sobremaneira as tentativas de organização popular dentro dos assentamentos. Contudo, é necessário considerar todas as questões até aqui explicitadas, bem como os depoimentos das lideranças locais, no sentido de entender que o desgaste é ainda maior quando se trata de representação feminina.

Exemplo disso está em que, na última eleição para representantes da COMUL, os titulares eleitos foram homens, ficando as mulheres com quem travei contato durante o período dessa pesquisa ou enquanto suplente ou totalmente fora da comissão – tanto por não ter sequer desejado concorrer por todos os problemas porque passou, quanto por não ter sido eleita.

³⁶ Sobre esse aspecto, ver foto 1, pág. 14, que expressa um pouco dessa relação político-partidária dentro dos assentamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que poderia considerar depois de todo esse relato acerca da vida das pessoas e das estratégias utilizadas por elas dentro desse ambiente complexamente organizado com nome de Caranguejo e Campo Tabaiães?

Talvez, em princípio, dizer que embora existam muitos estudos e, também, pesquisadoras(es), professoras(es), estudantes, entre outros(as), interessados(as) em explorar o conhecimento sobre esses assentamentos – como expressou indignada uma moradora – ainda assim acredito que são poucos e pouco profundos os dados existentes, o que dá a entender que são ainda necessários e importantes para que haja visibilidade e interesse de mudança dessa realidade complexa, visivelmente transtornada por uma ideologia política pouco interessada no desenvolvimento humano dessa população.

Ideologia esta orientada por uma racionalidade econômica incapaz de perceber quão pode ser fatal a ausência de investimentos na qualidade de vida de grupos humanos, a exemplo de Caranguejo e Campo Tabaiães, que são assentamentos urbanos, originados espontaneamente, resultados já da ausência de políticas orientadas para o desenvolvimento no meio rural, do qual, em geral, é descendente a população desses assentamentos.

Trabalhando a partir das hipóteses que permearam de certa forma a visão deste estudo, diria, pela observação realizada, que é fato que as condições políticas, econômicas e sociais da população local a impossibilitam de conceber o ambiente físico com o qual convivem como parte de seu mundo, também que a questão do lixo é conseqüente a todos os aspectos já relacionados, sendo seus cuidados diferenciados por parte da população à medida de suas necessidades, mas principalmente de seus esclarecimentos, e que as estratégias de sobrevivência utilizadas, como o aterro do mangue e o levantamento das palafitas, são efeitos, mas também causas de um processo mal adaptativo, ou seja, também acarretam prejuízos ao ecossistema do local, mas também à saúde e às próprias relações sociais.

Essas foram as hipóteses confirmadas sem a maior necessidade de comentários a respeito, já que a pesquisa realizada veio explicitar as razões de suas confirmações.

Contudo, as afirmações obtidas através de outras hipóteses, por exemplo, que a percepção que a população possui acerca do que seria meio ambiente e mesmo qualidade de vida estaria relacionada principalmente às necessidades básicas como saneamento e moradia, deixaria de lado a idéia que mais se torna evidente na fala das moradoras e dos moradores desses assentamentos – as relações de convivência e vizinhança, ou seja, as relações sociais que permeiam o dia-a-dia dessa população humana.

Dessa forma, para a população de Caranguejo e Campo Tabaiães, são as relações sociais que surgem enquanto primeira instância na definição de meio ambiente, e a presença da alimentação básica com relação à qualidade de vida. Em seguida vem a reflexão sobre as condições de moradia, implicando na própria estrutura desta, quanto no saneamento básico e seus aspectos conseqüentes – tratamento de esgoto, qualidade da água e saúde.

Muitas vezes vem referida paralelamente a esse aspecto a necessidade do emprego, de uma renda fixa, e mais, questões referentes à educação, à presença de creches, escolas e outras atividades para as crianças, bem como a qualidade dos serviços de saúde, entre outros.

Para que a última hipótese se torne expressiva – que os moradores dos assentamentos, pelas outras hipóteses assinaladas, e também pela visão de mundo que possuem, não respondem da forma esperada a projetos com enfoque na perspectiva ambiental, pelo fato de que os tipos de intervenção desses projetos não abarcam seus anseios e necessidades – vale considerar pelo menos dois aspectos: um primeiro seria que, se não é grande a parcela da população que reage da forma esperada aos projetos de desenvolvimento, também não é ela toda que o faz.

Essa afirmação pretende dizer que os projetos de intervenção conseguem atingir algumas pessoas e que esse é um aspecto positivo; e segundo, que se esses projetos não conseguem atingir o contingente esperado dessa população, isso se justifica tanto pelas questões já assinaladas, ou seja, a visão de mundo que a população possui e o fato desses projetos não terem abarcado os anseios e as necessidades mais gritantes dessa população, quanto pelo fato de que esses projetos não têm continuidade e, dessa forma, não conseguem transmitir a segurança necessária para o processo de multiplicação do conhecimento e mesmo de auto-gestão.

Para que haja investimentos através da implementação de projetos que visam o desenvolvimento sustentável, deve caber sempre a perspectiva própria das moradoras e dos moradores dos assentamentos acerca de suas condições de existência, tanto no sentido de entender, como de poder aplicar esse conhecimento em estudos, elaborações e na própria execução desses projetos e, conseqüentemente, alcançar os objetivos idealizados no intuito da melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente na forma como entendem.

As moradoras e os moradores desses assentamentos são, em geral, desestimulados por todo um processo histórico de exclusão, como pudemos observar através da formação do Recife e dos escritos de Josué de Castro, em sua referência aos irmãos de leite dos caranguejos – moradores dos “mocambos, das choças de palha e de barro” – do seu tempo.

Nos assentamentos do tempo de agora, a precariedade das condições de vida se repete até com maior intensidade por todos os aspectos observados e revelados neste estudo, que entre outras questões, faz referência às coletoras e aos coletores de lixo que não conseguem – por todas privações a que são submetidos – enxergar qualquer contribuição de seu trabalho para o meio ambiente em que sobrevivem.

Diante de tantos projetos voltados para o desenvolvimento sustentável, que são passíveis de acontecer nos assentamentos, talvez um grande avanço nesse sentido fosse estimular a organização de quem realiza o trabalho de coleta de resíduos para reciclagem, a fim de que possam alcançar posições mais seguras, tanto em níveis financeiros (aspecto que mais os atinge), quanto pela consciência da importância de seu trabalho, que implica diretamente na possibilidade de se sentirem potencialmente importantes e agentes de mudanças. Para isso a formação de uma cooperativa das catadoras e dos catadores em Caranguejo/Tabaiães poderia estimular a tomada dessa consciência.

Esse aspecto deve ser referenciado, tanto porque esses coletores sequer intuem uma organização de suas partes, quanto porque os proprietários dos viveiros de camarão, por exemplo, em sua maioria não admitem que se fale sequer em sociedade – o que poderia estimular a criação de uma cooperativa.

Se consideramos os aspectos acima e também que projetos de educação ambiental e afins são voltados, na maioria das vezes, para crianças e adolescentes, que em geral são pouco ouvidos e mesmo desconsiderados em termos do que aprenderam nas atividades e tentam multiplicar, seria importante realizar trabalhos entre crianças, adolescentes e adultos de forma paralela, com o objetivo de fortalecer as idéias e disseminá-las para a prática ecologicamente correta do cotidiano.

Sem esquecer, entretanto, que, antes de tudo, é necessário considerar as falas e os sentimentos dessa população quanto às oficinas de capacitação, de educação ambiental, entre outras, que ao passo que atribuem uma certa importância e se interessam, também repudiam, pois o que apreendem dessas atividades lhes parece distante pelas vivências diárias e por todas as limitações de sua realidade.

A resolução para esse dilema, em teoria todos (Poder público, ONG's e a própria população) sabem qual seria – a legalização e urbanização da área, em princípio – cuja ênfase é considerável na voz de todas(os) as(os) moradoras(es) entrevistadas(os), na qual dizem que primeiro deve existir a resolução desses problemas infra-estruturais, para em seguida realizar oficinas e atividades semelhantes relacionadas ao meio ambiente.

Questionei, em princípio, o que mais poderia considerar depois de tudo que já havia sido explicitado e, no entanto, tantas outras questões poderiam ser levantadas, a exemplo da necessidade da capacitação dos jovens para sua organização política (aspecto que ao final da pesquisa de campo já se observava numa iniciativa do tipo), questões pontuais como o estímulo ao cultivo de frutas e verduras, bem como plantas e ervas que podem servir de remédios fitoterápicos, nas pequenas áreas em que ainda existe terra cultivável, e também uma ênfase no empoderamento das mulheres desses assentamentos, já que assumem papéis muito importantes, tanto no que diz respeito às estratégias de sobrevivência em seus ambientes pouco favorecidos, quanto ao que se refere às buscas institucionais acerca da possibilidade do desenvolvimento ambiental da área dos assentamentos, e assim por diante, com o desejo de que os projetos que se iniciam tenham vida longa e possam reavivar os ânimos dessa população pouco conhecedora do seu potencial de organização.

Por fim, caminhamos, eu e minhas principais informantes, por lugares, que por maior esforço que se faça, como fiz no decorrer deste, são indescritíveis e inexplicáveis. Conheci realidades e travei relações com pessoas com as quais certamente poderia nunca ter noção de suas existências, e nem elas da minha. É nesse sentido que vale a *aventura antropológica*, o se lançar pela busca da compreensão da alteridade, do que parece exótico e, no entanto, surpreendentemente é tão óbvio, explicado tão simplesmente quanto infelizmente pelo contexto de mundo do qual fazemos parte, e segundo o qual nos mantemos distantes e indiferentes à nossa própria realidade.

Finalizo esta pesquisa sem considerá-la concluída, afinal nossas existências são muito curtas e também pouco profundas, se consideramos a imensidão desse mar com muitos nomes, menos sobrenomes e grandes complexidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALANDIER, G. Os dédalos da memória. In: *O Dédalo*. Para finalizar o século XX. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BARRETO, Ângela Maria Maranhão. *O Recife através dos tempos – A formação da sua paisagem*. Recife: FUNDARP, 1994.
- BOSI, E. *Memória e Sociedade – Lembrança dos Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOHANNAN, Paul & GLAZER, Mark. *Antropologia: Lectures*. 2^a.ed. Espanha: McGraw – Hill, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.
- _____. *O poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CAPRA, Fritjof. *Teia da Vida*. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CARANGUEJO E TABAIARES: *História, Lutas e Conquistas*. Recife: ETAPAS, 1997.
- CASTRO, Josué de. *Cidade do Recife – Ensaio de Geografia Urbana*. Rio de Janeiro: Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1954.
- _____. *Homens e caranguejos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- DA MATTA, Roberto. *Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social*. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FOUCAULT, Michel. *Histoire de la sexualité: la volonté de savoir*. Paris: Galimard, 1976.
- FREIRE, Verônica; RANGEL, Valéria Guimarães; ROCHA, Danielle de Melo. *PREZEIS: Instrumento de Política Pública e de Luta Social*. Recife: URB, 1995.
- FURTADO, Celso. *O Capitalismo Global*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- GARDNER, Katy & LEWIS, David. *Anthropology, Development and the Post-Modern Challenge*. (Anthropology, Culture & Society). London and Chicago: Pluto Press, 1996.
- GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- _____. *Mídia, Terceiro Setor e MST: Impactos sobre o futuro das cidades e do campo*. RJ: Vozes, 2000.
- HARRIS, Marvin. Princípios teóricos del materialismo cultural (1979). In: BOHANNAN, Paul & GLAZER, Mark. *Antropología: Lectures*. 2^a.ed. Espanha: McGraw – Hill, 1993.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- LEFF, Henrique. *Epistemologia Ambiental*. São Paulo: Cortez, 2001.

- MELO, Ana Maria B. Campelo de. *Em busca da sustentabilidade para o informal: conforto ambiental e preservação do ambiente em Caranguejo/ Campo Tabaiaries*. Trabalho de Graduação II – Arquitetura e urbanismo. Recife: UFPE, 2001.
- MELO NETO, João Cabral. *Morte e Vida Severina e outros poemas*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1980.
- MORÁN, Emílio. *Adaptabilidade Humana: Uma introdução à Antropologia Ecológica*. São Paulo: Edusp, 1994.
- PINTO, Céli. Movimentos Sociais: Espaço privilegiado da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fund. Carlos Chagas, 1992. p. 127 – 150.
- SAFFIOTI, H. *O poder do macho*. São Paulo: Moderno, 1987.
- SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife, SOS Corpo, 1991.
- TABAIARES, *Pesquisa sócio-econômica físico fundiária da ZEIS Caranguejo/Campo*. Recife: URB, 2000.
- TOLMASQUIM, Maurício Tiomno. In CAVALCANTI, Clóvis et al (org). *Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. São Paulo: Cortez: Recife: ETAPAS, 1998.
- VIERTLER, Renate B. *Ecologia Cultural: Uma antropologia da mudança*. São Paulo: Ática, 1988.
- WIKAN, Unni. *Sustainable Development in the Megacity: Can the Concept Be Made Applicable?* Current Anthropology, vol.36, number 4. The Wenner-Gren Foundation for Anthropological Research, 1995.
- ZUMTHOR, P. *Tradição e Esquecimento*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

ANEXOS:

I) *Roteiro das Fotografias:*

Capa: Lama do mangue

Fotografia: Maria Sheila Bezerra da Silva

Arte: Ubirajara de Lucena Júnior (Bira).

1. Principal rua de acesso aos assentamentos através da rua Tabaiães, pág. 14.
2. Imagem expondo a maré seca, o lixo entulhado, os resquícios de mangue e os aterros ao fundo, pág. 42.
3. Estrutura das palafitas e problemas adjacentes, pág. 56.
4. Demonstração do lixo acumulado, das palafitas e das roupas estendidas, pág. 57.
5. Imagem de uma parte do canal que está caindo e da casa que está ameaçada, pág. 60.
6. Entrada da rua Jordânia e prédios ao fundo, pág. 63.
7. Imagem do cano furado embaixo do canal, pág. 64.
8. Exposição do avanço dos aterros, estreitamento da maré e viveiros, pág. 71.
9. Imagem do São Francisco de Assis, pág. 79.
10. Exposição do possível sincretismo religioso – Imagem do São Francisco e divindade afro-brasileira, pág. 81.
11. Sede da União dos moradores dos assentamentos de Caranguejo e Campo Tabaiães, pág. 86.

II) *Índice dos Mapas:*

1. Limites da ZEIS e seus principais acessos, pág. 10.
2. Posição geográfica da Ilha do Zeca, Viveiros e os Assentamentos, (em anexo) – 122.
3. Imagem mostrando o terreno da escola e das empresas Leon Heimer e Fermetaço, pág. 97.

III) *Jornais Anexos:*

FUNDO COMUNITÁRIO

PRÓXIMOS PROJETOS

Definição:

- Projetos de iniciativa e controle local, com foco na temática ambiental; qualidade de vida; autogestão e sustentabilidade econômica, realizados sob a coordenação dos Comitês de Entidades Comunitárias, apoiados financeira e tecnicamente pelo Fundo Comunitário, atualmente vinculado ao Projeto Prorenda Urbano e Regional.

Idéias Centrais:

- Coleta Seletiva + Geração de Renda

Caranguejo
Coelhos
Mustardinha

- Sistema Associativo para Produção Ou Comercialização de Serviços

Apipucos
Beirinha
Novo Prado

- Manutenção do Meio Ambiente e Intervenções em Áreas Especiais

Sítio Grande
Três Carneiros

Como tornar os projetos sustentáveis:

- Parcerias com empresas e órgãos públicos;
- Produção de objetos com materiais recicláveis;
- Criação de cooperativas de recicláveis;
- Garantia de comercialização dos produtos.

O que esperam da Prefeitura ou de outros órgãos:

- Apoio técnico, operacional e financeiro dos órgãos da Prefeitura;
- Capacitações diversas;
- Pesquisa de mercado;
- Apoio na criação de condições para comercialização dos produtos;
- Institucionalização do Fundo Comunitário, no âmbito da Prefeitura;

NA ZEIS CARANGUEJO / TABAIARES

Entidades Participantes :

União dos Moradores da Favela de Caranguejo Tabaiaras
 Centro Espírita
 Clube de Mães
 COMUL
 Associação de Moradores de Caranguejo
 Grupo de Idosos

Entidades de Apoio :

Serviço Comunitário de Justiça e Paz - SCJP
 Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE



Objetivo Geral :

Sensibilizar os jovens da comunidade sobre a necessidade de preservar o meio-ambiente e aprofundar conhecimentos e informações básicas sobre o tema.

Objetivos Específicos :

- Contribuir para a capacitação dos jovens da comunidade;
- Avaliar a viabilidade da constituição de cooperativa de prestação de serviços;
- Envolver professores, pais e alunos das escolas da comunidade em atividades de educação ambiental.

Atividades Programadas :

- Aquisição de máquina impressora de camisetas;
- Impressão em camisetas de temas relacionados com meio ambiente, cidadania e direitos da criança e do adolescente;
- Concurso de redação, envolvendo jovens estudantes, dissertando sobre temas relacionados ao meio ambiente;
- Oficina de Estudo sobre meio ambiente, com participação de adolescentes, sob a coordenação de representante da UFRPE;
- Visita ao Espaço Ciência e à Lagoa do Araçá;
- Entrega dos certificados "Amigos do Meio Ambiente" para os comunitários que se destacam em atividades relacionadas ao meio ambiente na ZEIS Caranguejo / Tabaiaras.



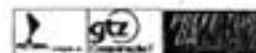
Resultados Esperados :

- 12 adolescentes da comunidade aumentarão suas chances de profissionalização e de obtenção de renda;
- A constituição de cooperativa para produção de impressão de mensagens em camisetas terá sua viabilidade avaliada;
- 30 jovens estudantes serão motivados e sensibilizados com o tema Meio Ambiente no seu cotidiano e na sua comunidade;
- Temas mais conceituais e gerais sobre meio ambiente, envolvendo noções de ciência e tecnologia serão aprofundados;

Recursos Necessários : R\$ 2.500,00

Período de Execução : Novembro 2006 a Janeiro 2007

Patrocinadores :



CIÊNCIA/MEIO AMBIENTE

DESMATAMENTO

AUTORIZADA RETIRADA DE MANGUE E MATA EM SUAPE

Governo do Estado publicou no Diário Oficial de ontem um decreto que permite o desmatamento de 62,06 hectares de mata atlântica e 21,23 hectares de mangue para possibilitar a urbanização do complexo portuário

O Governo de Pernambuco autorizou, ontem, o desmatamento de 62,06 hectares de mata atlântica e 21,23 hectares de mangue da área industrial do Complexo Portuário de Suape, no Grande Recife.

A lei, publicada no Diário Oficial do Estado, diz que a retirada da vegetação permitirá a "urbanização industrial" do complexo. "São obras de ampliação do parque industrial", justifica o diretor de Recursos Hídricos e Florestais da Agência Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (CPRH), Aldir Pin Pimentel.

O engenheiro informa que a supressão da mata atlântica e do mangue é amparada pelo Decreto Federal nº 750/93. O decreto prevê a autorização do desmatamento pelos governos estaduais em caso de obras de utilidade pública ou interesse social, desde que tenha a anuência do Itama e que sejam realizados o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA).

Segundo Pimentel, está previsto o replantio de área equivalente



PROJETO O Complexo Portuário de Suape será ampliado e, por isso, o Estado determinou a retirada de mata

de vegetação. "Só ainda não sabemos quando e onde será o replantamento." O projeto de urbanização industrial, informa o engenheiro, ainda não está licenciado, mas já foi apresentado à CPRH pela administração do Complexo Portuário Industrial de Suape.

Para o coordenador da Associação Pernambucana de Defesa da Natureza (Aspan), a ampliação do

complexo de Suape não é uma obra de utilidade pública ou interesse social. "A CPRH está fazendo um entendimento errado da lei. Obras desse tipo são escolas, hospitais, linhas de transmissão de energia e estradas que atendam a muitas pessoas", cita Alexandre Araújo.

O ambientalista contesta, ainda, a "necessidade de ampliação

da área industrial. "Menos de um terço da área está ocupada por cerca de 30 empresas. Se tem terreno disponível, por que a área será ampliada?", indaga.

Araújo lembra que a implantação do complexo portuário, na década de 80, resultou no desmatamento de mais de 600 hectares de mangue. "Será que não foi suficiente?", questiona.



Caranguejo Tabaiaries

EDITORIAL

CIDADANIA SE CONSTRÓI, SE CONQUISTA!

Quem recebeu o número zero já percebe de cara a mudança no nosso jornal. Pois é, o projeto DELIS quer oferecer o melhor para a comunidade, para você. E assim, o **INFORMATIVO Caranguejo Tabaiaries** chega nesta segunda edição com duas cores e com um papel que dá mais brilho e beleza às fotos.

No lançamento do primeiro número, a anuncieta fez a distribuição e junto realizamos uma eleição para escolha do nome. E a maioria preferiu o próprio nome da comunidade: **CARANGUEJO TABAIARES**. Foi emocionante!

Nesta edição trazemos para você o resultado da Audiência com a Prefeitura sobre a construção da escola e instalação de uma creche, além de apoio à intervenção de um Plano Ur-



banístico para melhorar as condições de moradia e qualidade de vida. O resultado não é muito animador, mas como diz

Gilberto Gil, cantor e compositor brasileiro e balano: "andar com fé eu vou e a fé não costuma falir..."

Ah, mas aqui trazemos boas notícias como a realização do projeto Lixo e Qualidade de Vida que movimentou a comunidade entre os meses de janeiro e fevereiro; o curso de Informática que acontece no Gurupé e atende 40 jovens de Caranguejo e Tabaiaries e a participação ativa dos adolescentes no Projeto Viva o Meio Ambiente. Tem muito mais! Ainda falta sua opinião sobre o jornal. Envie pra gente publicar na próxima edição.

Parabéns, Caranguejo Tabaiaries, você é uma comunidade participativa e, por isso, tem lideranças comprometidas com a cidadania!



Saída da Troça de comunidade

CARANGUEJO EM FOLIA

A chuva quis atrapalhar a saída da Troça, mas os foliões de Caranguejo e Tabaiaries chegaram a avenida da Estrada dos Remédios a todo vapor. Mais de 2 mil pessoas os receberam com aplausos e alegria, no domingo e na terça, pois há quatro anos Caranguejo em Folia anima o carnaval.

Caranguejo e Folia surge a partir da necessidade da comunidade expressar sua alegria e criatividade durante o carnaval, é o que nos conta Arlindo Alexandrino, presidente da Troça e ex-presidente da Associação dos Moradores. Este ano contou com o apoio da Prefeitura do Recife, Diplomata e Banca de Jogos Salvação. Para ajudar nas despesas, a diretoria realizou uma rifa no sábado anterior ao carnaval.

Em Tabaiaries tem o Família Reggae, que arrastou seus foliões no domingo de carnaval até a Estrada dos Remédios.

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES RENOVA DIRETORIA

Durante todo o dia do dia 24 de fevereiro, domingo, os moradores de Caranguejo e Tabaiaries foram até a sede da Associação eleger novos diretores. Chapa única, Siraquitan Soares é o atual presidente da Associação, junto a Sábina Ferreira que assume a Diretoria Social e Adilene Marques a 1ª Secretária, entre outros.

"Continuaremos empenhados na luta para que nossa comunidade tenha, cada vez mais, melhores condições e qualidade de vida", é o compromisso de Siraquitan, junto a toda direção durante sua gestão.

Dia a Dia

Curso de Informática

Em torno de quarenta jovens de Caranguejo e Tabaiaras, participam do Projeto de Informática em Gurupé. É uma iniciativa da Associação de Moradores de Gurupé e Adjacências em parceria com a Legião Assistencial do Recife - LAR e Instituto Cultural do Trabalho - ICT. Conta com o apoio do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.

Gratuitamente, o curso é uma iniciação em computação para jovens a partir de 16 anos. Com uma carga horária intensiva, iniciou em fevereiro e conclui esta primeira turma em março próximo.

Leonardo César tem 20 anos e é um dos participantes. "Vejo esse curso como uma forma de me preparar para ter oportunidade de trabalho futuramente, pois a juventude enfrenta muitas dificuldades para conseguir o primeiro emprego...". afirma Léo.

União dos Moradores reinaugura sede



Foi num clima de alegria que a comunidade, convidados e parceiras comemoraram em pleno feriado, 15 de novembro passado, a reinauguração da sede União dos Moradores de Caranguejo Tabaiaras, fundada em 1986.

Com motivos para essa comemoração, que iniciou a tarde com a solenidade e apresentações culturais pelos grupos da própria comunidade: capoeira e maculelê, a festa encerrou a noite com muita

musica e cortes e bebes. Contou com a participação de mais de duzentas e cinquenta pessoas.

Para Sr. Deda, Derivaldo Soares, sócio-fundador e presidente pela segunda vez da União, reabrir a sede para comunidade significa proporcionar um espaço mais adequado aos moradores e moradoras para exercitarem sua cidadania, vivenciando o lazer, a cultura e a formação humana, a partir de atividades específicas para crianças, adolescentes e idosos. "Sinto-me realizado e a sede é tudo para mim. Me dou de corpo e alma para vê o crescimento da nossa comunidade, mas há muita disunção e isso me entristece. Mas o meu maior sonho é ver a escola construída e funcionando".

Idoso festeja seu dia



No final do ano o Grupo de Idosos e Idosas Unidos Venceremos, confraterniza o Natal e comemora o seu dia, já que os recursos angariados durante o Bazar do Idoso foram destinados para o registro do estatuto do grupo.

No dia 02 de fevereiro o grupo fez quatro anos de existência. Iniciou apenas com duas pessoas e hoje conta com mais de setenta participantes. Além de receberem, individualmente, uma assistência para

encaminhamento a médico e oculista, o grupo se reúne, geralmente, uma vez por mês como uma forma de possibilitar encontro para troca de informações, partilhar as dificuldades, carinho e solidariedade. Essas criaturas se sentem solitárias, desvalorizadas, muitas vezes, pela própria família, é o que nos conta Cleonice da Silva, moradora há 28 anos da comunidade. Foi essa constatação que lhe motivou a criar o grupo, junto a Marlene e Fátima.

Segundo Cleonice, "o grupo se encontra mais para o lazer comemorando datas festivas, como São João, Natal, Dia das Mães. Mas nas conversas em reunião sinto que as pessoas gostariam que fossem realizadas atividades para desenvolver os talentos do grupo, como, artesanato, pintura, culinária, teatro, dança, entre outras coisas que venham dar estímulo e valorizar o que já sabem fazer".

Formandos do ABC

A Escola Comunitária Clube de Mães da Madalena realizou a formatura Turma do ABC, que se prepara para cursar a primeira série neste ano.

A coordenação é de Givanise Campos que conta com a dedicação das professoras Gizlene Pereira, Rosemary da Silva e Elilde Correa. Os alunos que concluíram a alfabetização foram: Paloma da Silva, Guilherme Manuel da Silva, Denner Rafael De Oliveira, Gilson Domingos dos Santos, Cristiane S. dos e Cleiton Lima Barbosa, informou Givanise.



LIXO E QUALIDADE DE VIDA

Lixo e Qualidade de Vida é o nome do projeto promovido pelo Fundo Comunitário, que é um convênio entre GTZ (entidade financiadora alemã), URB (Órgão do governo municipal) e FIDEM (órgão do governo estadual). Com uma proposta de autogestão é destinado a áreas carentes. Tem como critério desenvolver projetos que tenha uma abordagem voltada para a educação ambiental.

Quem pensa, elabora e executa o projeto são as entidades comunitárias, pois é uma forma de perceber e estimular a capacidade gerencial da comunidade. O projeto "Lixo e Qualidade de Vida" é executado pela União dos Moradores Caranguejo e Tabaiaras com o apoio de várias parceiras. O objetivo é sensibilizar a comunidade sobre a problemática do lixo, proporcionando melhor compreensão sobre a utilização adequada do lixo doméstico, evitando sua presença nos espaços públicos, como o canal, ruas e mangue.

O projeto foi apresentado às comunidades em janeiro, dia 13, com representantes de várias organizações governamentais e não-governamentais parceiras. Entre elas: FASE, UNITEC, URB, PHEZEIS, Espaço Criança, DELIS, Serviço Justiça e Paz, COMPESA, EMLURB e ASPECTU.

Desde de janeiro acontecem oficinas com a ASPECTU - Assessoria, Pesquisa e Desenvolvimento de Projetos Ambientais e Turismo Sustentável. Com o tema a Preservação da Fauna e da Flora, a criação, a partir de conversas sobre a importância da sobrevivência do mangue criou painéis, transformando caixas de ovos em caranguejo. Em fevereiro foi a vez dos adolescentes que confeccionaram chaveiros em forma de caranguejos, garças e folhagens de mangue. Para, Wilânia Pereira, 15 anos, "aprendi que não se deve botar lixo na maré. E é um conversando com o outro que as pessoas vão deixar de botar lixo na maré... Depois que esses projetos entrarem aqui na comunidade, só vendo que tem diminuído o lixo, mesmo que ainda muito pouco. Gostei de oficina e gostaria que não parasse mais...".

Ainda em janeiro, nos dias 14, 15 e 16, a EMLURB realizou uma limpeza em mutirão junto a comunidade. O lixo coletado foi selecionado e o material em plástico vendido a uma empresa contratada pela própria EMLURB. Esta é uma das formas de transformar o lixo em geração de renda para a comunidade.

Semanalmente o grupo se reúne para discutir as ações realizadas, suas dificuldades e avanços. As representantes da comunidade, responsáveis por este projeto, Maria José e Neta, afirmam: "a chegada deste projeto veio fortalecer o que já está sendo feito na comunidade, como o projeto VIVA O MEIO AMBIENTE, promovido pelo Delta".

A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA É O SONHO DA COMUNIDADE

O que rendeu da Audiência com a Prefeitura?

No dia 5 de dezembro de 2001 foi realizada uma audiência com o prefeito do Recife, João Paulo, para apresentação das estratégias e etapas de intervenção urbanística em Caranguejo/Campo Taboares e para obter definição do posicionamento da Prefeitura com relação à Urbanização e Regularização Fundiária da ZEIS e à construção da Escola Municipal da comunidade. Na ocasião, também estavam presentes o diretor da DIUR (Diretoria de Integração Urbanística) da URB (Empresa de Urbanização da cidade do Recife), Demóstenes Moraes; um representante da Secretaria de Educação e o membro da coordenação do PREZEIS, Barnack. A comunidade foi representada pelas lideranças locais Neta, Maria José e Siraquitan, juntamente com integrantes de ONG's, como Adelmo Araújo, Ana Maria Campelo e Maurício Guerra, da FASEPE; Neide Silva, da ETAPAS; Stefan Knauer e João Luis Coutinho Filho, do CJC; Carlos Aguiar, do Serviço de Justiça e Paz; além do Vereador Isaltino.

A audiência foi convocada diante da urgência de intervenção na comunidade, tendo em vista a grande precariedade dos serviços de infra-estrutura, a falta de moradias adequadas e em número insuficiente e os baixos níveis de renda dos chefes de família, situando-se, em sua maioria, abaixo da na linha de pobreza, ou seja, inferior a 2 salários mínimos.

Já a necessidade de uma escola dentro da comunidade baseia-se no resultado de uma pesquisa que mostrou o baixo nível de instrução dos moradores locais e o fato de que quase a metade da população, ou seja, 46%, está compreendida na faixa etária escolar de 0 a 19 anos de idade. Além disso, foi apresentado que mais da metade das mulheres (52,7%) da área trabalham fora da comunidade, necessitando de uma creche onde possam ficar seus filhos.

FIQUE LIGADO!

O Governo Francês está negociando com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura do Recife uma verba para ser aplicada em Caranguejo Taboares para requalificar os viveiros existentes na comunidade. O objetivo desta ação, além de promover a melhoria ambiental da área, é de gerar trabalho e renda para os moradores locais.



O que a comunidade e os membros do DELIS propuseram à Prefeitura?

Propostas imediatas:

- Projeto para a escola no terreno já adquirido com uma tipologia térrea, ou seja, adequada ao terreno e conseqüentemente de baixo custo;
- Garantia de acesso à escola pela comunidade, e não apenas pela Rua Taboares;
- Instalação de uma creche na comunidade.

Propostas de intervenções para o Plano Urbanístico:

ETAPA 1

- Implantação de programas sociais na comunidade para prepará-la para as intervenções futuras;
- Loteamento e urbanização do terreno de LEON HEIMER, com implantação de infra-estrutura, construção das edificações e regularização fundiária, havendo contrapartida da comunidade com a mão-de-obra em regime de mutirão, desde que assegurada assessoria técnica especializada pela Prefeitura;
- Indenização e remoção das famílias localizadas na margem do braço morto do rio para o terreno urbanizado de LEON HEIMER;
- Recuperação da margem do rio com viveiros, revitalização do mangue e implantação de quiosques, entre outros.

- Recuperação do sistema viário local e implantação do saneamento em Caranguejo.

ETAPA 2

- Loteamento e urbanização do terreno da FERMETAÇO, com implantação de infra-estrutura, construção das edificações e regularização fundiária, havendo contrapartida da comunidade com a mão-de-obra em regime de mutirão, desde que assegurada assessoria técnica especializada pela Prefeitura;
- Indenização e remoção das famílias situadas nas margens do canal para a área urbanizada da FERMETAÇO;
- Recuperação da margem do canal com área para lazer, quiosques, entre outros.

ETAPA 3

- Recuperação do sistema viário local em Taboares;
- Reorganização interna do tecido urbano e melhoria das habitações existentes.

O que a Prefeitura nos respondeu?

- Da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO: comprometeu-se em redefinir o projeto da Escola Municipal, com tipologia térrea (utilizando apenas um pavimento), adequada ao terreno inicialmente previsto, já comprado pela Secretaria;
- Da DIRETORIA DE INTEGRAÇÃO URBANÍSTICA: garantiu que a municipalidade investiria na ZEIS, desde que fiquem asseguradas contra-partidas externas.

AO SOM DOS VIOLINOS NASCEM SONHOS

Durante o ano passado, quem foi ao Posto de Saúde se deparou com um som que não é comum no dia a dia da comunidade. O grupo de violino ensaiava ali semanalmente, sob a regência da professora Cláudia Amazonas.

Ika de Miranda, 12 anos, é uma das participantes e diz que a primeira vez que ouviu e viu um violino foi na igreja que frequenta. "Fiquei sabendo das aulas, me interessei e aí fiz a inscrição. Gosto muito e desejo seguir em frente." Paloma Xavier, 11 anos, acredita que o violino vai lhe dar oportunidade de ser alguém na vida. "É só ter força de vontade e aprender com interesse. Já estamos tocando Asa Branca". Não vêem a hora de retornar às aulas.

Além do curso de violino tem violão com o Professor Gutemberg. As pessoas interessadas deverão se inscrever com Lucinha no Postinho. Os cursos são gratuitos e acontecem na sede da União dos Moradores. As aulas de Violão já começaram e violino a partir de março. Isso mexe com seu desejo? O que está esperando? Vá lá e faça sua inscrição!



VIVA O MEIO AMBIENTE

OFICINAS E PASSEIOS TRAZEM NOVOS APRENDIZADOS



O Projeto Viva o Meio Ambiente, coordenado pela FASE, foi implantado nos meados de 2001 em Caranguejo Tabaiaras. No final do semestre realizou várias oficinas e passeios com o desejo de inserir a temática meio ambiente na comunidade, a partir dos adolescentes.

LIXO PRODUZ ARTE



Em parceria com o Clube de Mães de Roda de Fogo, sob a orientação de Gracinha, Rosa e Débora e da estagiária da FASE, Julia Miosga, foi realizada a oficina de criatividade. Esta oficina mostrou, na prática, a possibilidade da redução do lixo transformando-o em arte a partir da confecção de artesanatos (cestaria e bijuteria) e marionetes para teatro. Aprender que nem tudo que vai para o lixo é lixo, tem motivado participantes da oficina a continuarem a produzir arte com o lixo, principalmente cestaria. É o que comenta Priscila Maria, uma das adolescentes participante da oficina.

gens, a partir de temas voltados para o meio ambiente: lixo, água, vegetação, casas e pessoas. E mãos à obra!

Valdir Michel, 13 anos, achou a oficina bem animada e se sente feliz em ter participado desta oficina. Acredita que desta forma vai despertar a importância de se recuperar a limpeza do canal e da comunidade.

PASSEIO ECOLÓGICO

Depois de conhecer um pouco mais a realidade ambiental de nosso bairro e da cidade, chegou a hora de conhecer uma parte da vegetação e animais originários da mata atlântica. Este passeio aconteceu em Igarassu, no Refúgio Ecológico Charles Darwin, também com o objetivo de avaliar o desempenho do grupo, das oficinas e da coordenação nesta primeira etapa do projeto.

José Marcos, que foi o relator do grupo durante o passeio, disse que o que mais lhe chamou sua atenção foi a harmonia em que vivem a fauna (animais) e a flora (vegetação), além de descobrir que muitas delícias da vida urbana (cidade) vem das matas, como a baunilha que se faz sorvete. A sua essência é tirada de um tipo de orquídea. "Que lugares como esse sejam preservados por todos nós, por muito e muito tempo", conclui Marcos.

O MEIO AMBIENTE COMEÇA NO CORPO DA GENTE



Para despertar os cuidados com a higiene pessoal foi realizada a oficina saúde e meio ambiente. Esta parceria foi com UFPE, Departamento de Odontologia.

O educador sanitarista Luis fez dinâmicas detalhando cada parte do corpo, que possibilitou conversas e trocas de experiências de como cada um, cada uma pode se cuidar e cuidar do outro. Para Edjane Batista, 15 anos, "esta oficina ajudou a gente ter mais cuidado com a limpeza da casa e da gente. Aqui na rua conversei com a vizinhança e sinto que tem colaborado com a limpeza da rua, como também de suas casas, porque não adianta só limpar a nossa casa, tem que ter a colaboração de todos. Fizemos cartazes e botamos na rua: VIVA O MEIO AMBIENTE!"

ERRAMOS na edição passada, quando colocamos na matéria da página 04, que somente o Santos Futebol Club participava do Peladão. Passatamos que os times: Artesanal, Cruzeiro, Fluminense e o Tabaiaras também participaram.



O CANAL É NOSSO, DÊ LIXO AO GARI!

Às margens do canal foi a área escolhida para a realização da oficina de grafiteagem. Foram cem metros de muro da Fermetação. Cores vivas, mensagens para cuidar do meio ambiente e muita emoção é o que se vive hoje ao atravessar o canal de Caranguejo Tabaiaras.

O Gaió, que é grafiteiro e educador do Instituto Vida e do Grupo Pé no Chão, foi quem ministrou a oficina. Primeiro se conversou sobre o que é grafiteagem, a sua importância e a relação com a cidadania.

Depois de repassar o processo técnico para a turma, foram formados cinco grupos para planejamento dos desenhos e mensa-

INFORMATIVO

Caranguejo Tabaiaras

EXPEDIENTE

Publicação de DEZ/21
Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
Rua Condessa do Livramento, 368 - Derby
Tuladas. (81) 3221-5478 • faem@vlogica.com.br

Coordenação:
Adriano Araújo - FASE
Carlos Aguiar - Justiça e Paz
Luzinete da Costa e Maria José - Representantes Caranguejo Tabaiaras
Valéria Rangel - Governo do Estado
Marta Pedroni - Prefeitura de Recife/URB
Assessor: Schimone/DEED

Colaboradores locais Edyler: Ika, Neta, Giverson, Maria José, Cássio Silva, Sarah Marques, José Marcos e Ana Maria Campello

Jornalista Responsável: Lúcio Guimarães - DRT/SE 688

Revisão: Lúcia de Matos e Alexandre Ramos
Projeto Gráfico: HD Comunicação Visual Ltda.
Fone: (81) 3421-2925
Impressão: Norte Sul Gráfica e Editora Ltda.
Fone: (81) 3429-1767
Página: 1000 exemplares

De olho no Parlamento



Nº 3 - Maio de 2003

ETAPAS - Equipe Técnica de Assessoria,
Pesquisa e Ação Social

EDITORIAL

Jornal traz abordagem temática

Estreia nesta edição do Jornal De Olho no Parlamento a abordagem temática sobre o que está sendo discutido e votado na Câmara Municipal do Recife. Entre os diversos temas em tramitação na Casa, foram eleitas para este ano algumas temáticas ligadas à infra-estrutura urbana que têm relação direta com o cotidiano dos moradores(as) de áreas de baixa renda. Os temas também foram escolhidos de acordo com a Agenda pautada no Fórum Estadual de Reforma Urbana.

Este ano, propomos avançar na discussão do papel do legislativo e também na apresentação de outros elementos que possam aproximar a sociedade da ação parlamentar e com isso também possibilitar um maior diálogo entre a população e os representantes eleitos por ela.

Sendo assim, apresentamos a terceira edição do jornal e a primeira edição temática, desta vez sobre a Ilha do Zeca, última ilha fluvial do Recife ainda sem construções, localizada nas medições da Ilha do Retiro e do Complexo Joana Bezerra. A transformação da ilha em Zona Especial de Preservação Ambiental 2 é tema de Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo na Câmara Municipal do Recife, em Setembro de 2002.

Iniciativa - Com o lançamento do Jornal De Olho no Parlamento, a ETAPAS - Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social - passa a contribuir com mais um instrumento de controle social. Com este propósito, publicou duas edições do jornal o ano passado, aproveitando para apresentar, na segunda edição do jornal, os parlamentares eleitos para a Assembleia Legislativa e a representação de Pernambuco na Câmara Federal.

Ilha do Zeca deve ser a nova Zona de Preservação Ambiental



Ilha do Zeca foi tema de Audiência Pública na Câmara Municipal do Recife

Está em tramitação na Câmara Municipal do Recife o Projeto de Lei do Executivo que prevê a transformação da Ilha do Zeca em ZEPa 2 - Zona de Preservação Ambiental 2. O Projeto deu entrada na Câmara no dia 30 de setembro de 2002 e teve sua primeira votação prevista para o dia 9 de dezembro. Na ocasião, o Vereador Liberato Costa Júnior (PMDB) apresentou uma emenda e pediu o retorno às comissões para a análise da proposta, adiando a votação. Os moradores das comunidades ribeirinhas encheram as galerias da Câmara para pressionar os vereadores pela aprovação do Projeto de Lei.

O Projeto também foi tema de Audiência Pública, articulada pela sociedade civil e a Comissão de Meio Ambiente (CMR), Transporte e Trânsito, em novembro de 2002, como continuidade dos atos de

mobilização em torno da Ilha do Zeca, que aconteceram durante o ano. Em setembro, mesmo mês de apresentação do projeto à Câmara Municipal, houve o Ato Artístico Cultural em Defesa da Ilha do Zeca, que contou com a presença de cerca de 1.500 pessoas. O evento teve a intenção de sensibilizar e mobilizar a população em torno da necessidade de preservação da ilha.

Depois de muitas articulações, o Projeto entra novamente em pauta de votação e mais uma vez a sociedade civil está organizada, acompanhando as discussões e opiniões em torno da transformação da Ilha do Zeca em Zona de Preservação Ambiental. **A data prevista para votação é 12 de maio de 2003. Acompanhe as discussões e novamente participe da votação no Plenário da Câmara Municipal.**

Acordo concede Parque do Jiquiá em troca da Ilha do Zeca

Um acordo realizado entre o Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM) e a Prefeitura do Recife prevê a transformação da Ilha do Zeca em Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPa-2) proibindo a construção de edifícios no local. O Conselho concordou com o pedido da PCR de utilizar 40 hectares da ZEPa Parque do Jiquiá para a construção de um conjunto habitacional e, como medida compensatória, a Prefeitura assumiu o compromisso de implantar um parque no local e criar a ZEPa-2 Ilha do Zeca.

Além da transformação da ilha em ZEPa-2, as Organizações Não-governamentais (ONG's) sugerem sua regulamentação como área destinada ao desenvolvimento sustentável e a implantação de um parque estruturado para a prática de esportes, lazer e geração de renda para os moradores(as) da região.

Preservar a Ilha do Zeca

Marcelo Mesel - Médico e Ambientalista

A ilha do Zeca é uma área de cerca de 25 hectares com áreas de vegetação arbórea e arbustiva, além de um importante man-guezal. É utilizado pelas comunidades circunvi-zinhas, que têm uma população de mais de 50.000 pessoas, de diversas maneiras:

1. como área de lazer: as populações do Coque, Caranguejo, Campo Tabaiaras e Coelho praticam esportes na ilha, havendo no local três campos de futebol onde se realizam campeonatos com clubes que vêm de outros bairros e até de outros municípios. As famílias também circulam nesta ilha para contemplar as paisagens e conviver com os amigos. Os jovens andam de bicicleta e empinam "papagaios";
2. como geração de renda: mais de 150 pessoas de Caranguejo e Campo Tabaiaras têm a criação de camarão em viveiros construídos nas bordas da ilha do Zeca como complemento de renda;
3. como nicho religioso: os pescadores locais encontraram uma imagem de São Francisco de Assis em madeira, medindo cerca de dois metros, no canal que circunda a ilha. Fizeram um nicho debaixo de umas árvores e hoje é um local de visitação e de oração para a população das áreas vizinhas.

Além da utilidade para a população local, a ilha do Zeca, como área verde e espaço livre de edificações, presta alguns serviços ambientais para toda a Cidade:

1. permite passagem para a ventilação;
2. como atenuante da temperatura;
3. permite a visão das paisagens distantes;
4. permite a recarga de aquíferos;
5. permite a procriação e abrigo de peixes, moluscos e crustáceos;
6. como corredor e abrigo da fauna.

Ao ser transformada em Zona Especial de Preservação Ambiental 2 e posteriormente em uma Unidade de Conservação unicamente de uso público estaremos cumprindo o acordo feito com o Conselho Municipal de Meio Ambiente, e a população do Recife poderá contar com uma área perto do centro da cidade onde possa realizar atividades recreativas, contemplativas, educativas, culturais, turísticas etc, além de estarmos contribuindo para sanar o débito que o processo de urbanização de nossa cidade tem para com seu meio ambiente, dando um grande passo para o equilíbrio entre o espaço construído e o espaço natural.

Depoimentos

"Entendemos o projeto de Lei de transformação da ilha do Zeca em Zona Especial de Preservação Ambiental como expressão viva daquilo que temos chamado uma relação de amor para com a cidade e o seu povo. Quem ama cuida. É preciso impedir que aquela área faleça diante da especulação imobiliária. Importa que se consolide como espaço de convivência harmoniosa da população com a natureza, fazendo conviver o lazer com a atividade produtiva preexistente, a cariocultura. Como diria o paisagista Burle Marx, "um convite ao convívio, à recuperação do tempo real da natureza das coisas, em oposição à velocidade áustria das regras da sociedade de consumo".

Luciano Siqueira - Vice-prefeito do Recife

"Deve ser um compromisso de todos a luta pela preservação da ilha do Zeca, pela importância que a preservação terá, não somente pra cidade toda, mas principalmente pra as populações do entorno como fonte de utilização de área de lazer e viabilização de renda. E nós da Comissão de Meio Ambiente, Transporte e Trânsito tivemos o cuidado de estabelecer que qualquer construção que venha a ser feita na ilha, fruto de uma regulamentação a ser dada pelo Poder Executivo, seja construção de caráter público, para que toda sua área possa efetivamente ser utilizada pela população. Esse realmente é o nosso objetivo."

Luiz Helvécio - Vereador do Recife

"Eu sou a favor da preservação da ilha porque eu sou contra a especulação imobiliária, principalmente numa área daquela, uma área verde, na qual temos ao lado, bem dizer, a passagem do rio Capibaribe dentro da ilha. E aí eu sou totalmente a favor da preservação; já tivemos audiências públicas no plenarinho e o sentimento da Câmara dos Vereadores do Recife, especificamente o meu, é de votar a favor da preservação da ilha do Zeca.

Se é privado, que a prefeitura procure de alguma forma viabilizar recursos para que seja indenizado o dono, para que ele também não seja prejudicado e a Prefeitura possa dar continuidade à preservação. É necessário que o dono seja ressarcido pelo valor de mercado daquela área da qual ele é proprietário."

Jorge Chacrinha - Vereador do Recife

"O que a gente conhece desde pequeno é o nome de ilha Popolônia, agora surgiu esse nome ilha do Zeca e a gente não sabe de onde, mas o nome certo é ilha da Popolônia. E sobre a área o que a gente queria mesmo é transformar ela em ZEPa porque aquilo ali é muito importante, porque é uma área também de lazer, o único lugar onde os meninos vão para jogar futebol. Tem também os viveiros, a geração de renda deles é ali. E isso a gente nunca quer que acabe porque se forem construir edifícios vai prejudicar muita gente. Vai prejudicar tanto o lazer de muitos jogadores como também os pescadores."

Maria Luzinete da Costa - Presidente da União dos Moradores de Caranguejo e Tabaiaras

EXPEDIENTE

Publicação de ETAPAS
Equipe Técnica de Assessoria, Pesquisa e Ação Social

Rua da Solidade, 243 / 245, Boa Vista - Recife / PE - CEP - 50070-040
Fone: (81) 3221 0745 - Fax: 3221 0689 - E-mail: etapas@terra.com.br

Equipe Responsável: Wanessa Bortim - DRT/PE 890
Ana Kelly Ferreira
Helena Padilha

Apoio: Fundação Ford e EED

Projeto Gráfico: HJ Comunicação Visual - Fone: (81) 3431-1938

Tiragem: 2.000 exemplares

EDITORIAL

A articulação em torno do Projeto DELIS - Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável, que reúne moradores, ONGs, poder público e entidades da cooperação internacional, vem na terceira edição do Informativo Caranguejo-Tabaiaras reafirmar a importância da informação como instrumento que permite a participação e a proposição de mudanças.

Sendo assim, apresentamos nesta edição notícias sobre a construção da escola, a regularização

fundiária da área, e também informações sobre projetos que vem sendo desenvolvidos na comunidade que possibilitam a participação dos moradores, especialmente crianças e adolescentes.

Dois ações de impacto na comunidade de Caranguejo-Tabaiaras esperam por encaminhamentos da Prefeitura da Cidade do Recife. As obras da escola estão paradas há quase dez meses, aguardando o fechamento das negociações entre a Prefeitura e a construtora responsável

pelos obras e a regularização fundiária está a espera do repasse do controle da área para o município, também em negociação com o Governo Federal.

Diante da espera, reafirmamos a necessidade de articulação dos moradores em torno dos problemas da comunidade e, por isso, divulgamos também as atas das reuniões de COMUL - Comissão de Urbanização e Legalização da Posse da Terra) deste ano. Informe-se e participe das questões que envolvem a sua comunidade!

É a nossa escola, como está?

As negociações para a construção da escola de Caranguejo-Tabaiaras começaram há quase três anos, mas, infelizmente ainda não acabaram. As obras estão paradas há dez meses, a estrutura construída foi invadida e está sendo usada como ponto de venda de bebidas e depósito de lixo. A construtora responsável, GEOBASE, retirou do terreno seus equipamentos e mantém em atividade apenas um vigia.

A empresa resolveu abandonar as obras depois de um desentendimento financeiro com a Prefeitura da Cidade do Recife. O diretor da construtora, Washington Cantarelli, alega que os cálculos de custo da obra foram feitos há quase três anos e o preço dos materiais subiram, mas o reajuste oferecido pela Secretaria de Educação Municipal foi muito baixo. "Assim que um acordo for feito, a escola ficará pronta em 90 dias", assegura o diretor da construtora GEOBASE.

A saída da construtora da área fez com que os moradores exigissem a conclusão das obras e o funcionamen-



Foto: Angélio DELIS

Obras de construção da escola de Caranguejo-Tabaiaras paradas

to da escola. "As lideranças comunitárias já foram várias vezes na Prefeitura Municipal mas até agora não existe uma definição por parte deles," afirma Josefa Caravaiho, vice-presidente da União dos Moradores. "Esperamos de João Paulo que a escola fique pronta pelo menos até o final do ano," reforça Cleonice da Silva, moradora de Tabaiaras e Presidente do Clube dos Idosos.

Mesmo com a pressão da comunidade, a Prefeitura do Recife ainda está analisando a proposta da GEOBASE. Segundo o Secretário de Finanças, Antô-

nio Tiburino, o acordo só será feito com o retorno da construtora às obras.

Quando construída, a escola contará com cinco salas de aula, área de lazer, sala de administração, banheiros e cozinha.

Informações sobre a reforma da escola
Construtora GEOBASE:
3465-7722
Secretaria Municipal de Educação:
3425-8321

REGULARIZAÇÃO EM ANDAMENTO

A esperada posse dos terrenos da comunidade de Caranguejo-Tabaiares está mais próxima de se tornar realidade. Segundo Carlan Carlo da Silva, chefe do Departamento de Regularização Fundiária da URB, a Prefeitura da Cidade do Recife já solicitou a transferência da posse da terra para o município já que atualmente a área onde fica a comunidade pertence ao Governo Federal. "O pedido de transferência já foi encaminhado para Brasília, fruto de uma negociação com os Ministérios das Cidades e do Planejamento", explica.

A regularização fundiária, com o repasse da posse da terra aos moradores, acontecerá depois que o município assumir a concessão da área. "A transferência para a comunidade acontecerá dois meses após o repasse chegar de Brasília para a administração municipal", complementa Carlan.

• Mais informações:
Departamento de Regularização Fundiária da URB-Recife, 3421-5077



Foto: Angelo DELIS

ACONTECE NA COMUNIDADE

1. Aulas de Capoeira- Mestre Djalma (onça)
As aulas acontecem todas as segundas, quartas e sextas-feiras.
Horário: Das 18:00 às 19:30
Local: União dos Moradores

2. Projeto Escola Aberta

Atividade	Responsável	Local	Dia/Hora
Grupo de dança	Dançarino Marquinho Ajudantes Terrenson e Tiziane Informações: 3076-0633	Escola Maria Gorete	Sábados e Domingos das 9 às 12h (Crianças) e das 13 às 15h (adultos)
Pintura de Pano de Prato	Dona Margarida	Escola Maria Gorete	Sábados e domingos das 9 às 12h e das 13 às 15h.
Escola de Futebol	Reginaldo e Saulo	Escola Maria Gorete	Sábados e domingos das 9 às 12h e das 13 às 15h.

3. O AdolesCER, uma Organização Não Governamental (ONG) que trabalha com saúde, educação e cidadania, está oferecendo atividades para adolescentes e gestantes na União dos Moradores de Caranguejo-Tabaiares. Reunião de gestantes: toda terça-feira, a partir das 8:30h; e para adolescentes: Dança Popular, Língua Portuguesa, Formação (educação sexual e cidadania) e Teatro de Bonecos.

Informações sobre dias e horários com Lenilda Pimentel, telefone 3226-0435

4. Terapia Coletiva - para todas as idades.
Toda quarta-feira, a partir das 14:30h.
5. Reuniões ampliadas da COMUL.
Se você quer participar das reuniões da COMUL - Comissão de Urbanização e Legalização da Posse da Terra, procure Neta ou Maria José, que são as titulares eleitas pela comunidade.

	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Na URB	02 e 22	07 e 21	04 e 18	02 e 09

URB - Empresa de Urbanização da Cidade do Recife
Av. Conde da Boa Vista, s/n. Telefone: 3421-5077

6. A banda Pagode Manhoso toca todos os sábados e domingos em frente à Olho d'Água, a partir das 10h da noite. O grupo existe há cerca de quatro anos e é formada por sete moradores de Caranguejo: Desivaldo, Josuel, Rarade, Samuel, Nego Alan, Tiago e Jorge.

INFORMATIVO

Caranguejo Tabaiares EXPEDIENTE

Publicação DELIS
Desenvolvimento Local Integrado Sustentável
Telefone: (81) 3221.5478
tasene@elogica.com.br

Coordenação:
Adelmo Araújo - FASE
Luzinete da Costa e Cleonice da Silva -
Caranguejo Tabaiares

Apoio:
Annette Schönfeld - DED
Valéria Rangel - Governo do Estado de PE
Aizra Medeiros - Prefeitura do Recife/SDE

Jornalista Responsável:
Lise Guimarães - DRT/SE 668
Texto e Edição: André Huchi Ob

Revisão:
ETAFRO
Ana Kelly

Estagiária: Renata Pontes, Helena Padtha

Projeto Gráfico:
HG Comunicação Visual Ltda
Fone: (81) 3431.1935
Impressão: AGN GRÁFICA - 81 3268.0454
Tiragem: 2000 exemplares



CIÊNCIA/MEIO AMBIENTE

ÁREA DE PROTEÇÃO

ILHA DO ZECA PRESERVADA POR LEI

Prefeito João Paulo sancionou, ontem, a lei que institui a Zona Especial de Proteção Ambiental Ilha do Zeca, na Ilha Joana Bezerra, a 25ª área de preservação da cidade

Os maiores consensos foram e serão construídos e impostos não só para a comunidade, mas para toda a cidade do Recife. Assim, a criação da 25ª unidade de conservação da cidade. O prefeito João Paulo Lima e sua secretaria, ontem pela manhã, sancionou, em uma sessão pública, a lei que institui a Zona Especial de Proteção Ambiental Ilha do Zeca, na Ilha Joana Bezerra. A lei, com 25 hectares, não poderá ser ocupada até a sua regulamentação, que deve ocorrer em seis meses.

A Ilha do Zeca é denominada por mangue e viveiros acuosos de cultivo. Levantamento da organização não-governamental Fundação que cerca de 150 famílias habitam os seus 25 hectares de extensão. O lugar abriga três campos de futebol e é usado para o lazer de cerca de 4 mil habitantes.

A ideia de proteger a ilha surgiu no ano passado, quando ambientalistas denunciaram que estava sendo destruída na Prefeitura projeto de construção de duas pedras no lugar, cada uma com 40 andares. O prefeito, então, encaminhou o projeto à Câmara dos Vereadores. "Nossa política caminha para o bem coletivo", justificou João Paulo, na sessão de assinatura da lei.

O plano do projeto inclui também o IPTU, o plano de "Zona Especial de Proteção Ambiental" da cidade, a proteção de uma ilha vi-

grum e sem construções e impostos não só para a comunidade, mas para toda a cidade do Recife. Assim, a criação da 25ª unidade de conservação da cidade. O prefeito João Paulo Lima e sua secretaria, ontem pela manhã, sancionou, em uma sessão pública, a lei que institui a Zona Especial de Proteção Ambiental Ilha do Zeca, na Ilha Joana Bezerra. A lei, com 25 hectares, não poderá ser ocupada até a sua regulamentação, que deve ocorrer em seis meses.

A líder comunitária Maria Lúcia de Castro, que participou da elaboração, agradeceu ao prefeito. "O Recife ganhou um presidente da União dos Municípios de Pernambuco e Tubarão. Lutaré, 47 anos, é dona de casa e usa a ilha como área de lazer. "Todo mundo precisa ir", revela.

PORTAL -- O prefeito também lançou, ontem, o portal de gestão ambiental da prefeitura. Disponível em <http://www.recife.pe.gov.br/> menciona: O portal traz informações sobre legislação ambiental e uma relação dos órgãos credenciados para o meio ambiente.

No link da Diretoria de Meio Ambiente (Dema) é possível, ainda, consultar a relação dos licenciados de Proteção de Áreas Verdes do Recife (PAV), dos árvores tombados e das áreas protegidas. Há dados e imagens de satélite de cada uma delas. A Dema disponibiliza também informações sobre o Jardim Botânico do Recife, como uma lista dos espécies do município do lugar e das mudas de 154 espécies de plantas produzidas na secretaria.



RECIFE/PORTAL DE MEIO AMBIENTE

CONSERVAÇÃO Ilha do Zeca, na Ilha Joana Bezerra, tem 25 hectares e construído por mangue e viveiros de cultivo.